**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDMUR ANTONIO STOPPA

**“TÁ LIGADO MANO”:
o *hip-hop* como lazer e busca da
cidadania**

Campinas
2005

EDMUR ANTONIO STOPPA

**“TÁ LIGADO MANO”:
o *hip-hop* como lazer e busca da
cidadania**

Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientador: Nelson Carvalho Marcellino

Campinas
2005

EDMUR ANTONIO STOPPA

**“TÁ LIGADO MANO”:
o *hip-hop* como lazer e resgate da cidadania**

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Edmur Antonio Stoppa e aprovada pela Comissão julgadora em: 13/12/2005

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
Orientador

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama

Prof^ª. Dr.^ª. Heloísa Helena Baldy Reis

Prof. Dr. Jocimar Daólio

Prof. Dr. Sílvio Ricardo da Silva

Campinas
2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

St73t	<p>Stoppa, Edmur Antonio. "Ta ligado mano": o hip hop como lazer e busca da cidadania / Edmur Antonio Stoppa. - Campinas, SP: [s.n], 2005.</p> <p>Orientador: Nelson Carvalho Marcellino. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.</p> <p>1. Hip hop. 2. Movimento da juventude. 3. Movimentos sociais. 4. Lazer e educação 5. Participação social. 6. Educação física. 7. Cidadania I. Marcellino, Nelson Carvalho. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.</p>
-------	---

COMISSÃO JULGADORA

Orientador

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama

Prof^a. Dr.^a Heloísa Helena Baldy Reis

Prof. Dr. Jocimar Daólio

Prof. Dr. Sílvio Ricardo da Silva

Dedicatória

Dedico este trabalho para Lícia, luz da
minha vida.

Agradecimentos

A orientação competente do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino. Grande amigo foi fundamental durante todo o processo. Agradeço a confiança depositada em mim. Seus questionamentos e sugestões foram preciosos, sua constante presença, sempre estimuladora, ajudou muito para que as idéias tomassem corpo e ganhassem forma, sabendo, acima de tudo, respeitar os meus limites e as dificuldades encontradas durante o período de orientação.

Aos Profs. Helder Ferreira Isayama e Heloísa Helena Baldy Reis pelas sugestões dadas durante o exame de qualificação, contribuindo para o crescimento do trabalho. Aos Profs. Jocimar Daólio e Silvio Ricardo da Silva pela participação na banca de defesa da tese.

A Organização dos Novos Quilombos (ONQUI), por ter permitido a realização da pesquisa, além da disponibilidade e colaboração dispensadas para a sua efetivação. A Mano Nivas, Negro Djou, MC Vado, Cíntia, Gilson, Leila, Big Ben, Paulo, Alx, Preta Sil, Coringa, Raquel, Kid Nigas, Baleia, Everaldo, Negra D, Mico e Nix, meu muito obrigado.

Aos meus pais pela confiança, incentivo e apoio, especialmente nos momentos mais difíceis e pela paciência devido aos momentos de ausência. A Andréia pela colaboração nos momentos finais de finalização da tese.

Aos amigos, companheiros de trabalho, do GPL e dos corredores da FEF, contribuindo seja através das discussões realizadas, seja através dos bate-papos informais, dividindo momentos que deixarão muitas saudades: Renata, Marinheiro, Fernando, Aline, Rosana, Mônica, Helder, Silvio. Aos amigos que continuaram amigos, apesar das constantes recusas a convites para festas e encontros, porque tinha que “terminar a tese”.

Aos Professores e Funcionários da Faculdade de Educação Física da UNICAMP que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Finalmente, agradeço ao apoio recebido das Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG), entre 2004 e 2005, de grande importância para a realização deste trabalho.

STOPPA, Edmur Antonio. “**Tá ligado mano**”: o *hip-hop* como lazer e busca da cidadania. 2005. 143f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como se processa a organização de grupos de *hip-hop* no desenvolvimento de suas ações, com base na análise central dos significados do lazer dos seus participantes, na busca de uma nova perspectiva de inserção social para os membros da comunidade. O estudo pode contribuir para a área da Educação Física e dos Estudos do Lazer, na medida que busca conhecer e entender esses espaços como uma possibilidade de atuação a partir das “brechas” que o sistema oferece, no caminho para a implantação de uma nova ordem social, que permita às pessoas a autopromoção por meio da efetiva participação sociocultural. Enquanto metodologia, o estudo foi realizado mediante a combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica, o que levou a inserção do pesquisador no grupo pesquisado. O método utilizado foi o estudo de caso, como forma de analisar as ações e a participação dos integrantes da Organização dos Novos Quilombos (ONQUI), “posse” de *hip-hop* que desenvolve suas ações no município de Guarulhos. Com a realização do estudo é possível afirmar que o lazer, desenvolvido por meio das atividades relacionadas ao movimento *hip-hop*, contribui para a busca da cidadania das pessoas na periferia da cidade. No entanto, é importante destacar que, no caso específico da pesquisa em Guarulhos, tal situação é fruto de ações e de processos formais e informais de associativismo, dada à falta de políticas sociais adequadas, por parte do poder público, que tratem a questão do lazer como prioridade, como direito social. Organizações como a ONQUI, com base na realização e mobilização em atividades culturais ligadas ao *hip-hop*, desenvolvem políticas públicas sociais, de forma não-governamental, ações que podem ser entendidas como um contraponto, uma resposta às ações do poder público municipal, marcadas, de forma geral, pelo assistencialismo ou pelo privilégio a determinados setores da sociedade.

Palavras-Chaves: Hip-hop; Movimento da juventude; Movimentos sociais; Lazer e educação; Participação social; Educação Física; Cidadania.

STOPPA, Edmur Antonio. “**Tá ligado mano**”: *hip-hop* as leisure and search for citizenship. 2005. 143f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ABSTRACT

The objective of the present study is to analyze how the organization of *hip-hop* groups in the development of their actions happens, taking as a basis the central analysis of the meanings of the leisure of the participants, searching for a new perspective of social inclusion for the members of the community. The study may contribute for the areas of Physical Education and Studies of Leisure as it tries to know and understand these spaces as a possibility to act from the “creaks” the system offers, in a path for the implementation of a new social order that allows people to exercise self promotion by means of actual socio-cultural participation. From a methodological standpoint, the study was conducted by means of a combination of bibliographic, documental and empiric research, which led the researcher to be inserted in the researched group. The method utilized was a case study, as a way to analyze the actions and the participation of the members of the ONQUI (“Organização dos Novos Quilombos”), a *hip-hop* “group” that develops its actions in the city of Guarulhos (SP). As a result of the study it is possible to state that leisure, developed through the actions related to the *hip-hop* movement contributes to the search for citizenship of the people from the outskirts of the city. However, it is important to point out that, in the specific case of the research conducted in Guarulhos, such situation is a result of both formal and informal processes of association, in face of the lack of adequate social policies, on the side of the public power, that treat the matter of leisure as a priority and a social right. Organizations such as ONQUI, by means of cultural activities connected to *hip-hop*, develop social public policies of a non-governmental nature; such actions may be understood as a response to the actions of the city public power, which, in general, either have an assistance character or favor certain specific sectors of society.

Key words: Hip-hop; Youth Movement; Social Movements; Leisure and Education; Social Participation; Physical Education; Citizenship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
b.boy	break boy- dançarino
b.girl	break girl- dançarina
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
DJ	Disc-jóquei
FAN*QUI	Fanzine Quilombo
FEF	Faculdade de Educação Física
FM	Frequência Modulada
GCM	Guarda Civil Metropolitana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MC	Mestre de Cerimônia
MTV	Music Television
MUNIC	Informações Básicas Municipais
NBA	Associação Nacional de Basquetebol
ONG	Organização Não-Governamental
ONQUI	Organização dos Novos Quilombos
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
RAP	Rhythm and Poetry- Ritmo e Poesia
SESI	Serviço Social da Indústria
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 -	Ata de fundação da Organização dos Novos Quilombos	122
Anexo 2 -	Projeto da Casa do <i>Hip-Hop</i> Novos Quilombos	124
Anexo 3 -	Estatuto Social da Organização dos Novos Quilombos (ONQUI)	126
Anexo 4 -	Informativo da ONQUI sobre o II Fórum Nacional de <i>Hip-Hop</i>	133
Anexo 5 -	Carta de repúdio ao monopólio das Entidades Nacionais de <i>Hip-Hop</i>	135
Anexo 6 -	Músicas “posse” <i>Esquema Black</i>	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. “TÁ LIGADO MANO”	18
1.1 O lazer na sociedade atual	20
1.2 Juventude e lazer	32
1.3 Balançando os quadris: o movimento <i>hip-hop</i> no Brasil	38
1.4 O <i>hip-hop</i> como um estilo de vida	52
1.5 Movimentos sociais e participação cultural	59
2. GUARULHOS E A ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS	70
2.1 Os caminhos metodológicos da pesquisa	71
2.2 Guarulhos e sua representatividade em relação ao <i>hip-hop</i>	76
2.2.1. A cidade de Guarulhos	76
2.3 A definição da “posse” de <i>hip-hop</i>	78
2.4. A Organização dos Novos Quilombos e suas redes de relações	84
2.5. As ações da Organização dos Novos Quilombos em Guarulhos	90
2.5.1. A reunião de tomada de decisão	91
2.5.2. As festas em favelas, escolas e praças e em outros lugares da cidade de Guarulhos	94
2.6. O <i>hip-hop</i> como lazer para os integrantes da Organização dos Novos Quilombos	104
2.7. Os problemas vivenciados para o desenvolvimento das ações e as propostas da Organização dos Novos Quilombos para o <i>hip-hop</i> em Guarulhos	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	121
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

Miséria, violência, falta de oportunidades profissionais, preconceitos relacionados aos mais diversos tipos de situações, falta de cidadania. Se o olhar em relação à periferia das grandes cidades do país for feito pelo seu exterior, descontextualizado de sua realidade, uma das conclusões a que poderíamos chegar é que os problemas locais seriam insolúveis, quase impossíveis de serem resolvidos e que as pessoas moradoras desse espaços, sem alternativa, acabariam por levar a vida remediando sua situação, apenas sobrevivendo frente às questões acima colocadas.

No entanto, um olhar mais atento, sintonizado com cotidiano e por dentro da dinâmica dessas localidades, vai perceber que, apesar da ocorrência desses problemas e da seriedade com que tais situações devam ser enfrentadas pelo poder público, a periferia também pode ser marcada pelo encontro, pela troca de experiências, pela luta em busca de melhores condições de vida, com base no interesse coletivo. E mais do que isso, sem abandonar a alegria de viver!

Como forma de resistir e encontrar alternativas para a periferia das cidades, as pessoas têm, cada vez mais, procurado soluções na formação de grupos de interesses, com a participação em ações comunitárias, em busca de saídas para os problemas vivenciados. A formação de grupos culturais, onde o lazer ocupa ponto central, é em muitas ocasiões o tema que une as pessoas como caminho para a tentativa de minimizar tais questões.

Partindo dessa análise, a situação que me chamava atenção e que motivou a realização desse estudo era, justamente, a mobilização, cada vez maior, dessas comunidades no sentido de buscar soluções, dado ao descaso do poder público com a realidade local, e um dos caminhos possíveis era a formação de grupos ligados às atividades culturais, como a música, a dança, as artes plásticas, ocasionando a construção de laços de identidade, de partilhas das vivências cotidianas, onde o lazer poderia ser “utilizado” como canal para a mudança de valores e possível construção da cidadania.

É importante destacar que a escolha desse tema surgiu de uma série de discussões realizadas com os alunos, nos cursos de graduação em que trabalho, e com colegas e amigos do grupo de pesquisa de que participo - o GPL - Grupo de Pesquisa em Lazer. Nessas discussões sobre o tema uma situação, sempre apontada, era a necessidade de políticas públicas setoriais que pudessem vir a minimizar as dificuldades vivenciadas no cotidiano pelas pessoas e qual poderia ser o papel do lazer nessa questão.

Em 2001, em plena fase de campanha eleitoral, o então candidato à reeleição ao governo de São Paulo afirmou que a violência na periferia estava relacionada à falta de opções de lazer e que a solução dessa problemática deveria vir da construção de espaços que pudessem suprir essa carência. Seria, assim, tão simples a resolução dessas situações, que cada vez mais ocupam as páginas de jornal e noticiários de televisão? Será que o lazer, efetivamente, seria uma situação não vivenciada nas periferias urbanas ou será que, ao contrário do padrão imposto pela indústria cultural, na periferia ele assumiria características próprias, com sentidos e significados locais, atribuídos por aqueles que o vivenciarão?

Como forma de encontrar respostas para tais argumentações é que o estudo em questão foi realizado e entendo que possa contribuir para a área da Educação Física e dos Estudos do Lazer, na medida que busca conhecer e entender esses espaços como uma possibilidade de atuação a partir das “brechas” que o sistema oferece, no caminho para a implantação de uma nova ordem social, que permita às comunidades, dentro daquilo que afirma DEMO (1982), a autopromoção através da sua efetiva participação que, segundo o autor, é conquistada e necessita ser cotidiana e persistentemente construída. O estudo, nesse sentido pode contribuir de forma efetiva com os cursos de formação de professores de Educação Física, na medida que o conhecimento aqui tratado se constitui em um importante instrumento para a capacitação dos profissionais que irão atuar com as comunidades, dentro de uma perspectiva da efetiva participação cultural.

Enquanto objetivo, o estudo analisou como se processa a organização dos grupos de *Hip-Hop* no desenvolvimento de suas ações, com base na análise central dos

significados do lazer dos seus participantes, dentro de suas múltiplas relações possíveis, na busca de uma nova perspectiva de inserção social para os membros da comunidade.

O estudo foi baseado, inicialmente, na consideração do lazer como cultura vivenciada no “tempo disponível”, categorias de análise de Marcellino (1996; 1999; 2000; 2001), relativas ao entendimento e abrangência da questão do lazer; no entendimento do *hip-hop* como um movimento constituído por quatro elementos básicos (o mestre de cerimônia (MC), cantor de *rap*; o disc-jóquei (DJ); a dança, manifesta no *break*; e a pintura, com o uso do grafite), que inter-relacionados “constituem um sistema simbólico orientador das práticas culturais e das atitudes juvenis” (SILVA, 1999); na importância da participação, como conquista da cidadania e autopromoção social (DEMO, 1996); nas discussões relacionadas à formação e estratégias de atuação dos movimentos sociais (SANDOVAL, 1989, 2001) e; nas modalidades de violência analisadas em seu duplo movimento de destruição e estruturação social (MAFFESOLI, 1987a, 1987b).

Enquanto metodologia, o estudo foi realizado mediante a combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica, o que levou a inserção do pesquisador no grupo a ser pesquisado.

Quanto ao método, entendido como modo de observação para abordar o “real” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977), foi utilizado o estudo de caso, como forma de analisar as ações e a participação dos integrantes da Organização dos Novos Quilombos (ONQUI), entidade relacionada ao *hip-hop*, que desenvolve suas ações no município de Guarulhos. Para operacionalizá-lo, utilizou-se as técnicas a seguir relacionadas:

- 1) para a pesquisa bibliográfica: a) Levantamento inicial das obras relativas ao tema do trabalho; b) análises textual, temática, interpretativa e problematização (SEVERINO, 2000) e c) definição inicial das categorias utilizadas na pesquisa empírica;
- 2) para a pesquisa documental: análise de conteúdo de documentos relacionados à ONQUI em suas relações com os objetivos do projeto (GIL, 1991);

3) para a pesquisa empírica: o principal instrumento de coleta de dados foi a observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

A definição das amostras deu-se de forma não-probabilística, intencional, para “a posse¹” estudada, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977) em relação aos espaços e pessoas ligados a eles.

Em relação à escolha da “posse” em Guarulhos, inicialmente, foram consultadas diferentes organizações na cidade, através de contatos diretos para esclarecimento da pesquisa e conhecimentos das ações desses grupos. Após difícil análise das possibilidades de trabalho, na cidade, foi escolhida a Organização dos Novos Quilombos (ONQUI), organização sem fins lucrativos e enviada uma carta explicativa do trabalho proposto, anexando-a ao projeto, e solicitando o aceite, com termo de livre adesão e consentimento, de modo a autorizar a realização da pesquisa, bem como a divulgação de seu nome e do nome de seus integrantes.

Quanto ao texto, este foi dividido em dois capítulos inter-relacionados:

O primeiro capítulo é dedicado às discussões conceituais acerca da questão do lazer e suas relações com o *hip-hop*, movimento ligado à juventude e que exprime um determinado estilo de vida, caracterizando-o como um dos novos movimentos sociais da realidade brasileira. Em relação ao lazer são discutidos, a partir de seu entendimento conceitual, a sua importância na sociedade atual e a necessidade de políticas públicas, principalmente para a juventude, entendida como condição social etária e de representação, porém de forma não isolada de outras políticas sociais. Nessa parte do trabalho discute-se a dificuldade de acesso aos espaços e equipamento de lazer, por parte dessa parcela da população, especialmente da classe menos favorecida da população, fruto da deficiência das políticas públicas, e o *hip-hop* surge, nesse cenário, como uma alternativa possível de acesso ao lazer. O *hip-hop* é apresentado como um movimento cultural e são discutidos os diferentes “movimentos” dentro de seus componentes, de forma a contribuir para o processo de reinserção social. Finaliza o primeiro capítulo a análise da

participação cultural, como uma das bases para a possibilidade de reinserção social poder ser consolidada no cotidiano, de acordo com os processos de identidade, desenvolvidos pelos contatos estabelecidos no desenvolvimento das atividades relacionadas ao *hip-hop*, enquanto instrumento de contestação e diálogo com a sociedade de forma geral.

No segundo capítulo, a análise é centrada na descrição e funcionamento da “posse” de *hip-hop* escolhida para a pesquisa empírica. Nele realizo a análise documental do material recolhido e a análise dos dados coletados através da observação participante nas ações realizadas pela organização, procurando apreender os sentidos e significados dessas ações para os integrantes e pessoas ligadas ao movimento *hip-hop*.

Nas considerações finais são ressaltadas as reflexões realizadas no decorrer do trabalho, de modo a ampliar a discussão sobre a vivência do *hip-hop*, como manifestação de lazer e participação cultural, de maneira a contribuir para a busca da cidadania das pessoas na periferia da cidade, com base na realização e mobilização em atividades culturais, ações que podem ser entendidas como um contraponto, uma resposta às deficiências das ações do poder público municipal, desenvolvidas, geralmente, a partir de uma perspectiva assistencialista ou de modo a privilegiar determinados setores da sociedade.

Ao tornar público o resultado da pesquisa, deixo registrado, também, o meu desejo de discutir os resultados do trabalho, até aqui, restrito a um pequeno número de pessoas, junto a uma comunidade acadêmica maior, ampliando a discussão de um assunto que se me interessava, no início, passou a despertar cada vez mais meu interesse, à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo.

¹ Espaço de organização característico do movimento *hip-hop*. Mais à frente no trabalho são encontradas uma discussão mais ampliada sobre as características da “posse” e suas intervenções no cotidiano.

1. “TÁ LIGADO MANO”

O primeiro capítulo desse trabalho aborda, especialmente, a questão do lazer na sociedade, como elemento privilegiado para a reunião de pessoas com interesses comuns e, mediante sua participação efetiva, a possibilidade de desenvolver ações que contribuam para a formação de novos valores questionadores da sociedade em geral. Nesse tópico, merece destaque a possibilidade de valorização da cultura das pessoas, com a necessidade de definição de políticas públicas como processo de construção dessas novas experiências, com base nos desejos e necessidades pessoais e sociais dos envolvidos.

O segundo tópico do trabalho discute o entendimento do conceito de juventude como condição social e tipo de representação de atores sociais que, a partir de suas vivências cotidianas, elaboram diferentes modos de ser jovem. Além disso, discute-se a relação da juventude com a questão do lazer, destacando-se a baixa participação cultural, devido à precariedade das políticas e a importância da participação efetiva e autônoma dos diferentes grupos populares, como é o caso das posses de *hip-hop*.

Em um terceiro momento discute-se a questão do *hip-hop* no Brasil, sua importância como elemento aglutinador e participativo nas “posses”, organizações preocupadas em buscar alternativas para os problemas do cotidiano de grupos e pessoas, especialmente da periferia das cidades grandes. As “redes” construídas entre os participantes desse movimento oferecem o estabelecimento de espaços de resistência e de contestação da sociedade a começar pelo desenvolvimento das ações junto às pessoas da comunidade, onde as “posses” se localizam.

Outra questão abordada é o “estilo de vida” produzido pelos diferentes elementos ligados ao movimento *hip-hop*. Esses elementos caracterizam-se como uma marca constitutiva de uma “identidade”, de um “lugar”, meio pelo qual as pessoas relacionam-se entre si e com o mundo. É um “idioma” na vida em sociedade, atrelado ao consumo e aos interesses da indústria cultural, porém, em uma relação de diálogo, de renegociação em busca de apropriações que permitam às pessoas, identificadas por esses sinais, a visibilidade e a inserção na sociedade.

Por último, as formas como essas pessoas organizam-se, em grupos, para buscar alternativas aos problemas vivenciados no cotidiano, são apresentadas por meio dos movimentos sociais na realidade brasileira. Nessa parte do capítulo, são discutidas as formas de organização e de participação desses movimentos, a formação do sentimento de pertencimento, que leva as pessoas a se organizarem em grupos, e as possíveis armadilhas que o poder estabelecido tenta colocar para desarticular ou quebrar as resistências desses movimentos sociais.

1.1 O LAZER NA SOCIEDADE ATUAL

Como se apresenta hoje, o lazer é fruto da sociedade urbana e é entendido como a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações humanas, combinando os aspectos tempo e atitude, e desenvolvido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação, etc., o que pode exercer valores questionadores na sociedade, assim como, sofrer influências da estrutura social vigente. Pode ser, portanto, um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural (MARCELLINO, 2000).

A cultura, aqui, é entendida em sentido amplo, como "[...] conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve" (MACEDO, 1984, p. 35).

Assim, o entendimento de cultura é bastante diferente da abordagem tipológica, característico da antropologia evolucionista, em que, segundo GEERTZ (1989), as diferenças entre as pessoas e os grupos tornam-se secundárias, e a busca concentra-se nas banalidades, nas excentricidades, ou seja, no produto cultural dessas pessoas ou grupos, como explicação da desigualdade e justificativa para uma possível intervenção de uma determinada sociedade dita menos desenvolvida culturalmente. É importante destacar o processo de participação² das pessoas nas vivências realizadas pelo grupo social, como uma forma de alavancar sua participação e torná-las críticas e criativas.

Em relação ao lazer, por exemplo, significa não reduzi-lo apenas a um dos seus conteúdos culturais, como os conteúdos artísticos, vivenciados através das artes e espetáculos, mas entendê-lo dentro da sua perspectiva ampla, tanto em termos de conteúdos³ quanto de gêneros⁴.

² Abordo com maior ênfase a importância da participação cultural na seqüência do capítulo.

³ Dumazedier (1980a) classifica os conteúdos do lazer em físico-esportivos, manuais, sociais, intelectuais, artísticos. Camargo (1989) classifica um sexto conteúdo, os turísticos.

⁴ Dumazedier (1980b) divide os gêneros do lazer em prática, conhecimento e assistência.

Considerado possuidor de um duplo aspecto educativo – a educação pelo e para o lazer, em sua relação com a Educação, deve-se entender o lazer como forma de desenvolver ações nas áreas que busquem considerar não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social, não de uma perspectiva funcionalista⁵, mas como possibilidade de reivindicação social, ou resgate da cidadania, tudo por meio da participação cultural.

Nesse sentido, o lazer é considerado como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural, possibilitando, como reivindicação social, o resgate da cidadania por meio da participação cultural, que é, para Marcellino, “[...] a atividade crítica e criativa de sujeitos historicamente situados” (1999, p. 45), e entendida como uma das bases para a mudança da sociedade, mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

Essa forma de entender o lazer é, fundamentalmente, contra a sua vivência, como se fosse uma válvula de escape na sociedade, situação encontrada com seu desenvolvimento dentro dos valores das abordagens funcionalistas. Isso ocorre, pois ainda persiste na sociedade um sentimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades. Dentro desse entendimento equivocado, as pessoas deveriam, primeiramente, estarem satisfeitas com aspectos como saúde, alimentação e habitação, para só então abordar os problemas relativos ao lazer.

Geertz (1989) critica a análise fragmentada do homem, caracterizando-a como tipológica. Ele afirma que essa abordagem tenta construir um modelo, um arquétipo de homem, onde os homens reais não são mais do que aproximações desse modelo, pois as diferenças entre indivíduos e grupos ficam em segundo plano.

Outro autor a posicionar-se contra essa concepção fragmentada de homem é Mauss (1974), que discute as técnicas corporais com base em um tríplice ponto de vista, relacionando, em sua análise, as dimensões fisio-psico-sociológica, naquilo que chamou de fato

⁵ De acordo com Marcellino (2000), as abordagens funcionalistas do lazer visam a manutenção de determinada

social total. Para ele, as técnicas corporais, que são atos tradicionais que possuem eficácia, e são mais ou menos habituais na vida, não poderiam ser claramente analisadas se fossem relacionadas a apenas uma única área. Acredito que as considerações desses autores são interessantes, uma vez relacionadas ao lazer em sua crítica à teoria das necessidades básicas.

Exemplos dessa forma restrita de entendimento encontram-se muito fortemente arraigados não apenas no cotidiano, em que o lazer é associado, de maneira maniqueísta, com vagabundagem, coisa de quem não tem nada para fazer, etc., mas, até mesmo, no poder público, onde esse tipo de pensamento prevalece, em várias cidades do país. Ao invés de ser entendido como direito social, o lazer é, geralmente, visto apenas como desculpa ou chamariz para a realização de ações, meramente assistencialistas, que buscam remediar os problemas que algumas regiões da cidade passam nas diversas áreas do social.

Um caso bastante presente é a discussão de que o lazer pode contribuir para diminuir a violência. Porém, tal relação é feita sem que se tenham dados que comprovem essa realidade. É importante destacar, também, que não é a falta de lazer que leva à violência, mas é a violência que leva à não-realização do lazer, empurrando pessoas cada vez mais para dentro de suas casas, tornando-as reféns, especialmente, da televisão que, hoje, pouco ajuda a levar as pessoas a uma vida com melhor qualidade.

A ocorrência desses problemas são, assim, situações injustas que devem ser atacadas por uma ação específica, por meio de políticas públicas, entendidas como o processo de elaboração e de implementação de programas de ação direcionados a atingir, em princípio, objetivos explícitos (MULLER; SUREL, 1998).

Outra autora a discutir a questão é Freitag (1987). Para ela, as políticas sociais são um processo de intervenção do Estado em áreas da sociedade civil, a fim de atingir todas as classes em um esforço planejado para reduzir as desigualdades sociais, assumindo, de acordo com Demo (1994) como característica principal, a função assistencial. Neste ponto, é importante ressaltar a distinção feita pelo autor entre as políticas assistenciais e as assistencialistas. Enquanto

estas tem como estratégia a manutenção das desigualdades sociais, aquelas são direcionadas, por direito humano, a grupos que não se auto-sustentam em relação às suas necessidades imediatas.

Apesar dos objetivos nas políticas sociais estarem, em princípio, explícitos, Freitag (1987) chama a atenção para os possíveis desdobramentos dessas questões em movimentos, que, muitas vezes, produzem situações diferentes das inicialmente programadas, o que pode remeter essas ações a posições diferenciadas, por exemplo, da perspectiva meramente assistencial ou assistencialista.

Assim, o sentido de política social utilizado no trabalho não se restringe a uma posição assistencial ou assistencialista em suas ações⁶. Muito ao contrário. É uma questão de cidadania. Além disso, como afirma Demo (1996), política social não se reduz a uma política de Estado, uma vez que as políticas sociais podem ser desenvolvidas por diferentes setores da sociedade civil, em ações promovidas, inclusive, contra o próprio Estado.

Embora as políticas públicas façam parte das políticas governamentais, seu entendimento aqui, portanto, não se restringe somente a essa perspectiva, no sentido de que as discussões sobre a necessidade de políticas públicas, realizadas na seqüência do texto, procuram reforçar a importância dos vários segmentos da sociedade civil, nas ações de diferentes áreas do social e, de modo específico, relacionado ao lazer.

Nesse sentido, Muller e Surel (1998) apontam para uma política pública três grandes características: quadro normativo de ação; combinação de elementos de força pública e de elementos de perícia e, por fim, tendência a constituir uma ordem local.

No primeiro caso, para que uma política pública exista, é necessário que as decisões sejam reunidas em um quadro geral de ação, funcionando como uma estrutura de sentido, mobilizando elementos de valor, de conhecimento e de ação particular e visando atingir os objetivos definidos pela relação entre poder público e comunidade. O segundo ponto chama atenção para a necessidade de uma interrogação constante sobre o papel do Estado nessa questão,

bem como sua especificidade na ação, como mediador das relações entre espaço público e privado; nesse sentido, em terceiro lugar, ocorre a necessidade de se considerar o público envolvido na política pública, ou seja, o conjunto de indivíduos, grupos ou organizações que são afetados pela ação, e que são a parte interessada na ação.

Em relação à noção de público, Muller e Surel (1998) chamam a atenção para as modalidades particulares de participação entre os “beneficiários” de uma política pública, com o modo e a intensidade da participação variando de acordo com o espaço e o período de ação.

Outra questão importante em políticas públicas, para Muller e Surel (1998), diz respeito à definição de um quadro de análise, separando as políticas em uma série seqüencial de ações, permitindo, com isso, acompanhar o seu desenvolvimento.

Chamado de enfoque seqüencial, a política pública é dividida em seis fases, que são: 1) inscrição na agenda, mediante identificação, ou definição do problema; 2) produção de soluções ou alternativas; 3) decisão; 4) implementação das decisões elaboradas; 5) avaliação; e 6) terminação, relacionada de forma polêmica à questão da finalização ou à continuidade de uma política.

Os autores, no entanto, chamam a atenção para as desvantagens que o enfoque seqüencial apresenta em sua aplicação. Para eles, a visão, por demais linear, pode levar as pessoas a não perceberem diferentes nuances que as políticas públicas podem apresentar, dependendo de cada situação, como a inexistência ou a inversão das etapas colocadas anteriormente.

Outra situação é a possível supervalorização da função das políticas públicas, levando as pessoas a acreditarem que podem resolver os problemas da comunidade. Para Muller e Surel (1998), as políticas públicas não podem ser feitas para resolver os problemas, pois, segundo os autores,

⁶ Discuto no subtítulo “Movimentos sociais e participação cultural” a questão das políticas sociais e da participação,

[...] os problemas são ‘resolvidos’ pelos próprios atores sociais através da implementação de suas estratégias, a gestão de seus conflitos e, sobretudo, através dos processos de aprendizagem que marcam todo processo de ação pública. Dentro desse quadro, as políticas públicas têm principalmente como característica o construir e transformar os espaços de sentido no seio dos quais os atores vão colocar e (re)definir os ‘seus’ problemas, e ‘testar’ em definitivo as soluções que eles apóiam. Fazer uma política pública não é, pois ‘resolver’ um problema, mas sim construir uma nova representação dos problemas que implementa as condições sócio-políticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura dessa maneira a ação do Estado (p. 15).

No entanto, o que se percebe na sociedade brasileira é a adoção, por parte do governo, de políticas neoliberais, como o abandono da intervenção do Estado nas diversas áreas do social, tuteladas a partir desse momento pelas regras de mercado. Dentro dessa lógica capitalista, a educação, o esporte e o lazer, por exemplo, passam a ser definidos não com base nas prioridades relacionadas às demandas sociais, mas pelos interesses ligados aos credores do país.

Sobre essa questão, Linhales (1998) observou, na nossa sociedade, que a função redistributiva do Estado, no final da década 80, estava comprometida não com a consolidação de um Estado democrático, mas com a necessidade de barganhas nos processos de legitimação política, de modo a funcionarem como instrumento para abrandar os conflitos ocorridos entre as classes sociais.

Em relação ao esporte e lazer, por exemplo, a autora afirma que não existiam representações, no Estado Federal, que defendessem os interesses dessas áreas como um direito social, sendo mais bem representados os interesses ligados ao esporte produtivo e de bases mercantis. Segundo Linhales (1998), o trânsito de interesses como os mencionados anteriormente, privilegiava a seleção e a exclusão e, além disso, teriam sido uma constante com a ausência de projetos políticos que se fundamentassem dentro de uma perspectiva democrática.

Dentro dessa lógica de pensamento, ao discutir a efetividade das políticas públicas para a educação física/esportes e lazer como políticas sociais, Linhales (1998) apontou para o fato dessas políticas desenvolverem-se, nesse período, baseadas na lógica capitalista de acumulação, como mecanismo para aliviar as tensões entre as diferentes classes sociais e com

conseqüente manutenção da ordem vigente, fato que ocorre, certamente, ainda hoje, em diversas realidades país afora.

Para a autora, a área precisava passar por uma mudança de entendimento, em relação ao papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas. Essas, obrigatoriamente, deveriam, e ainda devem, nos dias atuais, caracterizarem-se pela participação popular para, efetivamente, serem reconhecidas como políticas sociais.

Outro autor a discutir a questão das políticas públicas setoriais de lazer e esporte é Stigger (1998). Preocupado com a questão da participação na consolidação de tais propostas, o autor questiona, também, se as políticas públicas, para a educação física, esporte e lazer no Brasil, seriam efetivamente políticas sociais.

Para ele, a maior parte das políticas governamentais, naquele momento, caracterizavam-se por serem desenvolvidas para a população e não com a população, o que acabava contribuindo com o desenvolvimento de uma postura conformista, dependente e descomprometida da população, com as propostas a serem implementadas, em uma relação não de parceria, mas de clientelismo entre Estado e população. Perdia-se com isso o caráter reivindicatório, o comprometimento e a posição crítica que podiam ser gerados com a participação da comunidade. Ao contrário dessa posição conformista, encontrada até hoje, é importante a participação acontecer de baixo para cima, como uma situação conquistada e não outorgada.

Assim, Stigger (1998) aponta que, na formulação de políticas públicas, é necessário iniciar-se a discussão com base no entendimento conceitual sobre a área em que iremos atuar, alimentando as possibilidades de participação efetiva da população na definição da proposta.

Na área do lazer, por exemplo, não seria possível pensar a questão da participação efetiva, na definição da política com base na especificidade abstrata⁷ do lazer, porque isso acarretaria em entendê-lo de forma descontextualizada com os outros aspectos da vida social.

Essa posição revelar-se-ia como uma vivência funcionalista, mantenedora da situação social vigente, servindo apenas como válvula de escape das tensões vivenciadas no cotidiano, situação própria da indústria cultural que, para Stigger (1998), na maior parte das vezes, transforma os bens culturais da sociedade em mercadorias, simplesmente, para passar o tempo, e se relacionar “[...] com os indivíduos apenas como consumidores passivos de seus pacotes e programas desenvolvidos de cima para baixo” (p. 86).

Entender o lazer com base numa concepção abstrata e restrita seria entendê-lo e desenvolvê-lo, justamente, da forma como tem sido criticado aqui, ou seja, a serviço da manutenção das desigualdades sociais, do *status quo* vigente.

Sobre a implantação de uma Política de Lazer, alguns autores como Requixa (1980), Dumazedier (1980b), Camargo (1985), Carvalho (1977), Marcellino (1996, 2001), entre outros, têm contribuições importantes sobre a discussão de tal problemática, que devem ser entendidas e apropriadas a partir de uma leitura crítica.

Como já ressaltado, o desenvolvimento de políticas públicas na área do lazer é fundamental como forma de estimular a criticidade e a criatividade, de tal maneira que as pessoas possam superar as diversas barreiras encontradas no cotidiano, que limitam a efetiva participação não só nas vivências de lazer, mas na sociedade de uma forma geral.

Assim, mais uma vez destaca-se a importância da participação efetiva das pessoas e dos diferentes segmentos da sociedade civil na definição de políticas sociais, com base nos anseios e nas necessidades do público envolvido. O lazer, pela sua característica própria,

⁷ A ação desenvolvida com base na concepção abstrata de lazer é, de acordo com Marcellino (1999), inibidora da cidadania, por não estimular a efetiva participação das pessoas na formulação e definição das ações a serem desenvolvidas, contribuindo com o estabelecimento da incompetência.

pode ser entendido como um interessante instrumento para o desenvolvimento da participação, criando oportunidades para que as pessoas possam vivenciar novos valores.

Apontando a necessidade de um repensar sobre o entendimento do lazer relacionado à sua abrangência, sobre o entendimento da totalidade das relações sociais, em que o trabalho ocupa posição central, articulado às dimensões da não-obrigação e sobre a relevância da problemática do lazer na cidade, apesar da falta de sua ressonância social⁸, Marcellino (1996), no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de lazer, propõe que a discussão e a implementação desses mecanismos, por parte do público ou de outras instituições ligadas à sociedade civil, passe pelo

[...] entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação (p. 27).

Nesse sentido, em relação ao entendimento amplo do lazer, é preciso considerá-lo em suas múltiplas possibilidades, segundo os conteúdos propostos por Dumazedier (1980a), procurando inter-relacioná-los, o que requer a busca da interface com outros departamentos da Secretaria, dentro do poder público (MARCELLINO, 1996), onde a política de lazer será realizada.

Nas instituições, que desenvolvem políticas relacionadas ao tema, a mesma questão deve ser levada em consideração. Essa situação é importante, pois o entendimento da problemática deve ser o mesmo dentro das diferentes setores que tenham interface com a questão do lazer, como forma de articular discursos e ações, potencializando os resultados a serem alcançados.

⁸ Somente mediante a observação participante Magnani (1998) pôde perceber que existiam diferenças acentuadas em relação ao que as pessoas da periferia verbalizavam sobre o lazer, em comparação aos demais temas sérios e as suas vivências no dia-a-dia. De acordo com o autor, a utilização de instrumentos de coleta de dados formais, como os questionários, não permitiam apreender a riqueza e a importância das vivências no cotidiano das pessoas.

Sobre o duplo aspecto educativo do lazer⁹, é preciso entendê-lo não apenas como descanso e divertimento, questões importantes, mas como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Para isso, deve-se observar as interfaces com outras políticas públicas, como educação, saúde, transportes e demais áreas do social (MARCELLINO, 1996).

De forma mais abrangente que os departamentos ou secretarias que tenham interface com a questão do lazer, aparece aqui a importância da articulação de diferentes secretarias do poder público ou instituições da sociedade civil com suas políticas de ação, de modo a colaborar com o alcance dos objetivos propostos, tanto de lazer, quanto das demais áreas sociais.

Em relação às suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, deve ser levado em consideração a possibilidade da ação ser realizada em conjunto com grupos e organizações ligadas à área do fazer cultural e com grupos populares da cidade, com base em suas manifestações culturais e em seus níveis de participação¹⁰, em busca da superação desses níveis através de uma política de animação sociocultural (MARCELLINO, 1996).

E aqui, a participação efetiva ganha destaque, pois é com ela que as pessoas compreenderão o saber fazer e poderão passar de níveis menos elaborados para níveis de participação mais elaborados, garantindo maior criticidade e criatividade em relação às suas vivências.

No que diz respeito às barreiras socioculturais, o autor afirma que se deve levar em consideração questões como gênero, faixa-etária, estereótipos, acesso aos espaços, entre outras questões, que, tendo a situação sócio-econômica como pano de fundo, limitam tanto qualitativamente, quanto quantitativamente a apropriação do lazer por parte de uma parcela da população.

⁹ Marcellino (1999) discute a questão do duplo aspecto educativo do lazer como veículo - a educação pelo lazer- e objeto de educação- a educação para o lazer- situações de extrema importância para que as pessoas possam, a partir de um processo educativo, abandonar níveis menos elaborados e partir para níveis mais críticos e criativos.

¹⁰ Dumazedier (1980b) classifica os níveis em elementar (conformista), médio (crítico) e superior (criativo).

Para atacar essas questões é necessário, por parte do poder público ou das instituições privadas promotoras das ações, o estabelecimento de prioridades para as parcelas da população, normalmente não atendidas, com o objetivo de minimizar os efeitos indesejados provocados pelas barreiras.

Nesse ponto, o participante dos movimentos *hip-hop* em muito se identifica com essa parcela da população, pois é marcadamente caracterizado como pobre, morador da periferia, carente de espaços para o desenvolvimento de vivências relacionadas ao lazer e “tatuado” por uma série de estereótipos, seja de ordem racial, educacional ou econômica.

Sobre os limites da Administração Pública é preciso perceber que a questão do lazer somente pode ser entendida relacionada a questões de tempo e espaço que transcendam os executivos municipais como jornada de trabalho e ocupação do solo urbano, o que coloca a necessidade de participação em discussões e em ações com órgãos representativos e setores constituídos da sociedade, tanto por parte do poder público (MARCELLINO, 1996), quanto por outras instituições que promovam ações relacionadas a políticas de lazer.

Complementando a questão relacionada a uma política de lazer, Requixa (1980) comenta que as diretrizes de uma política de lazer não podem, apenas, restringir-se a uma política de atividades, devendo envolver, também, questões relativas à formação e à capacitação de quadros para atuação, de espaços e de equipamentos, bem como critérios de reordenação do tempo. Isso realça a necessidade do poder público e das instituições na fixação de prioridades com base na análise de situação, procurando responder questões como: existe uma estrutura de animação capacitada e atuante nos equipamentos específicos? como esses equipamentos estão distribuídos pela cidade? há equipamentos específicos sub-utilizados? existe a possibilidade de se adaptar equipamentos não específicos para sua utilização em atividades de lazer?

Quanto à formação e à capacitação de quadros, os movimentos sociais e grupos de interesses, como o *hip-hop*, podem se beneficiar quanto à estruturação e à organização, capacitando e envolvendo um número maior de pessoas para que possam desenvolver as ações com mais qualidade e abrangência. Potencializa-se, com isso, a quantidade das pessoas

participantes dos projetos ligados a essas políticas sociais, multiplicando o alcance do discurso e das ações desses grupos culturais.

Por fim, Marcellino (1996) aponta para a importância da questão ser analisada em seu movimento pendular, relacionada à problemática das políticas públicas em países da periferia do capitalismo que, segundo Freitag (1987), significa ver o desenvolvimento das políticas públicas entre a intenção original de disciplinar e de reproduzir as estruturas sociais, de um lado, e de capacitar, de outro, os processos emancipatórios.

Assim, a questão do lazer na sociedade ganha, cada vez mais, a importância da participação como canal para a vivência de novos valores, que, de forma educativa, garanta a possibilidade de questionar a sociedade excludente em que vivemos, buscando saídas para os problemas enfrentados no cotidiano. A falta de ações ou, pelo menos, as poucas ações por parte do poder público¹¹ que estejam comprometidas com os valores da mudança social, têm produzido, nos últimos anos, um grande número de movimentos sociais, que têm como pauta maior a participação como caminho para a discussão e a tentativa de resolução dos problemas.

Com o lazer e sua efetiva participação cultural abre-se a possibilidade da conquista da autonomia e de exercício da cidadania, na definição das ações relacionadas aos grupos comunitários. É a perspectiva de contestação e resposta às políticas públicas, altamente conservadoras e excludentes, que encontramos dentro do estado em que vive a população brasileira. Acredita-se que esse é o caminho para a consolidação de uma sociedade mais justa.

Faixa etária em constante processo de contestação e de renegociação com as questões da vida na sociedade, a juventude é a parcela do ciclo vital que mais predomina entre os participantes do *hip-hop* e teria, como uma de suas características, o questionamento com base nas suas relações com o mundo adulto. Nesse sentido, o próximo item analisa a relação entre

¹¹ Algumas experiências com políticas municipais comprometidas com o desenvolvimento da cidadania podem ser encontradas em administrações populares e progressistas. Cidades como Santo André, São José dos Campos, Porto Alegre, Belém, entre outras, podem ser citadas como exemplos positivos de administrações, algumas no período atual, outras já passadas, em que a questão do lazer é vista como prioridade aliado a outros temas, que, na maioria das vezes, são considerados mais “sérios” e, por esse motivo, acabam por polarizar os esforços do poder público. No

lazer e juventude, procurando esclarecer: o que significa a categoria juventude; como se estabelece e qual a importância da relação entre juventude e lazer; qual a importância do *hip-hop* na formação e mobilização desses grupos sociais.

1.2 JUVENTUDE E LAZER

Embora o *hip-hop* não esteja ligado somente à juventude, é, especialmente, entre as pessoas dessa faixa-etária que se encontra grande parte dos participantes ou aficionados desse gênero cultural, nas grandes metrópoles brasileiras. A relação entre juventude e *hip-hop* com a questão do lazer, da mesma forma, é bastante próxima, pelas oportunidades que essa vivência proporciona como resposta às diferentes situações de exclusão social, com a falta de opções que se verifica para essa parcela da população no cotidiano.

Essa situação é ocasionada, entre outras situações, pela precariedade das políticas sociais, colaborando com a limitação dos espaços e oportunidades de vivências de lazer. A discussão, portanto, envolvendo os temas juventude e lazer é extremamente significativa no contexto de sociedade dos dias atuais.

Discutindo o histórico de adolescência, Magro (2002) ressalta que essa categoria é uma construção moderna, e que seu reconhecimento passa a ocorrer quando a educação formal ficou sob a tutela do Estado. Com isso, crianças e adolescentes teriam o dever e o direito de ficar nas escolas, estabelecendo um processo de separação na educação destes em relação aos adultos.

De acordo com Ariès (1981), o primeiro adolescente moderno foi *Siegfried*, de Wagner, que possuía como características a mistura provisória de pureza, de força física, de espontaneidade, de naturismo e de alegria de viver. A juventude, tida nesse período como a

que diz respeito ao *hip-hop* é possível encontrar em cidades como Diadema, Campinas e Santo André ações voltadas para o desenvolvimento e participação culturais, por meio de projetos como, por exemplo, a Casa do *Hip-Hop*.

adolescência, aparece, de acordo com o autor, como a esperança da vivência de novos valores, capazes de mudar a sociedade da época, velha e conservadora.

Nos dias atuais, Dayrell (2003) afirma que encontramos no cotidiano, baseado na produção de diferentes autores sobre o tema, uma série de imagens que acabam por interferir na forma como compreendemos a juventude. Uma das mais fortes é a que a vê como condição de transitoriedade, um vir a ser na passagem para a vida adulta. Outra imagem é a visão romântica da juventude, onde esta seria um tempo de liberdade, de prazer, aliado a um tempo de experimentações, marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade.

Ainda segundo o autor, mais recentemente aparece a tendência de se perceber o jovem apenas relacionado ao mundo da cultura, como se este somente expressasse sua condição nos finais de semana ou quando participasse de atividades culturais. Além disso, essas imagens convivem, no cotidiano, com a que vê a juventude como um momento de crise, uma fase marcada por conflitos com a auto-estima e com a personalidade, além do afastamento da família.

Para Dayrell (2003) é necessário questionar essas imagens, pois, partindo desses modelos sociais arraigados, corre-se o risco de analisar a juventude de forma negativa, enfatizando somente as características que faltariam para corresponder a um determinado modelo de “jovem”.

Assim como o autor citado anteriormente, compreendo a juventude como uma condição social e um tipo de representação, de atores sociais que constroem, a partir de seu cotidiano, diferentes modos de ser jovem, influenciados pelo meio social onde vivem e pelas trocas proporcionadas por esses espaços.

Outra autora que aborda o tema da juventude é Sposito (1993). Discutindo a sociabilidade juvenil e a influência da rua nesse processo, ela destaca que a caracterização do jovem deve ser realizada sob um ponto de vista relacional, ou seja, é necessário caracterizar o jovem a partir da relação que ele mantém com o mundo adulto, bem como da distância com o universo infantil.

Além disso, de acordo com ela, é importante não deixar de lado atributos concretos que venham a marcar o grupo juvenil a ser analisado. Nesse sentido, ruas e praças da cidade apresentam diferentes grupos juvenis que acabam por configurar uma reapropriação do espaço urbano, o que leva à necessidade de uma aproximação mais sistematizada desses grupos juvenis, desafiando o seu entendimento, a fim de que se possa estabelecer a compreensão de suas ações (SPOSITO, 1993).

Nesse trabalho, a autora tem como tema central os jovens da população trabalhadora da cidade que têm, como característica, além da condição geracional, a exclusão decorrente da situação de classe social. Para ela, a sociabilização dessa parcela da juventude tem como principal referência o espaço da rua, sem, no entanto, negar a importância da família, da escola e do trabalho como instâncias que promovem grande influência no jovem. O caminho utilizado por Sposito (1993), para compreender esse processo de sociabilização da juventude, é o rap – Rhythm and Poetry - de diferentes grupos da cidade de São Paulo, elemento cultural do movimento hip-hop.

Em outro trabalho sobre a juventude brasileira e as culturas do lazer, Dayrell (s.d.) afirma que é no tempo livre que a juventude constrói suas normas e expressões culturais, definindo seu modo de ser diferente do adulto. Para ele, “[...] é preciso considerar o lazer (...) na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção afetiva nas relações sociais” (p. 2), e o hip-hop, apresentado na seqüência do capítulo, é uma dessas vivências culturais que podem colaborar para a experimentação, para o desenvolvimento da sociabilização dos jovens a partir da convivência em grupos de iguais.

Nesse sentido, as vivências de lazer podem se caracterizar, como já discutido, como um tempo privilegiado para a experimentação de novos valores que possam contribuir para mudanças sociais, possibilitando, como reivindicação social, o resgate da cidadania por meio da participação cultural.

Porém, na contramão da situação colocada anteriormente, Dayrell (s.d.) relata as desigualdades verificadas na baixa participação da população em atividades culturais no tempo livre, a partir dos dados apresentados pela pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE (2001), em relação à infra-estrutura cultural dos 5560 municípios brasileiros.

De acordo com essa pesquisa, a distribuição dos equipamentos de lazer é mais escassa em municípios de menor população, onde os aparelhos mais disseminados são os clubes, ginásios esportivos e as bibliotecas públicas. Teatros, cinemas e museus são pouco presentes, ao contrário da proliferação de outros equipamentos culturais, como provedor de internet e lojas de discos, revelando o aparecimento de novas possibilidades voltadas para o uso pessoal ou doméstico, porém com o aparecimento de um novo tipo de exclusão, revelado pelo padrão desigual de acesso a essas novas tecnologias.

Além disso, Dayrell (s.d.) afirma que a centralização dos equipamentos nas médias e grandes cidades brasileiras e a dificuldade de acesso a esses espaços, por grande parte da população, colaboram para a transformação das periferias, morros e favelas em extensas áreas desertas de equipamentos voltados, especificamente, para a realização de atividades culturais.

Quando o autor confronta esses dados com os da pesquisa de opinião pública “Perfil da Juventude Brasileira”, que mapeou o acesso dos jovens aos projetos e às atividades culturais, ele chega à conclusão que a participação da juventude nas ações realizadas pelo poder público, ou por Organizações Não-Governamentais (ONGS), é extremamente baixa, especialmente, se relacionada às variáveis “gênero” e “faixa de renda”.

Essa situação chama a atenção para a pouca abrangência dessas ações culturais, onde os jovens das camadas mais populares, que deveriam ser os mais privilegiados, são os que têm menor acesso à realização de tais projetos.

Novamente, fica clara a precariedade das políticas de lazer para a população em geral, e mais especificamente, nesse caso, para a juventude. A necessidade de ações voltadas para esse público deve, segundo Dayrell (s.d.), ter atenção especial para a elaboração de políticas

públicas que levem em consideração os diversos modos de ser dos jovens, suas capacidades de produção autônoma e suas diferentes formas de lazer. Para ele (p. 24),

[...] ainda que este processo possa e deva ser estimulado como compromisso de Estado, ele encontra a sua maior qualidade em contextos de descentralização de planos e orçamentos, de organização e gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil, de práticas de liberdade de expressão e criação cultural, especialmente quando estas assumem o formato de associativismo autônomo e democraticamente orientado.

Essa precariedade nas políticas governamentais e a necessidade do lazer e da participação social, como soluções endógenas para os diversos problemas das comunidades, já se fizeram perceber pelos diferentes movimentos sociais.

A mobilização de diferentes extratos da sociedade civil, no desenvolvimento de políticas públicas nas diferentes áreas do social, tem aumentado gradativamente no país, ações essas que têm, como característica principal, a perspectiva de atendimento a parcelas da população excluídas do processo de participação da sociedade. A temática do lazer e do *hip-hop* com o trabalho social das “posses” é um exemplo característico da situação apontada anteriormente.

Sobre essa questão, um participante do movimento *hip-hop* afirma que

[...] existe muito preconceito por parte da sociedade e do governo contra o jovem pobre. No movimento conseguimos passar, por meio de nossa cultura, um pouco da dura realidade que a tv muitas vezes disfarça, além de ganhar dinheiro com a desgraça dos outros. É preciso se conscientizar de que a sociedade só vai mudar quando evoluir a mentalidade das pessoas. Temos que nos informar e conhecer a realidade para poder alterá-la¹².

Com isso, é importante destacar a formação de grupos de interesses como instrumentos de pressão e de busca de alternativas na sociedade atual, devido ao seu alto grau de exclusão. Grupos de *hip-hop* funcionam como elemento aglutinador de pessoas com interesses comuns, produtoras de uma cultura viva e atuante, que está em constante movimento de questionamento, articulação e renegociação com os elementos culturais provenientes da indústria cultural e que são despejados no mercado para serem consumidos como forma de inserção na sociedade.

Esse movimento de renegociação proporciona para a juventude um espaço de referência, de identidade, de criação e recriação de novos sentidos para as vivências do cotidiano. Protagonistas de ações propositivas, os jovens participantes desses grupos sociais podem ser entendidos como “autores de si próprios” (MAGRO, 2002, p.73), o que nos leva, de acordo com a autora, a questionarmos as diferentes imagens de juventude que o vêem como um modelo social idealizado, desregrado, hedonista ou irresponsável.

A juventude, especialmente a relacionada às camadas populares da população, coloca-se em constante processo de estranhamento com os espaços da grande cidade. As dificuldades e os preconceitos associados a esses públicos específicos afetam as possibilidades de apropriação e de inserção da juventude no espaço urbano, restringindo as oportunidades de lazer e de vivência participativa na cultura local. Os processos identitários estabelecidos no cotidiano, como os relacionados aos grupos de *hip-hop*, podem ser entendidos como um canal de resistência aos processos de fragmentação e de exclusão do tecido social.

Esses jovens podem, por meio do *hip-hop* e sem desconsiderar a importância da educação formal, tomar as rédeas de seu próprio processo educativo, contextualizando-o de acordo com suas necessidades, desejos e experiências. É a perspectiva da educação para e pelo lazer, discutida no início do capítulo.

Essas culturas produzidas pelos participantes do movimento *hip-hop* seja por meio da música, da dança, do grafite, ou das diversas “falas” produzidas pelo corpo, são analisadas na seqüência, procurando-se, com isso, esclarecer: o que é o *hip-hop*; quais suas características e importância na nossa sociedade, categorias a serem analisadas na pesquisa de campo, na segunda parte deste trabalho, com base na inserção deste pesquisador em uma “posse” previamente escolhida.

¹² REVISTA E. São Paulo: SESC, ano 6, vol. 9, março, 2000, p. 12-21.

1.3 BALANÇANDO OS QUADROS: O MOVIMENTO HIP-HOP NO BRASIL

(...) Eu vou dizer por que o mundo é assim
 Poderia dizer ser melhor mas ele é tão ruim
 Poderia dizer que está difícil viver
 Procuramos um motivo vivo mas ninguém sabe dizer
 Milhões de pessoas boas morrem de fome
 E o culpado, condenado disso, é o próprio homem
 (...)
 Tempos difíceis
 Tempos difíceis (...)
 O mundo está cheio, cheio de misérias
 Isto prova que está próximo o fim de uma era
 O homem construiu, criou armas nucleares
 E de um aperto de botão
 O mundo irá pelos ares (...)
 Extra publicam, publicam extra os jornais
 Corrupção e violência aumentam mais e mais
 Com os quais sexo e violência se tornam algo vulgar (...)
 Tempos difíceis (...) ¹³.

Entendida como um grande problema, atualmente, nas diversas cidades do país, a violência ganha cada vez mais as páginas de jornal, revistas e noticiários de televisão, associada às mais variadas situações do dia-a-dia, incluindo a questão do lazer.

Em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, em 2000, o ex-governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, associava as chacinas na periferia da cidade à falta de opções de lazer, desconsiderando toda uma situação conjuntural, que associada à falta do lazer, contribuiu para a ocorrência dessa problemática. Assim, não é só o lazer que falta na periferia da cidade, mas o que fica claro é a ocorrência de diferentes problemas em relação a várias áreas do social, questão que se estabelece pela deficiência das políticas sociais que pouco contribuem para a inserção das pessoas na sociedade como cidadãos participativos.

Em decorrência dessas situações e da dificuldade, cada vez maior, por parte do poder público, em discutir e encaminhar soluções aos problemas mais urgentes verifica-se, nesses

¹³ Trecho da música “Tempos difíceis”. Para ver a música completa, consultar: Racionais MC’s. Tempos difíceis. In: _____. *São Paulo: Cosa Nostra*, São Paulo, p1994. 1 CD.

locais, o aumento da movimentação das comunidades no sentido de buscar saídas para os problemas encontrados. Em muitas delas, a área cultural é o instrumento escolhido como caminho para minimizar a questão, gerando a formação de grupos de *hip-hop* e de *funk*, grupos ligados à área esportiva, teatral, entre outras manifestações.

Relegados à discriminação, ao desrespeito, à falta de cidadania, as pessoas participantes nessas propostas, buscam, além de divulgar as ações das quais fazem parte, uma resposta à miséria, à violência, à falta de oportunidade de se inserirem no “sistema”, conseguindo, assim, o reconhecimento e uma alternativa à falta de perspectiva pessoal.

A partir dessa dinâmica, o *hip-hop* surgiu nos Estados Unidos (EUA), no *Bronx*, no final dos anos 70, desenvolvido por jovens afro-americanos e por caribenhos, como uma nova expressão cultural, em um momento de transição da cidade nova-iorquina, mergulhada no desemprego, na crise da industrialização, no aumento da violência, fatores que incidiam diretamente sobre a juventude (SILVA, 1999).

De acordo com o autor, o *hip-hop*, que significa saltar (*hip*) e balançar o quadril (*hop*), envolvia no seu início a dança *break*, o grafite e o *rap*, numa fusão desses elementos dentro da cena cultural. Atualmente, já existe um consenso entre as pessoas envolvidas com o *hip-hop* de não serem mais três, mas **quatro os elementos do movimento: o mestre de cerimônia (MC), cantor de rap; o disc-jóquei (DJ), discotecário que comanda o baile; a dança manifesta no *break* por meio dos dançarinos (*b-boys*); e a pintura, com o uso do grafite.**

É interessante notar que, como próprio nome, o *hip-hop* liga-se à noção de movimento, no caso a do movimento corporal, com o saltar e balançar o quadril. Além disso, a realização dos quatro elementos constitutivos ocorre de forma articulada, num sentido de movimentação em conjunto, o que justificaria a existência de cada um deles e a caracterização dessa situação em um movimento cultural, ligado a vivências artísticas e possuidor de um sentido mais amplo do que a realização de cada um desses elementos de forma isolada.

Assim, dadas as circunstâncias da época, a cultura *hip-hop* surgiu como possibilidade de desenvolvimento de uma identidade alternativa e de *status* social para turbas de bairro, em locais onde instituições tradicionais de apoio desapareceram, fazendo com que esses grupos possuíssem um tipo local de identidade, de filiação grupal, com base em elementos variados, como moda, linguagem peculiar e espaço próprio de cada grupo.

A experiência local e específica e o apego a um *status* social em um grupo local ou a uma família alternativa têm profunda ligação com a formação da identidade no movimento *hip-hop*. As pessoas participantes nesses movimentos, ao redor de um vínculo intercultural, formam um novo tipo de "família", promovendo isolamento e segurança em um ambiente complexo e inflexível, contribuindo para a construção das redes da comunidade, que servem de base para os novos movimentos sociais (ROSE, 1997).

Discutindo diferentes enfoques teóricos dos novos movimentos sociais, Riechmann e Buey (1994) apontam esses movimentos como um espaço de aprendizagem social, no qual as organizações atuam como forças estruturadoras, abrindo espaço para a interação criativa entre os indivíduos. Segundo os autores, esse espaço pode, mais tarde, ampliar-se e tornar-se acessível, como no caso do *hip-hop*, transformando-se em um espaço público de articulação de interesses, que podem afetar a totalidade da sociedade.

De forma semelhante ao processo histórico ocorrido nos EUA, o *hip-hop* no Brasil, de acordo com Herschmann (2000), veio “no embalo” da cultura *black* e desenvolveu-se no país, em meados da década de 80, nos salões que animavam a noite paulistana, no circuito negro e na periferia da cidade, caracterizando-se pelos temas das composições, que abordam miséria, violência urbana, racismo, dentre outros elementos ligados ao dia-a-dia da periferia da cidade, além da “verborragia” utilizada entre os participantes no movimento.

Um de seus introdutores e maiores incentivadores foi o *rapper* Nelson Triunfo, que, ainda nos anos 80, levou o *hip-hop* para a Praça da Sé. Apesar de seu início estar vinculado à cultura *black*, o *hip-hop* no Brasil não faz parte da estrutura do movimento negro, pois está

ligado, de forma geral, aos novos movimentos sociais que têm contribuído para a revitalização do antigo movimento negro.

A diferença principal dos novos movimentos sociais, questão a ser discutida de forma mais abrangente no decorrer do capítulo, em relação aos movimentos sociais tradicionais, é que os primeiros, caso do *hip-hop*, têm sua organização voltada para uma atuação local, situados em suas ações programáticas de base, de característica autônoma. Enquanto os movimentos tradicionais buscam a conquista do poder e conseqüente controle sobre o aparelho do Estado, prevalecem, nos novos movimentos, as reivindicações por um espaço independente do sistema, com um controle imediato das condições de existência (MELUCCI, 2001).

Representado na maioria das grandes capitais do país, o *hip-hop* tem suas bases mais desenvolvidas no Rio de Janeiro e, especialmente, em São Paulo, contando com a presença de vários artistas conhecidos do grande público (casos dos Racionais MC's, Pavilhão 9, Thayde e Dj Hum, entre outros), edições de várias publicações especializadas no assunto e a realização de alguns programas de *hip-hop* no rádio e na televisão, como o programa *Yo! MTV Raps*, produzido e apresentado em São Paulo pela MTV (Music Television), e veiculado para todo o país.

Por apresentarem expressões similares em algumas questões, o *hip-hop* e o *funk* são apontados, por grande parte da mídia, como manifestações semelhantes e de caráter marginal na sociedade brasileira. Trata-se de um entendimento equivocado, que começou a aparecer a partir dos arrastões ocorridos nas praias da zona sul do Rio de Janeiro, no início dos anos 90, relacionando-os aos *funkeiros* e as suas possíveis mediações com o narcotráfico dos morros cariocas. No entanto, ao contrário desse entendimento, tanto o *hip-hop* quanto o *funk* são manifestações culturais extremamente expressivas no Brasil, situação facilmente comprovada com a intensa veiculação de seus símbolos, principalmente, pela propagação de diversos anúncios publicitários.

É importante lembrar que ambas as manifestações, aliadas a outras expressões populares e de massa, ocupam uma posição marginal e, curiosamente, ao mesmo tempo central

na cultura brasileira, representadas por um lado nos segmentos populares excluídos e, de outro, ligado à lógica do capitalismo através da atuação da indústria cultural.

Para Herschmann (2000), apesar das semelhanças entre ambos, diferenças podem ser destacadas, como os locais de atuação. No caso do *funk*, além da rua, o baile e todo o ritual que o precede é o principal espaço de expressão das relações que se estabelecem e que, em seu desenvolvimento, assumem formas diferenciadas. No *hip-hop*, além da rua e das festas, o estilo dos participantes se constrói, principalmente, nas associações, chamadas de “posses”, responsáveis pela discussão e realização das ações ligadas ao movimento¹⁴.

Além disso, por conta da falta de distinção produzida pela mídia e dos preconceitos advindos com ela, o movimento *hip-hop* procura demarcar uma fronteira mais clara com o *funk*, pois os *funkeiros* também se intitulam *rappers* (cantores ou compositores de *rap*) ou MC's (mestres de cerimônia - *rappers* que cantam e animam os bailes), e consideram suas músicas como *raps*. Essa situação leva à existência até de um clima de grande hostilidade entre ambas as correntes, uma vez que para os *rappers* do *hip-hop*, o *funk* não contribuiria para a conscientização do pobre e do favelado, em relação à sua condição social e racial, devido às letras melodicamente pobres e de conteúdo leve (HERSCHMANN, 2000), algo que não deve ser generalizado em relação ao *funk*, mas analisado em cada caso, de acordo com a mensagem passada em cada música.

Porém, de acordo com Herschmann (2000), o *hip-hop*, assim como as demais expressões culturais surgidas nas classes populares sofre, de forma preconceituosa e por parte da mídia, um processo de estigmatização, por causa das leituras equivocadas dos elementos constituintes do movimento, como as músicas, com suas letras ácidas, algumas que, até mesmo, glorificam o “mundo do crime”, caso do “*gangsta rap*” e das danças, que são consideradas incitadoras da violência urbana e da delinquência juvenil. Também o grafite, arte que busca a apropriação/reapropriação de certas áreas da cidade, como resposta à exclusão que as pessoas sofrem, em relação ao espaço urbano, é, no do imaginário popular, constantemente reduzido à pichação.

¹⁴ A discussão sobre as características e formas de atuação de uma “posse” são detalhadas na seqüência do capítulo.

Há, ainda, por parte daqueles que desconhecem o *hip-hop*, a imagem de que o uso de drogas por parte dos “manos” seja algo bastante comum, encarando-os de forma extremamente preconceituosa no cotidiano. Essa é uma questão controversa e, por isso, bastante polêmica, justamente dentro de um movimento que tenta vivenciar valores diferentes na sociedade, alertando especialmente os jovens sobre os problemas relacionados a essas questões.

Herschmann (2000), em trabalho realizado nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, aponta que, nas conversas realizadas com os entrevistados, boa parte deles dizia-se contra bebidas, drogas, de uma forma em geral, e sexo livre. O autor aponta, ainda, o preconceito e a repressão pelo qual passam as pessoas, com a vigilância constante dos órgãos de segurança pública, uma vez que são vistos como perigosos por seus discursos radicais, incitando posturas racistas e revoltosas das minorias sociais.

Apesar das falas e dos relatos contra as drogas e a violência, questões contrárias a esses discursos podem ocorrer no cotidiano das pessoas ligadas ao *hip-hop*, uma vez que o movimento e as manifestações culturais estão inseridos na sociedade e, como tal, influenciam e são influenciados por ela, seja nas festas e nas atividades realizadas, seja na vida cotidiana, como o caso, recentemente noticiado pela mídia, da prisão de Mano Brown, vocalista do grupo de *rap* Racionais MC's¹⁵.

No entanto, a questão dos preconceitos e da exclusão ultrapassa a perspectiva de classe social, como geralmente é colocado e questionado pelo movimento *hip-hop*, envolvendo questões intraclasses sociais, relacionadas à mulher e às suas possibilidades de participação no grupo.

A discussão sempre gira em torno das pessoas pobres e suas dificuldades em relação ao sistema social estabelecido, mas é importante chamar a atenção para as situações de

¹⁵ O caso mostra-se polêmico e contraditório, tanto pelo lado jornalístico (foi caracterizado pelo cantor como abusivo e, por outro lado, justificado pela polícia como desacato a autoridade) quanto pela associação com valores do movimento *hip-hop*, uma vez que a polícia encontrou no carro uma ponta de cigarro de maconha que seria de um Dj, amigo de Brown. Para mais detalhes veja reportagem: Mano Brown paga fiança, é solto e chora”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de jul., 2004, Cotidiano, p. C7.

exclusão no próprio movimento. Questionam-se as dificuldades enfrentadas pelos “manos” e “minas” para a inserção na sociedade, mas, por mais paradoxal que seja, “esquece-se” as dificuldades enfrentadas pelas “minas”, em um movimento que busca a superação da exclusão social.

Exemplo disso é discutido em reportagem publicada na Folha de São Paulo, que aponta a entrada das mulheres no *hip-hop* e, também, em um terreno, até então, dominado pela presença masculina: a produção de letras, que com suas presenças, passam a discutir a resistência e a realidade feminina na periferia. Revólver, drogas e polícia são apenas a metade da realidade sempre citada pelos “manos”. Há a outra metade da história, relatada pelas mulheres, apesar da enorme resistência que enfrentam no dia-a-dia¹⁶.

A autora aponta, nos vários depoimentos, preconceitos relacionados a questões de raça e de gênero, além de discutir um problema bastante próximo das mulheres em geral, discutido no que é chamado de barreiras para o lazer, mas que aparece aqui de forma mais intensa: a tripla jornada de trabalho, em que as mulheres Dj's procuram conciliar as tarefas domésticas, o *hip-hop* e o trabalho.

Herschmann (2000) também chama a atenção para o papel secundário que a mulher desempenha no movimento, com as situações de exclusão que acontecem tanto na música, quanto no espaço que existe para o sexo feminino revelar-se como cantoras, dançarinas ou grafiteiras. Até mesmo as roupas utilizadas pelas mulheres são semelhantes às dos homens, devido ao medo de serem estigmatizadas e rotuladas negativamente.

Assim, o movimento *hip-hop* depara-se com diversas situações preconceituosas, tanto internamente, quanto, de forma mais acentuada, externamente ao grupo, passando por situações que colaboram para a falta de inserção social e de socialização das pessoas. São preconceitos como esses e outros problemas do cotidiano das pessoas que o movimento, por meio da produção e do consumo cultural manifestado pela música, dança e pintura, procura questionar e minimizar com o desenvolvimento das ações.

¹⁶ FREDERICO, C. As meninas superpoderosas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E1, 25 de jun., 2001, Ilustrada.

Essas ações são realizadas em determinados espaços como forma de revitalização da cidade e de inserção de seus membros. São, geralmente, utilizadas praças, clubes e ruas (especialmente ruas da periferia, no caso de São Paulo e de Guarulhos). Resulta daí o *hip-hop* ser conhecido como a cultura das ruas, onde tem lugar a realização de diversas manifestações, como: shows, performances de *street dance*, ações comunitárias e, dentre outras possibilidades, o agendamento de reuniões nas instituições e nas “posses” ligadas ao movimento.

Na Grande São Paulo, a “**posse**” é o espaço de organização mais característico do movimento, funcionando como local de agregação dos grupos de *rap*. É a partir dela que as redes de relações entre esses grupos estabelecem-se, e a política de intervenção no espaço da rua concretiza-se. A “posse” organiza as festas e as atividades, que buscam conscientizar os participantes para os problemas da periferia, procurando beneficiar os membros do movimento e mudar os adversários e a situação social (ANDRADE, 1999).

Esse espaço tem como objetivos desenvolver atividades artísticas com os membros do grupo, realizando ensaios, agendando apresentações musicais ou palestras em escolas ou em ONGS e realizando oficinas de discotecagem, de dança, de mestre de cerimônia e de grafite, dentro dos quatro elementos do *hip-hop*, como forma de também capacitar os participantes para o desenvolvimento de habilidades que possam reverter em oportunidades dentro do mercado de trabalho. Essas situações mostram como uma vivência de lazer pode ter influência e relação com outras esferas da atividade humana, como o trabalho, colaborando para a mudança da situação social.

Há casos de “posses” que procuram uma articulação com partidos políticos ou entidades ligadas ao movimento negro, participando de debates, na busca de informações ligadas ao movimento. Analisando a ação pedagógica de uma “posse”, no sentido de instrumento utilizado para discutir direitos, atingir objetivos e definir ações nas relações sociais, Andrade (1999) afirma que a ação dos jovens na “posse” é espontânea, promovendo a criatividade na criação das músicas e nas outras atividades artísticas realizadas pelo grupo. Para ela,

[...] na ação pedagógica, o grupo se fortalece étnica e geracional como condição única para a superação do mundo da exclusão e, mais ainda, do mundo da violência simbólica.

Reafirmam, como jovens, sua capacidade de apresentar idéias, compartilhar opiniões e sugerir mudanças sociais. Promovem, como negros, o cultivo à auto-estima e a luta pelo direito à cidadania (p. 91).

E aqui a noção de pedaço, abordada por Magnani (1998), se faz presente tanto no que diz respeito à rede de relações sociais travadas quanto ao componente espacial.

Segundo Magnani, existe entre o cotidiano vivido e as instituições e valores dominantes “[...] um complexo sistema de mediações que processa, em ambos os sentidos, as múltiplas formas de intersecção entre o ‘nós, do pedaço’ e o ‘eles’ dos centros de poder da sociedade abrangente” (1998, p. 138), ocasionando, assim, de um lado um espaço concreto de relações e, de outro, o estabelecimento de passagens entre o “pedaço” e a sociedade em geral.

Além da categoria “pedaço”, Magnani (2000) aponta outras categorias, como “manchas”, “trajetos”, “pórticos” e “circuitos”, como espaços característicos na cidade grande, onde se estabelecem as redes de sociabilidade. Nesses espaços, os territórios são claramente estabelecidos por marcas exclusivas. De acordo com o autor, quando jovens negros saem de suas casas para ir até a Rua 24 de Maio, nas Grandes Galerias, área central de São Paulo reunindo interessados no movimento *black*, não vão apenas para comprar discos ou cuidar do visual, mas especialmente para encontrar pessoas, saber o que está acontecendo, exercitar o uso de códigos comuns ao grupo. É dessa forma que as redes de sociabilidades vão se formando.

Nesse sentido, o espaço característico do “pedaço”, bem como, das demais categorias mencionadas acima, funciona como local privilegiado para o estabelecimento das relações sociais. No *hip-hop*, é na realização das vivências de lazer na comunidade, como bailes, festas de rua, de salão ou de fundo de quintal, que acontecem as novas formas de sociabilidades, novas formas que privilegiam o sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, um sentimento de identidade coletiva, de estar entre iguais, “sejam eles patrícios de antontem, os *brothers* de ontem ou os manos de hoje” (AZEVEDO e SILVA, 1999, p. 72), iguais não apenas na idade e/ou na etnia, mas, especialmente, nas dificuldades vivenciadas no dia-a-dia.

No movimento *hip-hop* encontra-se, de forma bem caracterizada, a presença de quatro elementos com marcas e códigos próprios, que se relacionam e que reúnem pessoas com

interesses tanto específicos em cada uma dessas manifestações, quanto gerais em relação aos objetivos do movimento *hip-hop*.

A noção de técnica corporal de Mauss (1974) pode ser relacionada a esses elementos através de seus símbolos e significados. Para Mauss, os gestos e movimentos corporais são criações culturais passadas através de gerações e possuem significados específicos para quem os realiza. Para Mauss, a técnica é um ato tradicional eficaz em que os movimentos considerados bem sucedidos em pessoas com certa autoridade e em quem se confia são emprestados, processo denominado de imitação prestigiosa, o que torna o ato ordenado, autorizado e provado. Daólio (2000), ao discutir a noção de técnica corporal, afirma que quem transmite, o faz porque acredita e pratica, enquanto quem recebe é porque aceita, aprende e imita aquele gesto.

Assim, no *hip-hop*, o corpo “fala”, e os movimento corporais, relacionados aos diferentes elementos culturais, difunde-se e passa a ter significados próprios, valorizados por cada uma das pessoas, de acordo com suas necessidades e realidades. Esses movimentos são, portanto, imitados à medida que têm importância dentro das condições reais de cada indivíduo.

Comparando os diferentes elementos do *hip-hop*, o *rap* possui no público consumidor e participante maior apelo e visibilidade, pois é mais facilmente encontrado na mídia, quando comparado com o grafite e a dança, e, também, pelas letras que abordam e retratam as dificuldades do cotidiano.

Apesar de importantes para a continuidade do *hip-hop*, no sentido de arte engajada, a dança, com o *break* e o *street dance*, e o grafite possuem um papel secundário no movimento atual, com poucas pessoas representativas e de projeção nacional quando comparados ao *rap* (HERSCHMANN, 2000).

Entre o grafite, a dança, o *rap* e as construções musicais, Rose (1997) aponta a existência de uma conexão estilística centrada em torno de três conceitos: o fluxo, a estratificação e as rupturas sucessivas.

No *hip-hop*, as “falas” produzidas pelos elementos visuais, físicos, musicais e líricos são compreendidas em movimentos constantemente interrompidos de forma brusca, por cortes angulares, sustentados através da fluidez e da circulação. O grafite mostra claramente essa situação com suas letras longas, radicais, sinuosas e curvas quebradas em seu traço. São escritas em itálico exagerado, sugerindo o movimento de ida e de volta, em um movimento circular, além das palavras terem um duplo ou triplo sombreamento, movendo-se horizontalmente (ROSE, 1997).

Além disso, o grafite teria como característica principal a proposta de intervenção sobre o espaço urbano, construindo uma ponte entre o individual e o coletivo, com a divulgação de um determinado estilo artístico, fora dos circuitos de produção e circulação cultural (DUARTE, 1999), que longe de ser encarado como pichação, de forma repressiva e preconceituosa em relação ao *hip-hop*, teria como função a ressignificação da estética urbana, funcionando como uma espécie de arte-denúncia (ROTTA et al, 2002).

Apontando diferentes formas de dançar no *hip-hop*, Rose (1997) afirma que o *break*, com seus pulos e imobilismos, traz movimentos em que as articulações são golpeadas de forma brusca por posições angulares. Esses movimentos repentinos acontecem após um movimento prévio em uma parte da articulação, criando como efeito uma espécie de “onda”, em que a energia é deslocada de uma extremidade a outra do corpo, formando um traço a partir de diferentes rupturas angulares, de modo a sustentar a energia e o movimento por meio do fluxo dessas ondas.

Essas diferentes formas são representadas por três estilos diferentes, originados de distintas localidades dos EUA. De acordo com Alves (2001), embora a figura do *break boy* (*b.boy*) seja, tradicionalmente, relacionada com o dançarino de chão (*b.boyin'g*), sua performance pode ser associada, também, com a dança *popin'g* e a *lockin'g*. O primeiro é, das três possibilidades, a dança mais tradicional do *hip-hop* e possui vários movimentos de chão como o *top rock*, *up rock*, *foot work*, *freeze*, *boogaloo* e os novos movimentos dos *b.boys*, chamados de *power movies*.

O *lockin'g* é a dança realizada com movimentos coreografados em duplas ou grupos maiores e caracteriza-se pela intensa ação de braços, mãos e dedos que trabalham em rotação, com vários planos, em gestos de apontar. O *popin'g* é a ação onde o dançarino desenvolve seus movimentos com “trancos” nas articulações, endurecendo os movimentos, com característica semelhante a um robô ou a uma onda (ALVES, 2001).

Para ele, essas diferentes possibilidades de dançar revelam os estilos, o charme, a expressão, a “ginga estilosa” da dança *break*. Cada *b.boy* tem o seu estilo, tem uma movimentação diferente, um modo de dançar, que permite o estabelecimento de um processo identitário em relação ao repertório de ações corporais de cada dançarino. Assim, cada um desses estilos tem seus passos característicos, como os do *b.boyin'g* citados acima.

Mais do que entrar na discussão detalhada¹⁷ de cada um desses passos importa destacar a riqueza de possibilidades dos diferentes estilos de dança e o estabelecimento de um repertório de ações corporais que revela um modo de ser e dá visibilidade aos participantes na dança *break*, garantindo a resignificação do corpo e a re-apropriação de espaços, até então negados a essas pessoas.

Outra questão interessante na dança é a “dublagem” que os *breakers* fazem dos movimentos realizados entre eles, como o sombreamento e a estratificação no grafite, entrelaçando seus corpos, criando novas formas, unindo e se separando em movimentos bruscos e quebrados, deixando aos olhos, além da beleza, o traço realizado ao criar um efeito de tempo e espaço, a partir da fluidez e da circulação dos movimentos dos pés. Para Duarte (1999), no *hip-hop*, ao contrário da sincronia dos movimentos da cultura ocidental, a dança coloca-se contra a disciplinarização do corpo imposta pela sociedade. O corpo não se esconde, não se retrai. Pelo contrário, expõe-se constantemente com coreografias e explorando plenamente suas potencialidades.

¹⁷ Mais detalhes dos diferentes passos, dos estilos de dança de rua, podem ser consultados em ALVES, F. S. *Dança de Rua: corpos e sentidos em movimento na cidade*. 2001. 148 f. Monografia (Graduação em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2001.

Além disso, o *break*, dentro do *hip-hop*, como movimento corporal, tem a função de mostrar o discurso do corpo nas suas relações consigo mesmo e, também, com o real. Assume a função de ressignificar a existência do corpo na sociedade através de sua própria expressão artística, reinventando a subjetividade e, da mesma forma, como diz Duarte, dando sentido à vida, em contraposição às imposições que vêm de fora e afetam os sujeitos (ALVES e DIAS, 2004). Para eles, a dança *break* alcança no racha¹⁸ maior visibilidade artística, e o mais importante é que o sentido do movimento não está na ação em si, mas no significado que foi suscitado. Com isso,

[...] a arte ressignifica a vida e garante sentidos à existência, portanto o jovem só sente a vida nesse processo de ressignificação do legado histórico. Do contrário, a história perde o sentido e vira produto de consumo e a arte, por consequência, também vira mercadoria (ALVES e DIAS, 2004, p. 7).

Assim como no grafite e na dança, o *rap* também tem seus elementos de fluidez e ruptura nas músicas, em que os *rappers* mostram suas habilidades em se deslocar, isto é, circular de maneira fácil pelos sons complexos, colocados pelos Dj's. De acordo com Rose (1997), o som das guitarras e baterias no *rap* são freqüentemente cortados pelos arranhões (*scratches*) e colagens de outras músicas, formando uma espécie de “gagueira” que, com a aceleração de certas passagens, compõe a estrutura desse tipo de música.

Duarte (1999) aponta o *rap* como uma literatura voltada para aquele que ouve a música. A relação entre quem diz e quem ouve é que mostra a força do *rap* no cotidiano. O *rapper* se torna um “literato”, e aquele que o ouve é aquele que tem direito à palavra, construída em uma linguagem que lhe é própria.

Suas músicas têm a função de reinventar a musicalidade, a partir da reinvenção das técnicas e dos instrumentos musicais, com letras que denunciam as miseráveis condições de vida e a exclusão social (ROTTA et al, 2002). Nesse sentido, a elaboração das letras das músicas cantadas pelos *rappers* provém da experiência de vida, relacionada ao processo de exclusão

¹⁸ O momento do racha é uma espécie de competição onde os participantes se posicionam em rodas e dançam no centro, um a um, em um desafio em que se misturam, de forma ritmada, a provocação, a ironia e os gestos cênicos (ALVES, 2001).

enfrentado na cidade, como na letra do trecho da música “Fim de Semana no Parque”, dos Racionais MC’s, que pode ser lida a seguir:

[...] Ambicioso e realista, sou eu
 Mano Brown
 Me dê quatro motivos para não ser
 Olhe meu povo nas favelas e vai perceber
 Daqui eu vejo uma caranga
 toda equipada e um tiozinho guiando
 Com seus filhos ao lado
 estão indo ao parque
 Eufóricos, brinquedos eletrônicos
 Automaticamente eu imagino
 a molecada lá da área como é que tá
 Provavelmente correndo para lá e para cá
 jogando bola
 descalços nas ruas de terra
 Brincam do jeito que dá
 Gritando palavrão
 é o jeito deles
 Eles não têm videogame
 às vezes nem televisão
 Mas todos eles têm um dom
 São Cosme e São Damião
 a única diversão [...].¹⁹

Outra questão interessante é que a mensagem no *rap* é sempre pessoal, e os *rappers* recusam-se a cantar músicas de outros *rappers*, pela falta de relação com sua realidade pessoal, com sua situação de excluído, mesmo que a música tenha alcançado algum destaque no mundo fonográfico (SILVA, 1999).

Em relação ao significado desse fluxo, estratificação e ruptura discutidos no *rap*, na dança e no grafite, de acordo com Rose (1997), é que eles teoricamente

[...] criam e sustentam um movimento rítmico de continuidade e circulação através do fluxo; que eles acumulam, reforçam e embelezam essa continuidade através da estratificação; e driblam as ameaças a essas narrativas ao construir rupturas que realçam a continuidade, desafiando as narrativas a todo momento (p. 208).

¹⁹ Para a letra completa da canção, consultar: Racionais MC’s. Fim de semana no parque. In: Racionais Mc’s. *São Paulo: Cosa Nostra*, São Paulo, p1994. 1 CD.

A ocorrência dessas questões permite entender o *hip-hop* como um caminho de questionamento e de contestação na área cultural, caracterizando-se como um projeto de resistência aos problemas cotidianos e de afirmação social, com a participação das pessoas nos movimentos da coletividade, pois, como menciona Rose (1997), suas ações podem criar, sustentar, acumular, estratificar, embelezar e transformar as narrativas, por meio da ruptura social frequentemente desejada.

Com isso, o *hip-hop*, como movimento social, passa a ser entendido como um canal de produção de cultura, ligado às classes pobres e excluídas da sociedade. Essa cultura produzida passa a ser vista como um estilo de vida, estilo que congrega e une pessoas com ideais comuns, partilhando símbolos e significados próprios do movimento. O próximo tópico vai justamente discutir essa questão, ou seja, como símbolos diversos possuem sentidos e significados que caracterizam um determinado estilo de vida, colaborando até mesmo para o desenvolvimento da cidadania, e reafirmando a existência e a participação das pessoas na sociedade.

1.4 O HIP-HOP COMO UM ESTILO DE VIDA

Conhecido como a cultura das ruas, o *hip-hop* tem, em sua configuração, a presença de diversos elementos da indústria cultural. É um movimento que se apropria de quatro formas artísticas para o questionamento das injustiças sociais e renegociação em busca de apropriações que permitam a inserção dos participantes, discriminados ou não, na sociedade.

Esses elementos, segundo Ewen (1991), caracterizam-se como um estilo, confluindo para um mesmo ponto, uma marca constitutiva de uma “identidade”, maneira pela qual as pessoas se relacionam com o mundo. Esse estilo seria um “idioma” no mundo de aparência, da vida em sociedade, atrelado ao consumo e aos interesses do mercado.

Identidade é aqui entendida como o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem em comparação com outras fontes de significados (CASTELLS, 2000). Para o autor, a identidade é distinta dos chamados papéis sociais e a sua construção social é marcada por relações de poder. Castells propõe uma distinção entre três formas e origens da identidade: a legitimadora, a de resistência e a de projeto.

Diferentemente da primeira possibilidade, as duas outras formas de identidade podem ser relacionadas com as características do movimento *hip-hop*. De acordo com Castells (2000), a identidade de resistência é criada por atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas, formando espaços de resistência baseados em valores diferentes ou opostos aos da sociedade. A terceira forma caracteriza-se quando os atores sociais utilizam-se de algum material cultural ao seu alcance para construir uma nova identidade, redefinindo sua posição na sociedade e transformando a estrutura social como um todo.

Outra questão interessante, discutida por Castells (2000), é que a identidade de resistência pode acabar resultando em projetos, situação relacionada ao movimento *hip-hop*, ou ainda, tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, e, com isso, legitimando suas ações.

Em relação ao *hip-hop*, a presença da indústria cultural junto ao movimento é um fato que não pode ser negado, porém, como lembra Herschmann (2000), esse estilo próprio nem sempre se dobra às necessidades do mercado, pois é constantemente reelaborado pelos consumidores, “[...] fruto de apropriações, de reagenciamentos produzidos no jogo das relações sociais e das relações com o mercado” (HERSCHMANN, 2000, p. 59), garantindo com o desenvolvimento dessa dinâmica, a renovação e a diversidade de novos estilos, bem como a consolidação de novas formas de atuação no campo cultural.

Diferentemente de alguns autores²⁰, estilo, aqui, aproxima-se da noção de “estilo de vida”, de Featherstone (1995), ou seja, são formas de consciência e expressão estilizada, que englobariam a cultura produzida individualmente ou em grupos.

Assim, as “falas”, apresentadas pelos participantes do movimento de *hip-hop*, tais como roupas, diferentes discursos, linguagem corporal, podem ser entendidas como um “estilo de vida”, indicador de uma individualidade e, ao mesmo tempo, de pertencimento a um grupo.

Herschmann (2000) aponta que quem expressa seu gosto, escolhas e interesses, classifica e é classificado, sendo essas situações relacionadas a um estilo de vida. Para ele, os estilos de vida podem ser considerados um importante referencial de análise do mundo contemporâneo, devido ao fato da dinâmica cultural atual tornar-se, cada vez mais, instável, com suas constantes mudanças. Isso aponta a necessidade de se buscar novos referenciais, e a noção de estilo de vida permitiria mapear a vida social, contribuindo para o melhor entendimento da sociedade em que vivemos.

O autor, porém, chama a atenção para o fato de que é preciso reconhecer as limitações ao se trabalhar com a noção de estilo de vida, pois analisamos uma sociedade que opera com referências diversificadas, podendo um determinado estilo ser apropriado por pessoas diferentes, ou mesmo uma pessoa apropriar-se de estilos diferentes. Os estilos de vida juvenis, em nossa sociedade, estão em constante construção, “[...] formam um universo cultural no qual se desenrolam sociabilidades, definem-se trajetórias, constroem-se sentidos e territorialidades” (HERSCHMANN, 2000, p. 63).

Sobre esta constante mudança cultural, nossa sociedade, de acordo com Lefebvre (1991), seria dominada pelo consumo de signos. Chamada de “sociedade burocrática de consumo dirigido”, teria como características o caráter racional, os limites burocráticos dessa racionalidade, o consumo no lugar da produção e o cotidiano como plano para o qual se dirigiria seu esforço.

²⁰ Lefebvre (1991), por exemplo, entende o estilo como fator distintivo de uma determinada época, sugerindo que o

Viveríamos em uma sociedade devoradora de signos, que engole o que procura dar sentido à vida: a capacidade criativa dos indivíduos. Disso resulta para Lefebvre (1991) uma situação paradoxal, pois essa sociedade, que é voltada para a participação e a integração, tanto daqueles que a aceitam quanto daqueles aos quais ela decepciona, não chega a integrar nenhum de seus grupos sociais.

Para o autor, o consumo nada criou, pois ele é apenas devorador das relações entre as pessoas e, embora provido de significações, é extremamente solitário, obscurecendo as relações de produção e levando ao desaparecimento tanto do homem ativo, criativo, produtor no sentido de qualidade principal, quanto, por consequência disso, à idéia de sociedade como conjunto.

A sociedade em que vivemos hoje é, para Lefebvre (1991), uma sociedade onde os signos estariam deslocados de seus significados e as relações de linguagem, que ao mesmo tempo constroem e mascaram o cotidiano, através da metalinguagem, substituiriam as relações baseadas na atividade (o trabalho e a sua divisão, a cooperação para a realização de uma obra, entre outros aspectos), ou seja, as relações dos grupos que se comunicavam por meio de seus costumes, objetos e objetivos, trocando-os por relações baseadas na comunicação formal, valorizando não mais o meio e a forma, mas o fim e o conteúdo.

Nesse sentido,

[...] grandes grupos 'informais', isto é, baseados na linguagem e em relações de linguagem, ocupam na escala global, o lugar dos grupos destituídos. Esses grandes grupos são mais biológicos que sociais: as mulheres, a juventude, os velhos. Eles preparam uma linguagem para si mesmos, nada mais. Nesses grupos fala-se por falar, para se sentir junto (in). Para comunicar, para manter também a vida de grupo, que só consiste em comunicação, sem objeto nem objetivo. É o reino da falação, do bate-papo, da tagarelice, que passa para a escrita na primeira ocasião" (LEFEBVRE, 1991, p. 130).

Assim, ele chama a atenção para a ambigüidade do consumo cotidiano, que pode ser, ao mesmo tempo: material (o pegamos e usamos) e ideal (consumimos como

teríamos perdido com o passar dos tempos, em razão da vida cotidiana racionalizada.

representação, imagem, metalinguagem); total (sob a organização racional do cotidiano) e parcial (com o sistema sempre inacabado e não se fechando jamais); satisfação (de uma necessidade) e frustração (que sempre renasce); personalizante (ligado à escolha dos objetos, à liberdade combinatória) e deformador do real (com o consumidor se perdendo na acumulação dos objetos, sem desejo e, principalmente, sem necessidade). Cada termo significa e se deixa significar por seu oposto. Remete ao seu contrário e a todos os outros, servindo como garantia, como uma estrutura de álibis, dentro da sociedade em que vivemos.

Para que possamos privilegiar a capacidade criativa, procurando encontrar novamente a qualidade e as propriedades do ser humano, Lefebvre (1991) advoga que devemos romper com o cotidiano e com o consumo exacerbado dos signos, dentro do próprio cotidiano, ou seja, por meio da cotidianidade, realçando as qualidades criativas da cultura do ser humano, como forma de vivenciar uma nova realidade.

Apesar da reflexão anterior ser importante e extremamente atual, é preciso salientar que nem sempre o consumo é feito de forma apenas passiva, sem ser reelaborado pelas pessoas, conforme já discutido neste trabalho. O próprio movimento *hip-hop* convive com essa questão no seu dia-a-dia, procurando questionar os signos consumidos desordenadamente no cotidiano e, ao mesmo tempo, aproveitar-se desses elementos para construir seu estilo e suas ações.

Sobre a questão do consumo em nossa sociedade, Canclini (1999) propõe a sua reconceitualização, entendendo-o não apenas como a realização de gastos inúteis, provindos, muitas vezes, de impulsos irracionais, mas como espaço para o pensar, em que se organiza grande parte da racionalidade na sociedade. É a expansão da noção de cidadania, que passa a incluir direitos de saúde, educação, lazer e, também, da apropriação de outros bens em processos de consumo e decisões.

Porém, para o autor, a reorganização dos sistemas simbólicos, baseados na visão neoliberal da rentabilidade dos bens, exclui a maioria do contato com a cultura contemporânea mais criativa. Para ele, a falta de acesso a essa cultura criativa leva as pessoas na

sociedade à falta de informações mais atualizadas, o que contribui para uma diferença negativa entre elas no consumo.

Assim, para que se possa aliar consumo e cidadania, Canclini afirma que é necessário que se reúnam, ao menos, três requisitos no cotidiano, que são: 1) uma variada oferta de bens e mensagens, com acesso fácil e igualitário para todos, representativo da diversidade internacional dos mercados; 2) informação confiável, e em variadas direções, sobre a qualidade dos produtos, controle este exercido pelos consumidores, para que possam minimizar os efeitos das armadilhas da propaganda; 3) participação efetiva dos principais setores da sociedade civil nas decisões relacionadas à questão do consumo, desde as de ordem material, simbólica, como o controle da qualidade dos alimentos, até as de ordem política, como a administração de informações estratégicas para a tomada de decisões.

Em nosso país, atualmente, um exemplo dessa situação pode ser encontrado dentro dos quatro elementos do *hip-hop*, como na música dos grupos de *rap*, que, ao mesmo tempo em que contestam a mídia, posicionando-se contra a televisão e o mercado fonográfico representado pelas grandes gravadoras, buscam espaços alternativos, como a formação de produtoras, de selos musicais independentes, de revistas e *fanzines*²¹, que garantam por outros meios não só a distribuição do trabalho, mas o controle sobre a produção, de modo a propiciar um espaço que dê visibilidade aos seus trabalhos, pois só assim, de acordo com os participantes, seria possível lutar, fazer-se ouvir, ou ainda negociar as causas que julgam importantes (HERSCHMANN, 2000).

Nessa rede de relações, outras situações relacionadas à reutilização de variados códigos para se comunicarem entre si, além da fala, são as roupas, o corpo, as publicações especializadas, as regras e formas de organização e os espaços próprios das manifestações que reúnem os participantes do *hip-hop*. São justamente essas “falas” que se mostram importantes, pois são significativas para aqueles que produzem e desfrutam de tais situações no cotidiano.

²¹ Publicação alternativa fora dos padrões convencionais, dedicada a assuntos de música popular

As roupas, assim como a música, também tem seu aspecto distinto e paradoxal dentro do movimento. As pessoas participantes do *hip-hop* usam, geralmente, roupas pesadas, largas e de grifes consagradas (esportivas especialmente), ou que, por outro lado, imitam grifes consagradas. Elas usam e abusam de correntes no pescoço, bonés, gorros, jaquetas e tênis de *street-ball*, objetos de consumo da grande maioria dos jovens de todas as classes sociais, mas que, no caso do *hip-hop*, enquadram-se, principalmente, nas classes com menor poder aquisitivo.

Herschmann (2000) aponta, inclusive, que a indumentária é o principal indício da crescente visibilidade do *hip-hop* no cotidiano, notavelmente com a utilização da “estética das ruas” em várias campanhas publicitárias desses e de outros produtos voltados para o público jovem de todas as classes, influenciando e determinando sonhos de consumo, sugerindo, com isso, um “consumo difuso” dentro dessa manifestação cultural. Apesar disso, o autor afirma que o *hip-hop* não tem perdido seus significados, com a situação de modismo e evidência cada vez maior, e que, ao contrário do que poderia supor, ele potencializa-se e torna-se visível no cenário urbano, em relação às suas lutas.

No que diz respeito à relação entre as categorias “local” e “global”, Bennett (s.d.) afirma que embora aspectos da cultura popular, como os diferentes estilos de vida e estilos musicais, possam ser apropriados por via de fluxos globais, o local é de fundamental importância para o desenvolvimento da identidade coletiva, pois é através dele que a vida assume significados cotidianos específicos. Assim, a influência do local, no movimento *hip-hop*, dá-se a partir dos elementos e dos estilos de vida a ele associados, reelaborados a partir da cena global.

O caso do *hip-hop* é apenas um, dentre as várias manifestações populares que encontramos na sociedade brasileira. Movimentos sociais diversos têm uma presença marcante no cenário cotidiano, reivindicando melhores situações para as classes menos favorecidas, seja na cidade, como o movimento dos sem tetos, o movimento *hip-hop*, movimentos ligados à criança, entre outros, seja no campo, onde se destaca o movimento dos sem terra.

Nesse sentido, busca-se apresentar os novos movimentos sociais, caso do *hip-hop*, como instrumentos mobilizadores, destacando a participação efetiva das pessoas como forma de colaborar para o questionamento e mudança das relações sociais do cotidiano.

Com a discussão do próximo tópico, buscar-se-à elementos para o entendimento de como esses novos movimentos sociais podem se articular e buscar mecanismos, neste caso, relacionado à cultura manifestada no lazer dos grupos sociais, para contestar as relações desiguais que são impostas, especialmente, para a parcela pobre da população no Brasil.

1.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO CULTURAL

Manifestação cultural vivenciada, especialmente, nas ruas e praças das cidades, o *hip-hop* procura desenvolver suas ações como forma de questionar e de contestar a situação social e os valores injustos encontrados na sociedade, através da sensibilização das pessoas para os problemas do cotidiano, e de sua conscientização e participação em ações socioculturais que levem a uma resistência e, conseqüentemente, a um estado de afirmação da cidadania.

No entanto, vale a pena lembrar a forma pela qual essa mobilização ocorre, pois ela deve ser considerada, uma vez que o exercício crítico e criativo do movimento é um fator a ser buscado pela mobilização e participação, entendidas como uma das bases para a mudança da sociedade, uma mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

Ayoub (1993), ao discutir a importância do processo de democratização do lazer na sociedade, com base nas reflexões de Cardoso (1985) e, principalmente, de Chauí (1989), afirma que para o indivíduo existir socialmente é indispensável participar, uma vez que não há participação sem informação, o que significa que não há democracia, caso não aconteça a participação. Nesse sentido, sem um compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica, a informação torna-se alienante e manipuladora, deixando assim de garantir uma efetiva participação.

Analisando essa participação em movimentos sociais, como um processo de aprendizagem política em que pessoas e grupos aprendem a organizar-se, mobilizando recursos e traçando estratégias de ação, Sandoval (1989) aponta alguns fatores que podem impulsionar ou, na sua ausência, manter as pessoas alheias à mobilização, tais como: fatores demarcadores das fronteiras dos agrupamentos e da comunidade; fatores contribuidores à solidariedade; fatores relacionados à vida organizativa e ao repertório de ações coletivas.

A primeira questão envolve fatores que caracterizam a localização da comunidade em termos de moradia ou trabalho, bem como os significados psicossociais atribuídos a essas questões pela coletividade. O segundo aspecto são fatores ligados à solidariedade, que podem ser classificados em categorias sociais, ou seja, agrupamentos de pessoas que se diferenciam de outros grupos por compartilhar critérios ou atributos semelhantes, ou em redes sociais, o conjunto de indivíduos interligados por uma variedade de relações sociais. A vida organizativa da comunidade se dá através da combinação das categorias sociais com as redes sociais.

Nessa questão, a noção de grupo, com sua coesão social, faz-se importante. Vários aspectos são relevantes para que a organização aconteça, tais como: a estrutura, as funções, o apoio das organizações, as metas, as lideranças e outros atores do movimento, na sua interação com a população, entre outros.

Por fim, os repertórios de ações coletivas são entendidos como “acervo de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente e o valor atribuído a essas experiências” (SANDOVAL, 1989, p. 72). Para ele, as ações coletivas dependem tanto da experiência das pessoas na realização das ações, como da extensão e capacidade da coletividade em agregar recursos e engajar membros da comunidade na utilização desses mesmos recursos nas ações a serem realizadas.

Outro autor a discutir os processos pelos quais os indivíduos avaliam e reconhecem aquilo que os identificam e, com isso, os levam a agirem em conjunto é Melucci

(2001). Segundo ele, o potencial de mobilização por meio das redes de recrutamento e a motivação em participar indicam bons caminhos para delimitar a questão colocada anteriormente.

Sobre o potencial de mobilização, o autor refere-se à quota da população que tem atitudes favoráveis à participação em movimentos sociais. Ele baseia-se na unidade entre as pré-condições objetivas e as atitudes subjetivas, de modo a transformar essas últimas em ação. As redes de recrutamento possuem papel importante, pois facilitam o envolvimento entre as pessoas, desonerando o investimento necessário para a consolidação da ação. Segundo o autor, “os indivíduos interagem, influenciam-se, negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários [...]” (MELUCCI, 2001, p. 67). Assim, a motivação para participar, o terceiro item citado anteriormente, não pode ser entendida somente como um fator individual, pois a estrutura dos incentivos é reconhecida e atribuída como valor pelos indivíduos por meio das redes de relacionamento, influenciando na motivação de modo determinante.

Em outro trabalho, Sandoval (2001) analisa o processo de conscientização política, na participação nos movimentos sociais, utilizando um quadro configurativo que, em algumas categorias, assemelha-se às questões iniciais discutidas pelo autor.

Para ele, as formas de ações individuais e coletivas têm início a partir de um sentimento de pertencimento, de identidade coletiva, que se desenvolve no interior de sentimentos de solidariedade e de identificação com interesses comuns, associados às crenças e valores da comunidade.

O desenvolvimento desses sentimentos de pertencimento pode contribuir, por um lado, para a visualização de adversários com interesses antagônicos e conflituosos aos interesses do movimento e, com isso, levar as pessoas ao desenvolvimento do sentimento de injustiça nas ações realizadas contra a coletividade.

Por outro lado, paralelamente às questões anteriores, pode também ocorrer um sentimento de eficácia política nas pessoas, com crenças e expectativas em relação à situação social, visualizando a possibilidade de mudança nas vivências cotidianas, as contribuições que

podem ser dadas para a comunidade, e, assim motivá-la a agir em grupo, por meio do comprometimento de cada um com as ações e com a avaliação dos fatores situacionais da ação coletiva. O desenvolvimento em conjunto dessas categorias acabaria por impulsionar o estabelecimento de metas e de repertórios de ações tanto individuais quanto coletivos, definindo, dessa forma, a consciência política dos participantes dos movimentos sociais (SANDOVAL, 2001).

Porém, o processo de conscientização, mobilização e participação política das pessoas não ocorre de forma automática. Isso acontece devido às restrições da vida cotidiana, que acabam por dificultar as oportunidades de desenvolvimento da politização dos indivíduos.

De acordo com Sandoval (1989), a naturalidade das relações sociais e a estrutura da vida cotidiana dificultam o desenvolvimento da capacidade abstrata do indivíduo e, diante dessas dificuldades, a vida cotidiana acaba caracterizada como fragmentada, heterogênea, hierarquizada, em termos de valores e critérios sociais, e preconceituosa e estereotipada, na definição de pessoas desconhecidas. Isso termina por influenciar a consciência das pessoas, de forma a desenvolver um sentimento de ineficácia política, transcendentalizando ou individualizando as injustiças sociais e, com isso, ocasionando a desmobilização e a não-participação nos movimentos sociais.

Assim, se o desenvolvimento de alguma das categorias do processo de conscientização política for induzido pelos processos de neoliberalização e globalização, como, por exemplo, a fragmentação da identidade coletiva, o processo de conscientização política da coletividade seria afetado, ocasionando o desenvolvimento de uma ação totalmente diferente, calcada em formas de ações individuais e coletivas de compensação, e não de questionamento dos valores sociais injustos, ocasionando, ao contrário da mobilização, um sentimento altamente desmobilizador (SANDOVAL, 2001).

Dá a importância da experiência coletiva vista como processo educativo na vida diária, e o lazer, entendido de forma ampla, pode ser um excelente caminho para a vivência desse aprendizado, não de uma perspectiva funcionalista, que apenas ajuda as pessoas a

conviverem com as injustiças da sociedade, mas como uma questão de cidadania, de participação cultural.

Analisando também a questão, Chauí (1989) afirma que é necessário que a participação popular crie suas próprias leis e regulamentos, uma vez que só assim ela poderá tornar-se política e democrática. Para a autora, a participação seria “[...] o direito de tomar as decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas [...]” (p. 56).

Agregado ao conceito de participação, a autora propõe uma reavaliação do conceito de poder, não o identificando, apenas como poder e força ou poder e Estado, mas como ação coletiva de cidadãos, que são capazes de determinar e conservar as diretrizes de decisões e de ações políticas, tornando o poder espalhado, portanto, em todo o tecido social. É nessa reavaliação do conceito de participação e de poder que ocorreria a idéia de descentralização, como forma de democratização das decisões políticas e, ao mesmo tempo, formação de diferentes espaços de poder, “[...] que são concorrentes, concomitantes, divergentes, contraditórios (quando forem classes sociais) e, freqüentemente, convergentes” (p. 56).

Outro autor a discutir a participação é Demo (1996). Para ele, é importante estar atento às armadilhas encontradas na lógica do poder, em que a melhor farsa é a da roupagem da participação, situação esta doada pelo poder e não conquistada pelo desigual. Para Demo, “participação é o processo histórico de conquista das condições de autodeterminação” (p. 97). Com isso, a participação não pode ser dada ou imposta, nem mesmo é prévia, uma vez que somente existe se for conquistada, afinal, ela é processo e não produto acabado.

Assim, a participação é um instrumento essencial de promoção social, pois é com base nela que se alcança a autopromoção, de modo a superar o assistencialismo. Mas isso somente acontecerá se o necessitado abraçar a sua causa entendendo-a como uma conquista. Uma política social autêntica não pode supor-se comandante da redução das desigualdades sociais, como se a questão dependesse apenas dela, mas ela pode motivar o processo, “[...] indigitar as instrumentalidades mais relevantes, remover obstáculos possíveis, colocar-se à disposição” (DEMO, 1982, p. 156). Complementa afirmando que, enquanto não se estabelecer o ambiente

necessário para a autopromoção, o que prevalecerá é a alienação, a imposição, a dependência das pessoas no cotidiano.

Para ele, devemos ter atenção para as armadilhas presentes no processo de participação, uma vez que a política social pode aparecer como concessão do governo, um favor dos dominantes, podendo ocasionar questões que envolvam atitudes paternalistas e assistencialistas, sem alcançar a problemática em um estágio de maior profundidade ou, ainda, emergir do interior do governo a concessão através do planejamento, interessando-se a propor iniciativas em relação à pobreza, porém com interesses bem diferentes dos propostos na ação inicial.

Caminhando na mesma direção da discussão realizada por Sandoval, aponta que a realização de políticas assistencialistas, com o objetivo de cultivar o problema, revestindo a ação de uma aparente ajuda, tem o poder de levar a desmobilização aos movimentos sociais. Para Demo (1996) poder inteligente é aquele que distribui assistências, desmobilizando o adversário através de suas políticas assistencialistas, ao passo que a redução da desigualdade só será efetiva se ela for promovida pelo desigual e não pelo privilegiado, e aí está a sua competência.

Assim, para que a autopromoção se estabeleça é necessária a presença do homem político, que é aquele politicamente competente, que não se ilude com suas limitações, mas, ao contrário, busca enfrentá-las, organizando-se para preservar seus direitos.

Com isso, ganha importância a organização política como canal de participação, seja ao nível de grupos de interesses ou ao nível das comunidades, com as várias formas de associativismo de fundamental importância para o exercício da democracia, pois assim aprendemos a participar e a exigir os nossos direitos, a partir das necessidades e desejos dos envolvidos nesses grupos.

Discutindo a questão do associativismo, por meio do lazer, Marcellino (2000) cita uma série de formas associativas informais, que, por não aparecerem nas estatísticas ou não

serem devidamente estudadas, contribuem para constatações equivocadas de que o brasileiro não é associativo, quando comparado a outros países. Porém, como lembra Oliveira, é

[...] extremamente importante considerar a presença dos grupos de encontro, a reunir pessoas com problemas comuns, que se unem a fim de encontrar apoio mútuo e soluções para resolver seus problemas. Trata-se de uma atividade característica dos interesses sociais no lazer, que revela facetas pouco conhecidas dentro do associativismo, mas que, de modo algum pode ser deixada de lado, sob pena de se relegar na prática associativa justamente as formas voluntárias, não impostas, não dirigidas, espontâneas e autênticas de relacionamento social (1981).

Diógenes (1998), ao investigar gangues, galeras e o movimento *hip-hop* em Fortaleza, observou a importância do fenômeno da violência quando esta atua como um mapa cultural. No baile *funk*, a violência é espetacularizada e passa a funcionar como um modo de dar visibilidade a tensões e a conflitos que permaneceriam esquecidos se não houvesse o baile para a ocorrência da “encenação” de uma violência que pulsa nos bairros da periferia da cidade, mas que não encontra forma de manifestar toda a sua energia. De acordo com a autora, a violência nas gangues aparece como função geradora de conflitos e, além disso, desveladora de diferenças. Para ela, dentro das gangues a violência exerce-se, também, como

[...] um modo *sui generis* de um segmento ignorado, esquecido nas sombras da periferia [sem] se fazer ver, se fazer existir. A experiência das gangues torna-se assim um modo de ‘inclusão’ social às avessas cujo passaporte é a violência e a marca cultural é o território (p. 32).

Questão muito próxima e, geralmente, associada aos participantes do *hip-hop*, devido aos vários preconceitos e discriminações reconhecidos na sociedade brasileira, a discussão da violência, neste trabalho, busca distanciar-se do seu entendimento como sentido de acontecimento no cotidiano. Essa opção se justifica, pois quando vinculada apenas à pobreza e à criminalidade seu entendimento mostra-se extremamente reducionista em relação às suas manifestações no cotidiano, muito embora essas situações, sem dúvida, contribuam muito para a ocorrência da questão, devido à ausência, cada vez maior, do Estado como instância reguladora e distributiva das igualdades sociais relegando este papel ao mercado, que, ao contrário, busca garantir privilégios a poucos.

De acordo com Herschmann (1997), a violência encontrada na sociedade é um tipo de linguagem que aponta a existência de conflitos que, às vezes, aparecem nas manifestações culturais, ligadas, por exemplo, à juventude, e que terminam por ganhar sentidos, visibilidade, como citado no caso das gangues de Fortaleza, exibição na mídia e assimilação do público, arregimentando, com isso, adeptos para as causas em questão.

Assim, não se busca enfatizar no trabalho os aspectos funcionais da violência, mas suas representações, como se articulam e qual é o seu significado no movimento *hip-hop*, quando esta questão se fizer presente, se for o caso.

A posição de Diógenes (1998), entendendo a violência de forma positiva, longe de querer fazer a sua apologia, mostra o seu caráter destrutivo e, ao mesmo tempo, construtivo na sociedade. A violência, portanto, sempre aborda situações de conflitos, de diferenças entre interesses distintos e suas possibilidades de resolução das tensões cotidianas, sejam elas das mais simples, racionais ou não, até as mais complexas, que envolve situações comerciais, raciais e étnicas (HERSCHMANN, 1997).

Maffesoli (1987a) afirma que, num primeiro momento, a violência que ocasiona a desestruturação do grupo social é causada pela normalização da vida, que, ao criar um centro (ou centros) e periferias, compartimentaliza o todo social, funcionalizando as relações e as atividades como forma de evitar a comunicação livre e, por isso mesmo, torna-se perigosa entre as pessoas. A violência destrutiva, manifestação da afirmação individual, nesse sentido, seria uma resposta à imposição absoluta que a norma coloca na sociedade. Nesse sentido, a violência, vista de forma “utilitária”, teria a função de resguardar o equilíbrio social.

Porém, o excesso, as práticas destrutivas que celebram a violência e que, ao mesmo tempo, negociam com ela, em sua função catártica, explicaria, em um segundo momento, a sua atitude afirmativa na sociedade. Para Maffesoli (1987a), a anomia tem profunda relação com a criação coletiva, que é a possibilidade de minimizar a atomização, a compartimentalização da vida social, e deve ser vista como a esperança de construção de uma estruturação social

alternativa, no sentido de papel criador do presente. São nas brechas das dominações que brotam os desejos de viver o presente. Segundo ele

[...] o presente é, portanto, essa irrepreensível necessidade que o homem tem de se exprimir aqui e agora, é essa ‘totalidade’, em que nada é deixado de lado, que permite compreender como é freqüentemente no excesso que se dá essa expressão (p. 52).

Analisando as modalidades de violência, Maffesoli (1987a) destaca a presença da “violência banal”, como categoria prospectiva e positiva, que na vida cotidiana pode ser entendida como um escudo eficaz contra as imposições sociais e naturais, representada naquilo que chama de “resistência da massa”.

Para ele, essa resistência tem a característica da “solidariedade orgânica”, do espírito de conjunto, atacando a opressão, resgatando e unificando os integrantes do grupo, com a “[...] colocação em comum de tudo que perturba o indivíduo, essencialmente a relação com a vida, com a morte e com o sexo” (p. 87), em que resistências reais podem surgir de aparentes submissões, uma vez que o conformismo da massa pode mostrar duplicidade, usando a prudência e a astúcia como estratégia de ataque, ao invés do ataque frontal contra as imposições do sistema social, uma situação semelhante à verificada no movimento *hip-hop*.

Discutindo a questão da socialidade, Maffesoli (1987b) a destaca como o motor da vida social e fundamento da “solidariedade de base”, em que ocorre a partilha do espaço que aproxima os habitantes de um mesmo local, permitindo a estruturação comunitária, fundada no afeto, nos conflitos e nas paixões dos indivíduos que a constituem. Ela se caracteriza como um constante vaivém entre a massificação e o surgimento de micro-grupos, chamados de tribos, entre o individual e o coletivo, sendo que essa circulação acaba por impedir o totalitarismo por parte daqueles que negam ou se esquecem de quem os constituem.

Essas formas de resistências, fruto da violência banal, permitem um sentimento de partilha das dificuldades do dia-a-dia, seja através do lazer, das greves, das manifestações políticas, das festas, o que Maffesoli (1987b) chama de “centralidade subterrânea”, ou seja, um “saber-viver popular”, que somente aparece em situações de excessos, criando uma espécie de

proteção, que permite a harmonia dos contrários, a sobrevivência e a resistência como saída para a expressão fundamental da socialidade. É a solidariedade orgânica, fundada no coletivo.

A festa, por exemplo, tem a função de reconstituir uma comunidade. Portanto, ela pode ser estendida à questão do lazer em seu entendimento amplo, a partir da criação e participação cultural, de acordo com o entendimento explicitado e com as ações relativas ao movimento *hip-hop*, entendido como um novo movimento social.

É na coerência do cotidiano vivido nas comunidades²², na participação coletiva, que as soluções podem ser encontradas e vivenciadas. Esse cotidiano é para Santos (2000, p. 36) a quinta dimensão do espaço, reunindo o presente fugaz e o futuro almejado, e

[...] aparece como coerência do grupo com seu entorno, com o meio, com o lugar, produzindo manifestações que, por essas raízes, são dotadas de força, e, de outro, permite a produção da transgressão, isto é, a capacidade de não aceitar o estabelecido, tanto na idéia, quanto na prática. Aliás, essa é a única forma de produzir o futuro.

Com isso, percebemos a possibilidade de organização e conscientização da comunidade, em relação aos problemas vivenciados cotidianamente. O lazer, representado pelo movimento *hip-hop*, próprio da periferia da cidade grande, pode ser um excelente mecanismo de organicidade para os “manos” e “minas” do “pedaço”, no sentido de momento participativo e definidor das ações que envolvem a coletividade. Assim, é entendido como direito de cidadania, podendo ser vivenciado como um instrumento de mudança, gerador de novos valores como contraponto à problemática das políticas públicas sociais, ao abandono cada vez maior ao qual as pessoas são submetidas pelo poder público.

A valorização das ações relacionadas à organicidade do movimento *hip-hop*, no entanto, não deve ser entendida como um incentivo para que os poderes municipal, estadual e federal ausentem-se do investimento em políticas públicas nesse setor, mas, ao contrário, deve ser vista como um alerta da sociedade diante da necessidade da atuação dos órgãos públicos, em parceria com as iniciativas populares, no sentido de potencializar as ações desenvolvidas na área.

²² Comunidade é entendida como o sentimento de pertencer “[...] a uma unidade de destino [...]”, a um grupo de pessoas com objetivos comuns (CHAUÍ, 1989, p. 51).

A importância do planejamento de políticas específicas nesse setor, inclusive, foi abordada em conjunto com a questão do lazer, de forma a demonstrar como este, com sua especificidade, pode contribuir para a mudança, acima apontada, geradora de novos valores.

Como essas questões são trabalhadas por grupos diferentes da sociedade civil, como os de *hip-hop*, tema do trabalho em questão? O próximo capítulo tem como objetivo discutir essas questões com base na pesquisa de campo realizada em uma organização ligada ao movimento *hip-hop*, detalhando suas ações.

2. GUARULHOS E A ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS

A pesquisa de campo realizada em Guarulhos focalizou sua atenção nas ações de uma organização de *hip-hop*, com atuação descentralizada pela periferia da cidade. As discussões que aparecem na seqüência do trabalho têm como objetivo apresentar a diversidade dessas ações e os sentidos que as vivências ligadas ao *hip-hop* assumem no cotidiano das pessoas participantes, de modo a apreender os sentidos e significados dessas práticas culturais cotidianas.

Além disso, esse capítulo apresenta a descrição detalhada do caminho metodológico do trabalho, de modo a possibilitar a compreensão de como a “cultura das ruas”, vivenciada como lazer, oferece oportunidade para as pessoas participantes desses movimentos reconhecerem-se como sujeitos participativos na sociedade, pertencentes a um determinado grupo, com objetivos, desejos e dificuldades semelhantes.

2.1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A dificuldade em consumir o que a indústria cultural coloca para as pessoas e, nesse sentido, fazerem-se cidadãos leva os grupos de *hip-hop* a buscarem alternativas para se sentirem inseridos na sociedade (HERSCHMANN, 2000). O lazer, com suas festas e bailes nas ruas, praças e clubes, as roupas e a linguagem corporal, os encontros para discutir nas instituições e “posses” as ações comunitárias a serem realizadas, o vocabulário, as publicações especializadas, as regras e formas de organização e os espaços próprios das manifestações, que reúnem os participantes, produz um sentimento de identidade, de pertencimento a uma determinada comunidade.

Dentro da pesquisa são essas “falas” que são importantes para um melhor conhecimento do movimento *hip-hop*. A pesquisa de campo, portanto, teve como objetivo mapear esses elementos por meio do acompanhamento das ações de uma “posse”, de forma a entender e apreender os sentidos e significados dessas “falas”.

A abordagem partiu da análise antropológica das relações observadas e estabelecidas pelo grupo estudado. Segundo DURHAM (1984, p. 87) “[...] parte-se das práticas sociais concretas e das representações formuladas por grupos ou categorias sociais e sua relevância política só pode ser determinada ‘a posteriori’”.

Para GEERTZ (1989, p. 15), “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]”, cabendo à etnografia, a descrição e a interpretação dessas complexas estruturas conceituais que, segundo o autor, são muitas vezes sobrepostas e amarradas umas às outras.

A análise, portanto, pautou-se na descrição densa, o que, segundo o autor acima, implica descobrir as estruturas que revelam os atos dos nossos sujeitos, as falas do discurso social, e em analisar “[...] o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano”

(GEERTZ, 1989, p. 38). Assim, o interesse do estudo foi entender as relações observadas e estabelecidas pelo grupo estudado, na busca de seus significados como um canal para a produção de novos valores, na construção de uma sociedade possivelmente mais humana e igualitária.

Em relação à abordagem antropológica, é importante esclarecer que a mesma é uma adaptação da etnografia, ou seja, um estudo do tipo etnográfico, e não etnografia em seu sentido estrito (ANDRÉ, 2001), uma vez que a realização de um estudo com essas características, fica impossibilitada pelas condições atuais de pesquisa nas grandes cidades.

Diferentemente dos estudos clássicos, nos quais os pesquisadores viviam, durante longos períodos, com os grupos aos quais iriam ter contato, a adaptação da etnografia caracteriza-se por contatos realizados em determinados momentos do dia-a-dia, durante períodos não tão longos, de modo observar as relações cotidianas e apreender seus significados.

Nesse sentido, a pesquisa de campo realizada na cidade de Guarulhos aconteceu entre dezembro de 2004 e outubro de 2005, com os contatos realizados, principalmente nos finais de semana e feriados desse período, e pode-se dizer que procurei ficar o mais próximo possível dos integrantes do grupo, me colocando, sempre que necessário, a disposição para os encontros e ações realizadas na cidade.

A estratégia dos encontros nos finais de semana justifica-se devido ao fato de todos os componentes da “posse” escolhida para a pesquisa não disponibilizarem de maior tempo para as ações da organização durante a semana, devido aos compromissos profissionais que cada um possui em seu cotidiano. Apesar de muito valorizado por todos os integrantes da “posse”, o *hip-hop* ainda não possibilita uma dedicação integral, pois o desenvolvimento das ações não trás rentabilidade suficiente para que possam viver exclusivamente do movimento cultural.

Em termos do tipo de pesquisa, o estudo foi realizado mediante a combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica, supondo, a inserção do pesquisador no grupo pesquisado. Quanto ao método, entendido como “procedimentos mais amplos de raciocínio” (SEVERINO, 2000, p. 162), ou como modo de observação, que constituem os meios de abordar o

“real” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977), foi utilizado o estudo de caso, como forma de analisar as ações e a participação dos integrantes dessa posse de *hip-hop*.

Em relação às técnicas, entendidas como “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2000, p. 162) foi utilizado, para a pesquisa bibliográfica, o levantamento inicial das obras relativas aos termos-chave do trabalho (lazer e educação física; lazer e participação sociocultural; movimentos sociais; comunidades e *hip-hop*, juventude e *hip-hop*) no Sistema de Bibliotecas da UNICAMP.

Após essa etapa, essas obras foram selecionadas e aprofundadas pelas análises textuais, temáticas, interpretativas e de problematização (SEVERINO, 2000). No decorrer da pesquisa, foram incorporadas obras mais recentes sobre o tema em questão, ou que foram necessárias com o desenvolvimento de assuntos complementares na pesquisa bibliográfica.

Para a pesquisa de campo, o principal instrumento de coleta de dados foi a observação participante, pressupondo observação direta e convívio com as pessoas a serem observadas por meio de diário de campo (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

Magnani (2000), ao discutir a pesquisa antropológica urbana, na área do lazer, propõe como recurso metodológico duas fases para o trabalho de campo. A primeira, marcada pela identificação de pontos de referência dos espaços urbanos e suas relações com as vivências de lazer, caminhadas de reconhecimento e um primeiro mapeamento desses espaços. A segunda fase, menos extensiva que a primeira, caracteriza-se pela observação sistemática do cenário escolhido e a realização de entrevistas com os “atores” sociais. De acordo com ele, a caminhada de reconhecimento deve pautar-se por um esquema que se propõe a organizar e a dirigir a observação (cenário/atores/*script* ou regras), como forma para que o olhar do pesquisador não se disperse devido à multiplicidade de estímulos com os quais vai tomar contato.

Nesse sentido, a coleta de dados na “posse” escolhida realizou-se com base nas sugestões anteriores, em que, em um primeiro momento, a “caminhada” foi de fundamental importância, como forma de reconhecer o espaço de ação da “posse” e suas relações com outros

espaços da comunidade, para identificar o cenário e seus principais atores, bem como as regras de convivência na “posse” e na comunidade em que ela está inserida..

O estudo compreendeu, ainda, o desenvolvimento da pesquisa documental (GIL, 1991) de documentos da “posse”. Assim, a pesquisa documental foi realizada por meio de levantamento dos documentos referentes ao grupo pesquisado, e com posterior análise e interpretação desses documentos, em relação aos objetivos do projeto, como forma de complementar as informações relacionadas à “posse” e a seus participantes (GIL, 1991).

A definição das amostras deu-se de forma não-probabilística, intencional, para “a posse” estudada, bem como a pessoas ligadas a ela e a documentos analisados, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

As “categorias” que foram objeto de análise estão relacionadas às diversas “falas” produzidas nas ações e relações dos participantes da posse em questão. Essas “categorias” iniciais são apresentadas a seguir:

1) a forma de organização e participação das pessoas nas festas e bailes, nas ruas, nas praças e clubes, nas quatro manifestações;

2) a apresentação da “posse” e a descrição da rede de relações no bairro, na cidade e fora da cidade, e a articulação dessas relações com a questão do lazer.

3) os laços de identidade produzidos entre os participantes mediante as roupas, a linguagem corporal, o vocabulário, as publicações especializadas e outros signos característicos do *hip-hop*;

4) os encontros na “posse” para discutir as ações comunitárias realizadas em Guarulhos e fora da cidade;

5) as regras e as formas de organização na “posse” e nos espaços próprios das manifestações que reúnem os participantes;

6) os possíveis problemas vivenciados no cotidiano para o desenvolvimento das ações, sejam de causas externas, como preconceitos de ordem cultural, social e econômico, e

internas ao grupo, como as questões da violência e das drogas, bem como os caminhos para superar essas situações;

7) análise da inserção do *hip-hop* dentro da sociedade com a participação de seus membros dentro de outras organizações não exclusivas ao movimento

8) análise dos documentos das organizações em rede e análise do código verbal utilizado por essas instituições.

Em relação à definição das categorias para a pesquisa de campo, Diógenes (1998), em seu trabalho sobre as gangues de Fortaleza, retardou a definição dessas categorias, “camisas de forças” teóricas e metodológicas, que funcionam como referenciais do saber e que podem impedir que o pesquisador coloque-se como autor. Devido à dificuldade em delimitar antecipadamente o tema de sua pesquisa, pois, praticamente, desconhecia a dinâmica de vida das pessoas ligadas ao estudo, Diógenes (1998) foi delineando o escopo de sua investigação à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo. Para a autora, a construção metodológica verifica-se da seguinte forma:

[...] o caminhante sabe a direção que quer tomar, conhece os mapas, os obstáculos, a direção dos ventos, ouviu falar de certos atalhos que pode usar alternativamente, mas é fundamentalmente no caminho que, obviamente, faz a sua própria trajetória (p. 60).

Portanto, foi a partir do entendimento dessa situação, própria, também, deste estudo, que as categorias citadas foram utilizadas como referência para o desenvolvimento da pesquisa de campo. É importante ressaltar que essas categorias foram delimitadas como “pistas” iniciais, para guiar o olhar e os esforços do pesquisador em meio às pessoas que foram o objeto da pesquisa. Em momento algum essas categorias foram entendidas e utilizadas como “camisa de força”, de modo que pudessem engessar as possibilidades criativas do pesquisador para conhecer e apreender os sentidos e significados dessas e de outras “falas” que surgiram durante o acompanhamento das ações da “posse”. A mesma relação pode ser estendida para as técnicas anteriormente apresentadas como instrumento de coleta de dados.

2.2. GUARULHOS E SUA REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AO HIP-HOP

2.2.1. A cidade de Guarulhos

Segunda maior cidade do Estado, com 318 km² de área territorial, Guarulhos localiza-se à nordeste da região metropolitana, estando a 17 km da cidade de São Paulo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³, a cidade possui uma população estimada, em 2004, de 1.218.862 pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 12.604,00. Tem a base de sua economia centralizada na atividade industrial e no comércio, seguida de empresas de alojamento, de alimentação, de transporte, de armazenagem e de comunicações.

A origem de Guarulhos²⁴ está ligada, à defesa da cidade de São Paulo e teve seu crescimento econômico acelerado a partir da década de 1940, com a chegada de indústrias dos setores elétrico, metalúrgico, plástico, alimentício, além de borracha, calçados, peças para automóveis, relógios e couros.

O processo de financeirização do capital em escala mundial, no início da década de 70, fez com que os grandes grupos industriais se retirassem do processo produtivo, eliminando os custos de produção e possibilitando a aplicação do capital no mercado financeiro. Esse processo levou etapas como produção, marketing e venda a serem realizadas por pequenas e médias empresas associadas a esses grupos industriais. Surgiram, nesse período, os processos de subcontratação e terceirização da mão de obra necessária para o desenvolvimento do processo produtivo. Em Guarulhos essa tendência se manteve e por meio desses fatores ocorreu o aumento

²³ Os dados são citados pelas pesquisas “Divisão Territorial (2001)”, “População e Domicílios - Censo Demográfico (2000)”, “Produto Interno Bruto dos Municípios (1999-2002)” e Cadastro Central de Empresas (2001), todas realizadas pelo IBGE. Mais detalhes dessas pesquisas pode ser encontrado no endereço eletrônico: <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 13 de jul. de 2005.

²⁴ Mais informações podem ser consultadas no endereço eletrônico: <www.guarulhos.sp.gov.br/05_cidade/cidade.asp>. Acesso em: 13 de jul. de 2005.

da prestação de serviços no município, fato que o caracteriza até os dias atuais (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, 2005).

Nesse processo, Guarulhos foi acumulando, com o passar dos anos, um quadro extremamente controverso em relação ao seu desenvolvimento. Se hoje o município tem, por um lado, o PIB cada vez maior, ostentando atualmente a 8ª maior economia, sofre por outro, os processos de precarização e pauperização da vida social, registradas por todo o país e que tem um grande reflexo na cidade, colocando-a em 607º lugar em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁵, índice do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que regula a qualidade de vida baseado em questões como renda, longevidade e educação, entre os 5560 municípios brasileiros.

Esse quadro negativo potencializa-se com a proximidade de Guarulhos com a cidade de São Paulo e demais cidades da região metropolitana, devido às características da vida social nessa área. Os diversos problemas presentes na região são agravados pela circulação diária de cerca de 19.150.000²⁶ habitantes, com reflexos em Guarulhos. A cidade ostenta várias regiões com alto índice de pobreza, como é o caso do Jardim São João Batista, no entorno do Aeroporto Internacional de Guarulhos, localidade de realização da pesquisa de campo junto à Organização dos Novos Quilombos (ONQUI).

A ocorrência dessas situações, características da vida social em Guarulhos, coloca a cidade como um local de grande representatividade em relação aos objetivos apontados para a realização da pesquisa junto à Organização dos Novos Quilombos, que desenvolve ações com a comunidade, com base nos valores do movimento *hip-hop*.

Localizado na periferia de Guarulhos, o bairro São João Batista é uma região pobre, com moradias de classe popular e deficiências em infra-estrutura que ficam escancaradas

²⁵ Mais informações podem ser consultadas no endereço eletrônico: <[www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acesso em 13 de jul. de 2005.

²⁶ Mais informação podem ser consultadas no endereço eletrônico: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Sinopse_preliminar/TabelasExcel/](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Sinopse_preliminar/TabelasExcel/)> Acesso em: 13 de jul. de 2005

somente com um pequeno “passeio” pelo espaço. Afastado da região central, suas condições apresentam um quadro negativo do lugar, geralmente associado aos espaços “esquecidos” pelo poder público, em contraste com o centro ou as áreas mais nobres, consideradas cartões postais da cidade. Problemas relacionados ao transporte, habitação, saúde, segurança, lazer, entre outros, são facilmente observados por quem mora ou passa pelo local.

Em relação ao lazer, não há nenhum equipamento específico mantido pelo poder público, e as poucas possibilidades, em termos de espaços, resumem-se aos bares e lanchonetes do bairro e a uma unidade do SESI²⁷ Cocaia, entidade de caráter público não governamental, localizada próxima ao bairro e que atende aos industriários e à comunidade do entorno, dentro de suas possibilidades, com o desenvolvimento de alguns projetos sociais.

Segundo relatos dos moradores com os quais mantive contato, em uma visita inicial, a carência de oportunidades para vivenciar o lazer, principalmente para os jovens, é muito grande. As vivências no âmbito da rua são as opções mais facilmente encontradas por essa faixa-etária, situação problemática em uma localidade onde a insegurança é enorme, motivada pelos baixos padrões dos indicadores sociais.

2.3. A DEFINIÇÃO DA “POSSE” DE *HIP-HOP*

A definição sobre em que “posse” de *hip-hop* de Guarulhos seria realizada a pesquisa de campo não foi um problema de fácil resolução. O caminho, inicialmente, utilizado para mapear o movimento na cidade foi a internet, devido à dificuldade para se estabelecer contatos na cidade que pudessem indicar pessoas ou instituições ligadas ao *hip-hop*. Essa opção, apesar de apontar alguns grupos e pessoas, mostrou-se em determinado momento pouco eficaz, pois, geralmente, os *sites* que direcionavam para essas informações estavam desatualizados ou fora do ar.

²⁷ Sobre a política de lazer do SESI, consultar: MENDONÇA JUNIOR, Ataliba. *O lazer no SESI: do conformismo à participação*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)- Faculdade de Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

Um dos primeiros grupos encontrados foi a “posse” “*Sindicato do Rap*”, do grupo Calibre Forte, que tem em MC Mano Nivas seu representante e, principal, porta voz. Em virtude da falta de atualização das informações do *site* da “posse”, não foi possível, nessa oportunidade o estabelecimento do contato, situação somente ocorrida em um momento posterior, como será possível perceber adiante no trabalho.

É interessante destacar, no processo de escolha da “posse”, o estranhamento inicial, na relação sujeito e objeto, em relação às pessoas ligadas ao movimento *hip-hop* e as dificuldades advindas de tal situação.

O início da pesquisa devido a isso foi bastante complexo, principalmente pelo desconhecimento da realidade da periferia e pelo fato de eu não ser participante do movimento, nem ligado à cultura *hip-hop*. Aliás, é importante destacar que se era esperado dificuldades devido a esse estranhamento, em relação ao *hip-hop*, daí a definição das categorias iniciais da pesquisa de campo ser feita no sentido de que essas não funcionassem como categorias que pudessem engessar as possibilidades criativas durante o acompanhamento das ações, por outro lado, não era esperado tanta dificuldade para definição da “posse” como, efetivamente ocorreu.

Diante dessas dificuldades e com a necessidade de realizar novas pesquisas, a fim de localizar uma organização em Guarulhos, conversei por telefone com um participante do *hip-hop*, da zona leste de São Paulo, solicitando ajuda para contatar alguém do movimento na cidade. Esse integrante do movimento de São Paulo indicou-me o Bairro dos Pimentas, região sudeste, extremamente pobre e violenta da cidade, onde entrei em contato telefônico com um MC local, participante de um grupo de *rap* e um encontro foi marcado no bairro para troca de informações e para conhecer as ações em relação ao *hip-hop*.

Na realização desse encontro uma nova situação despertou a minha atenção: o medo com a minha segurança, devido aos meus deslocamentos por lugares desconhecidos e com fama de violento em Guarulhos. Assim, o contato inicial no Bairro dos Pimentas foi marcado por grande receio com as condições de segurança que a pesquisa poderia ou não trazer para mim. A

fama do local por pouco não inviabilizou o encontro com o MC. Quando cheguei no horário combinado para o encontro, por diversas vezes pensei em ir embora devido ao atraso da pessoa com quem iria conversar. O deslocamento de ônibus por uma região desconhecida e violenta preocupava demais naquele momento e aumentava, cada vez mais, à medida que as horas passavam e a tarde ia terminando.

Após uma longa espera, o MC local chegou e fomos para sua casa conversar sobre as questões ligadas ao seu grupo e ao *hip-hop* na localidade. No caminho encontramos com alguns de seus amigos, participantes de um grupo de samba, em um bar, onde paramos e após muita insistência das pessoas tomamos uma cerveja e conversamos sobre as ações e dificuldades enfrentadas pelos grupos no cotidiano. Sem querer demonstrar, o receio inicial continuava grande devido ao desconhecido que ainda estava por vir.

Após o bar e já em sua casa, o MC explicou-me que o grupo tem como símbolo o martelo da justiça, em razão das exclusões por que passam as pessoas identificadas com suas propostas, e não participa de nenhuma “posse”, pois seus componentes acreditam que essa vinculação poderia comprometer a independência e a liberdade de expressão. Nesse sentido, o envolvimento do grupo com o *hip-hop* se dá somente com o *rap*, com a realização e participação nas festas promovidas no bairro, para arrecadação de alimentos e roupas destinadas à comunidade carente da região, ou ainda com a participação, quando convidados, em outros eventos em Guarulhos.

Durante o encontro, o que ficou muito claro foi a dificuldade de organização das pessoas envolvidas com as ações, seja pela falta de tempo, pois o *rap* não é um atividade de dedicação integral e que dê condições de manter financeiramente grande parte das pessoas. Essa situação leva à necessidade de terem outra ocupação profissional, devido à dificuldade de organização relacionada a vários fatores, como a falta de material e recursos financeiros para viabilizar deslocamentos até os locais das festas, além do transporte de aparelhagem de som e caixas acústicas, da substituição de materiais com problemas técnicos e da compra de novos discos usados como bases para as músicas. Além das influências negativas, em relação às ações

individuais dos grupos, de acordo com MC contatado, esses problemas contribuem, também, para a não organização das pessoas em “posses”.

Na visita à sua casa, o MC mostrou várias fotos e folhetos de participações em eventos no Bairro dos Pimentas e em Guarulhos. Apesar de todas as dificuldades, seu discurso mostra que o grupo procura manter aceso seus ideais de participação no cenário do movimento *hip-hop*. Em sua fala percebe-se a luta para se firmar no espaço e a importância do *hip-hop* como instrumento de mobilização e desenvolvimento da consciência das pessoas.

Após essa conversa, saímos de carro, ainda com muito receio, pelo bairro para conhecer alguns lugares onde o grupo desenvolve suas ações, como o Centro Comunitário Nova Cidade, local utilizado para a realização das festas.

Dali fomos para a casa de um integrante de outro grupo de *rap*, que funciona como ponto de encontro, para discussão e definição das ações às quais o grupo participa e, da mesma forma que o grupo anterior, não é ligado a nenhuma posse, pelos mesmos motivos mencionados pelo MC. Conversamos sobre as atividades desse grupo e foi possível conhecer o estúdio de gravação, nos fundos da casa. Mais uma vez, ficaram claras as dificuldades, pois o local é improvisado com, por exemplo, a utilização de caixas de ovos para isolar a acústica do som e não incomodar os moradores da própria casa ou os vizinhos.

Durante a visita, assisti algumas fitas de vídeos, gravadas nas festas realizadas pelo grupo. Foi quando aconteceu uma situação muito interessante: solicitei uma cópia da fita para a pesquisa e o dono da casa, integrante desse segundo grupo de *rap*, de imediato concordou em ceder, em caráter de empréstimo. Porém, quando voltou para o estúdio, pediu desculpas, meio sem graça, dizendo que não poderia emprestar a fita e perguntou qual seria o motivo de meu interesse e se eu iria mostrá-la para mais alguém.

O não-empréstimo da fita deveu-se ao fato de, na gravação das festas, aparecerem várias pessoas fumando maconha, o que, segundo ele, poderia depor contra a imagem do grupo, caso alguém assistisse as imagens gravadas. Como discutido no primeiro capítulo, a

utilização de drogas por participantes ou aficionados do *hip-hop* é comum, embora grande parte dos discursos e das ações tenha a preocupação de questionar e alertar para os perigos que o uso dessas substâncias podem trazer no cotidiano.

Deixei esse encontro mais aliviado com a minha segurança e com pelo menos duas certezas. Em primeiro lugar, de que as ações realizadas pelos grupos com os quais fiz contato não alcançavam os objetivos traçados para a realização da pesquisa, pois os mesmos não participavam de ações ligadas a uma “posse”. A busca por algo que realizasse suas ações através dos quatro elementos do *hip-hop* precisava ter continuidade e a dificuldade de definição começava a gerar algumas dúvidas, que naquele momento não tinham respostas imediatas. Em segundo lugar, como consequência dessa situação, ficou claro que a não-vinculação dos diferentes grupos de *rap*, *break* ou grafite a uma “posse” se dá, principalmente, por conta das dificuldades observadas no cotidiano, embora essa situação possa ser, também, uma opção individual dos diferentes grupos em relação à liberdade de expressão.

Nesse sentido, a dificuldade de organização em “posses” dos grupos ligados ao movimento *hip-hop*, na cidade de Guarulhos, é bastante visível. Grande parte das ações são desenvolvidas por grupos autônomos e, se por um lado essa situação possibilita a manutenção da sua hipotética liberdade de expressão, por outro, a dificuldade colabora para a diluição das ações e para o seu alcance mais satisfatório. Problemas como esses são encontrados, inclusive, quando o trabalho é realizado em “posses”, situação a ser discutida na sequência do trabalho.

De volta à internet consegui o telefone de um *rapper* participante do movimento *hip-hop* da zona sul de São Paulo, na “posse Enraizados”, e, só então, através dele, consegui entrar em contato telefônico com José Alves Trindade, conhecido como Mano Nivas, da “posse *Sindicato do Rap*”, escolha inicial para a pesquisa de campo.

Após a participação de Mano Nivas no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no mês de janeiro de 2005, marcamos um encontro para conhecer as ações da “posse” e explicar os objetivos da pesquisa com o grupo. Esse primeiro encontro foi rápido, devido ao tempo disponível que ambos tínhamos para conversar. Segundo Nivas, sua

participação no movimento *hip-hop* relaciona-se às ações da Organização dos Novos Quilombos (ONQUI), organização não governamental, que engloba a rádio comunitária Quilombo FM 99,5 e a “posse *Sindicato do Rap*”, com o “grupo *Calibre Forte*”. Participam da ONQUI, também, a “posse *Esquema Black*”, com o grupo “*Manos Força Rap*”.

De acordo com Nivas, essas duas “posses” têm como objetivo a realização de ações conjuntas para conscientizar as pessoas contra a exclusão social, por meio dos quatro elementos do *hip-hop* e, apesar da organização estar sediada no bairro São João Batista, suas ações são desenvolvidas por toda a cidade de Guarulhos. Somente após esse encontro, finalmente, foi possível definir a “posse” para a realização da pesquisa de campo, desenvolvida entre dezembro de 2004 e outubro de 2005.

A receptividade da organização à realização do trabalho foi muito grande e, a partir de então, suas ações foram acompanhadas de perto. É importante salientar que meus receios quanto à segurança nos deslocamentos por Guarulhos diminuíram à medida que a pesquisa avançava, embora não tenham cessado por completo até o final do trabalho.

O mesmo pode ser dito com o estranhamento inicial em relação ao movimento *hip-hop*. As diversas idas à periferia de Guarulhos e o contato cada vez maior com os participantes da ONQUI, em suas diferentes ações, possibilitaram um conhecimento maior das pessoas e da realidade ligada ao *hip-hop*, além de me fazer mais conhecido para os integrantes da ONQUI e para as pessoas do movimento na cidade.

Esse conhecimento foi muito importante durante a coleta de dados, pois foi com a ajuda de Nivas, Negro Djou, Gilson e dos demais integrantes da ONQUI que algumas barreiras em relação à realidade local e do *hip-hop* foram superadas. Mesmo assim, durante toda a pesquisa de campo, procurei não chamar a atenção com roupas, acessórios, ou mesmo com o telefone celular, que pudesse “denunciar” minha condição de estranho no local e com isso atrapalhar a observação e a coleta de dados, bem como minha segurança.

2.4. A ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS E SUAS REDES DE RELAÇÕES

Fundada em 25 de julho de 2004, a Organização dos Novos Quilombos (ONQUI) é uma associação civil sem fins econômicos e que tem no *hip-hop* o seu canal de atuação, relacionado aos problemas vivenciados pelas pessoas pobres e marginalizadas da cidade de Guarulhos. De acordo com o fanzine FAN*QUI²⁸ da organização, “atua na defesa da dignidade humana, resgate da cultura afro-brasileira, democratização da comunicação, entre outras lutas” (p. 1), e tem por objetivo, de acordo com o artigo 2º do Estatuto Social²⁹:

[...] desenvolver projetos de inclusão social, de formação e conscientização cidadã, combatendo as drogas, a violência e o desemprego, buscando a construção de uma Sociedade justa e fraterna e da real democracia das relações sociais, raciais, econômicas e políticas (ESTATUTO SOCIAL, 2004).

O surgimento da organização veio da articulação das ações das “posses *Sindicato do Rap e Esquema Black*”, e visava expandir a atuação e abrangência das ações dessas “posses” em nível nacional.

Para viabilizar suas propostas, a ONQUI defende a organização e a mobilização das pessoas na construção de novos quilombos de resistência, o que explica o nome da entidade, como forma de pressionar o sistema para as mudanças que acreditam serem necessárias. A opção pelo nome deve-se ao fato de que acreditam que os antigos quilombos ganharam, nos dias atuais, uma nova versão, representada pela favela, mas que, ao contrário da liberdade e da possibilidade de uma vida autônoma, características do sentido original da palavra, representam a mais brutal e violenta exclusão social.

Para alcançar a reconstrução de novos quilombos, a ONQUI defende o fortalecimento de diferentes organizações, como associações de bairro, grêmios estudantis,

²⁸ FAN*QUI. Fanzine Quilombo, ed. 01, 2005.

²⁹ Detalhes do Estatuto Social da Organização dos Novos Quilombos podem ser encontrados nos anexos ao final da tese.

entidades religiosas, conselhos municipais (como tutelar, idoso, juventude, mulher), com os quais mantêm uma rede de contatos e relações para potencializar o planejamento e desenvolvimento das ações.

A ONQUI tem sua sede provisória na casa de Mano Nivas, que é o local utilizado para a realização das reuniões de organização e definição das estratégias de ação. As ações da ONQUI são desenvolvidas em diferentes frentes de atuação, envolvendo conjuntamente as “posses *Sindicato do Rap e Esquema Black*” e a rádio Quilombo FM 99,5.

Chamada por Nivas de rádio livre, a Quilombo FM fica na parte superior da casa, em um espaço improvisado, característica sempre presente em todas as ações realizadas com as quais tive contato, devido às dificuldades em relação ao movimento *hip-hop* em Guarulhos, e tem papel estratégico nas ações da organização, pois é utilizada como instrumento de divulgação das mensagens do *hip-hop* e das ações da ONQUI.

Em fase de reestruturação, já teve uma atuação bastante intensa na região de Guarulhos, alcançando, com sua antena retransmissora, quase 90% do município, com programação durante todo o dia, com doze horas de gravação, no período da noite, e de doze horas ao vivo, durante a manhã, tarde e início da noite. De acordo com Nivas, participavam da rádio todas as pessoas ligadas à organização, com cada integrante possuindo um programa de quatro horas semanais, distribuídos em sistema de escala.

Atualmente, a rádio encontra-se fora do ar, pois recentemente foi notificada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Assim, uma vez que não é uma rádio legalizada, com concessão comercial ou comunitária, ela permanece temporariamente fora de atividade. Enquanto isso está em estudo a sua mudança de local, para solucionar esse problema, e a tentativa de melhorar a recepção. Deve contar com a entrada de novos locutores, após esses passarem por um processo de treinamento, que basicamente estaria ligado à conscientização dos indivíduos em relação aos valores da organização e à utilização da rádio de acordo com os interesses do coletivo.

A ata de reunião da fundação da ONQUI, do dia 25 de julho, aponta a participação de 18 pessoas, dentre elas: Nivaldo José Alves Trindade (Mano Nivas), 27 anos; Edílson Pereira de Souza (Negro Djou), 36 anos; Sinvaldo Pereira de Souza (MC Vado), 30 anos; Cíntia Paulino Januário, 23 anos; Gilson Pereira de Souza, 25 anos; Leila Plínio de Souza, 18 anos e Eliel Marques Andrade (Big Ben), 22 anos, participantes mais assíduos nas ações nos dias de hoje.

De acordo com as discussões realizadas no primeiro capítulo, muito mais do que apenas questão etária, a participação das pessoas citadas na fundação da ONQUI se dá pela condição social, uma vez que esses integrantes são moradores da periferia de Guarulhos, e pela representação social que os caracteriza como um grupo com identidade própria, portador das mesmas aspirações e dificuldades no cotidiano.

Apesar da idade de vários deles não estarem próximas daquilo que as pessoas entendem, no senso comum, como juventude, sua condição social e a representação de suas ações, com um posicionamento marcadamente contestador ao mundo construído pelo adulto, caracteriza-os, com base em seu cotidiano, como um grupo jovem, todos influenciados pelo meio social onde vivem e pelas trocas proporcionadas por esses espaços.

Complementaram o grupo acima, naquela ocasião, e com participações mais esporádicas atualmente, devido às atribuições com outras atividades, principalmente, profissionais: Paulo Alves Trindade, Alex de Souza Custódio (Alx), Silvana Aparecida Eduardo (Preta Sil), Leonardo Silva Fonseca (Coringa), Raquel da Silva Oliveira, Euclides Souza de Almeida (Kid Nigas), Ronaldo Referino da Silva (Baleia), Everaldo Alves Trindade, Ednice Pereira de Souza (Negra D), Romildo Referino da Silva (Mico) e Anderson (Nix).

Devido a grande abrangência de participantes, as redes de contato e relações da ONQUI são bastante amplas e entendidas como necessárias, no sentido de espaços para inserir e difundir os valores do *hip-hop*, tanto na cidade de Guarulhos, quanto no Estado de São Paulo e no país. Essas relações têm raízes históricas que, inclusive, ajudaram a definir as características da organização nos dias atuais. Entre essas relações, em Guarulhos, destacam-se os diálogos com a

ala esquerda do Partido dos trabalhadores (PT), a Igreja Apostólica Renascer em Cristo, o Conselho Tutelar, o Núcleo de Direitos Humanos Frei Tito, a Juventude Católica e Evangélica, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e com representantes de grêmios estudantis, entidades ambientais, associações de moradores de bairros da periferia de Guarulhos, entre outros.

No cenário nacional e estadual, relaciona-se com lideranças nacionais, “posses” locais e organizações ligadas ao *hip-hop* e movimentos sociais de várias localidades do país, como a “Posse” Sul (Chapecó), Guerreiros do Espírito Santo (Vila Velha e Vitória), “Posse” Rosas Urbanas (Salvador), Independentes (RJ, RS, PR, MT, PA, PB), Kaustrofóbicos (Belo Horizonte), Rimas Mineiras (Pouso Alegre), Quilombo Urbano (MA), “Posse” VGA (Varginha), “Posse” 4 Elos (zona sul de São Paulo), Esquerda Frente Nacional de *Hip-Hop* (sul/norte/leste), Idéias da Periferia (Bonsucesso), “Posse” Rima Revolução (Sorocaba), Louveiras Street Break (Louveiras), Raciocínio das Mentas (Araxá), entre outras.

Com Nivas, por exemplo, essas relações iniciaram-se mais ao final dos anos 90, mais propriamente em 1997, com a fundação da “posse *Sindicato do Rap*” e do “grupo *Calibre Forte*”. Ele conta que já atuou como radialista na rádio Guetto FM de Guarulhos, o que o ajudou a fundar a Quilombo FM.

Militou no PT, entre 1986 e 1997, deixando o partido por causa de desentendimentos com um vereador da cidade, que, segundo ele, quis aproveitar-se do *hip-hop*. O caso chama a atenção pelo fato do vereador, depois de eleito, ter deixado de lado o movimento, privilegiando outras pessoas em ações e espaços, pessoas que não tinham compromissos com os valores do movimento e que ao contrário disso buscavam vantagens pessoais.

De 1997 a 1999, militou no PSTU, saindo por não perceber no partido a abertura de espaços para o crescimento do *hip-hop* em Guarulhos. Desde 1999, voltou a militar no PT, e nas últimas eleições municipais a ONQUI, apesar da experiência anterior, colaborou abertamente na reeleição de um candidato petista articulado com as idéias e valores da organização, situação alcançada com êxito devido aos votos do movimento *hip-hop*.

A relação com o PT, nos dias atuais, está em processo de análise, devido aos escândalos no partido na esfera nacional com as denúncias de corrupção. Articulados na cidade com a ala minoritária, a adesão ao partido pode deixar de acontecer caso os parlamentares mudem de legenda.

Outra relação muito próxima da ONQUI é com o Conselho Tutelar. Desde o mês de março de 2005, Nivas é um dos novos conselheiros tutelares e, com esse novo projeto, pretende articular a ação da ONQUI com as do Conselho Tutelar junto a meninos e meninas em situação de risco da comunidade do Jardim São João Batista e adjacências. Desde então, todas as ações realizadas têm apoio do conselho, seja por meio da cessão de recursos materiais, como transportes para a participação de crianças e adolescentes nas atividades, seja como simples apoiador, derrubando possíveis preconceitos e abrindo portas para as ações da organização.

Em processo de legalização como Organização Não-Governamental (ONG) e por suas relações com o Conselho Tutelar, Mano Nivas deixou a presidência da ONQUI, passando o cargo para Negro Djou, indicado e referendado em reunião, a fim de que não ocorram conflitos de interesses. A organização tem como objetivo concorrer a verbas públicas e privadas para a realização de suas atividades e projetos futuros, e os conselhos tutelares teriam, dentre outras funções, a fiscalização do uso de verbas utilizadas pelas entidades ligadas à criança e ao adolescente, o que poderia colocar a organização sob suspeita, caso os recursos não fossem devidamente aproveitados.

Outra relação próxima diz respeito aos integrantes da “posse *Esquema Black*” e à participação em ações ligadas à Igreja Apostólica Renascer em Cristo. Negro Djou, MC Vado, Gilson e Leila formam o grupo “*Manos Força Rap*”, que tem em suas músicas a crítica aos problemas sociais e, na glorificação do nome de Jesus Cristo o caminho para a resolução dos problemas. Suas apresentações em festas e atividades, nas quais a ONQUI participa, por exemplo, sempre exaltam o nome de Jesus, com a realização, inclusive, de orações em alguns casos. Participam, também, de eventos musicais na sede da igreja em Guarulhos e de um grupo

de orientação a pessoas usuárias de drogas e álcool. Mais à frente discutirei essa relação do grupo com a igreja e a revelação de pequenas rusgas dentro da ONQUI, por causa de tal situação.

Ainda durante o trabalho de coleta de dados, da pesquisa de campo, acompanhei discussões relacionadas a outras entidades, como: a realização do Fórum da Juventude, realizado em Guarulhos e que teve a participação da ONQUI, na discussão de sua formatação e possível realização no Jardim São João Batista de atividades de *hip-hop* com a comunidade local, fato que posteriormente acabou não acontecendo por falta de maior organização dos participantes da ONQUI; a Conferência Lúdica, além da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, em que a ONQUI se fez representada por Vado e Nivas nas discussões, com a realização de uma oficina de *hip-hop* e participação de Nivas, também, como delegado representante do conselho tutelar.

Dentro dessa variedade de situações, outras atividades agendadas foram inicialmente marcadas para serem acompanhadas, mas que por diferentes problemas acabaram não acontecendo, como uma palestra em uma escola, na periferia de Guarulhos, para discutir a importância da cultura com fator de inclusão social; uma reunião com lideranças do movimento na cidade, para discutir a realização do Fórum Municipal de *Hip-Hop*, e da qual não participei, pois, desmarcada uma primeira vez, não fui avisado quando finalmente realizada; o acompanhamento da participação da ONQUI em uma festa, no bairro de Bonsucesso, que acabou cancelada de última hora, pois Mano Nivas, em plantão no conselho tutelar, precisou atender uma ocorrência relacionada a crianças infratoras; uma reunião do movimento *hip-hop* em Campinas, ligada ao PT, cuja discussão interna não permitiu minha participação e expôs divergências dentro do movimento *hip-hop* nacional.

O que quero enfatizar com todas essas relações é a diversidade de contatos que a organização busca estabelecer com os mais variados segmentos da sociedade, de modo a unir esforços e difundir os valores do movimento *hip-hop*, o que caracteriza de forma bastante rica as ações da organização. Por outro lado, não é possível deixar de mencionar as dificuldades de organização devido a fatores como falta de tempo e de materiais, divergências internas,

preconceitos estabelecidos com a imagem do *hip-hop*, dificuldades de organização do movimento nacional e local, dentre outros fatores a serem discutidos de forma mais minuciosa posteriormente.

Apesar dessas dificuldades, fica claro que o processo de conscientização das pessoas participantes é lento, porém contínuo, baseado no discurso intenso dos valores, nos diferentes espaços que o *hip-hop* se apropria. A participação, entendida como canal de discussão e definição das ações é de fundamental importância para que a mensagem se multiplique e atinja seus objetivos. Os espaços de discussão dentro desses diferentes contatos é o principal meio que a ONQUI possui para disseminar seu discurso, aliado ao desenvolvimento de suas ações por Guarulhos.

Durante o período de coleta de dados acompanhei várias ações, como: festas em escolas, favelas e praças da cidade; palestras com pessoas representativas do movimento *hip-hop*; reuniões da “posse” para tomada de decisão e organização das ações. Apesar de organizada em uma estrutura de cargos, devido à necessidade de formalizar legalmente a organização, todas as ações têm como característica principal a possibilidade efetiva de participação de todos os envolvidos no processo de discussões e organização, inclusive com o desenvolvimento de mecanismos de participação das pessoas das comunidades envolvidas. São essas ações e seus possíveis desdobramentos que procuro apresentar no tópico a seguir.

2.5 AS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS EM GUARULHOS

Conforme as discussões anteriores, é possível perceber que a ONQUI possui uma grande rede de relações com diferentes instituições da cidade de Guarulhos, bem como do Estado de São Paulo e no cenário nacional. Essa rede de relações permite a inserção da organização em diferentes espaços por meio da realização de diversas atividades relacionadas ao *hip-hop*. Além disso, a ONQUI participa em outras ações, ligadas às demais organizações,

colaborando como parceira e porta-voz dos interesses do movimento *hip-hop* nos outros movimentos sociais.

As ações da ONQUI, tais como as reuniões de tomada de decisão, as festas realizadas em favela, escolas e praças de Guarulhos, oficina de discotecagem com representantes de grupos famosos de *hip-hop*, são apresentadas, em um primeiro momento, na seqüência do trabalho, de modo a entender a forma como tais ações são realizadas, quais são seus significados, em relação ao trabalho da organização, e também a relação de tais situações com a questão do lazer. Posteriormente, discuto outras ações não necessariamente desenvolvidas pela ONQUI, mas que, de algum modo, têm relação com a organização, como por exemplo, outras festas ligadas ao *hip-hop* e que são vistas, ou como possibilidade de lazer para seus integrantes, ou como espaço a ser ocupado pela ONQUI em suas redes de relações.

2.5.1. A reunião de tomada de decisão

Essas reuniões são realizadas na sede da organização, no bairro São João Batista, casa de Mano Nivas, um dos seus participantes e ex-presidente. Elas ocorrem na parte superior da casa, que está em estágio de construção, o que torna esse espaço improvisado, mas suficiente para a reunião das pessoas.

Em uma das reuniões de que participei estavam presentes sete representantes: Mano Nivas, Negro Djou, Vado, Cíntia, Gilson, Leila e Big Ben, e a pauta, entregue para todos naquele momento, foi composta de diversos itens, tais como:

1- o afastamento de Nivas da presidência da organização devido à sua atuação como conselheiro tutelar e o fato da ONQUI estar em processo de legalização, para que possa solicitar verbas públicas ou privadas para a realização de suas ações. Em seu lugar, Negro Djou foi empossado, por aclamação.

2- discussão sobre a realização da atividade na favela Hatsuta (ação a ser discutida em detalhes mais adiante no trabalho) e a responsabilidade do evento e da participação da ONQUI, devido à expectativa causada na comunidade com os primeiros contatos. Nivas destaca a participação da comunidade, com grupos de adolescentes se reunindo para criar músicas de *rap* e poder apresentar no dia da atividade, que tem como objetivo principal, chamar a atenção do governo municipal para as condições de vida extremamente precárias das pessoas do local. É destacada a necessidade de se tentar viabilizar a divulgação da atividade após a sua realização, em veículos de comunicação de Guarulhos, para dar visibilidade à ação.

3- problemas com a rádio Quilombo FM, fora do ar por notificação da ANATEL e com problemas em seus componentes. Discutiu-se a possibilidade e necessidade de mudança de local, como forma de resolver, mesmo que temporariamente, a primeira questão e a necessidade de verbas para solucionar os defeitos de equipamento.

4- a confecção do Fanzine Quilombo, sem nova edição desde janeiro de 2005, apesar da ONQUI possuir apoio e recursos materiais para editar novos números. É destacada a necessidade dos componentes produzirem mais textos para alavancar o fanzine, instrumento importante para divulgar as ações e o discurso da organização.

5- discussão sobre a data de realização de uma oficina de discotecagem e de uma palestra com KL Jay, *Dj* do grupo Racionais MC's, no centro de Guarulhos.

6- discussão das ações para o segundo semestre, com a realização das atividades para o mês de agosto. Mano Nivas queria que a ONQUI realizasse atividades nos quatro finais de semana, o que levou os outros participantes a questionar a capacidade de mobilização de todos e a dificuldade de articular as ações de forma efetiva com as comunidades locais, de modo a promover a participação de todos os envolvidos. Para Mano Nivas, a organização deveria realizar uma espécie de “Agosto Negro”³⁰, em Guarulhos, e ele destaca a

³⁰ Em sua quarta edição, o Agosto Negro é uma semana dedicada a realização de diversas atividades, pela cidade de São Paulo, ligadas ao movimento *hip-hop*. É realizada, em parceria, pelo Instituto Agosto Negro, Coordenadoria dos Assuntos da População Negra e Prefeitura Municipal. Mais informações sobre as ações dessa semana podem ser acessadas no site: <www.agostonegro.com.br>. Acesso em 25 de jul. de 2005.

necessidade de todos da ONQUI dedicarem-se mais à organização, priorizando as ações coletivas, não as individuais, em suas relações fora da organização, como forma de definir a linha de ação da ONQUI. Depois de muita discussão, ficou marcada para o mês de agosto a realização de duas ações em escolas da periferia de Guarulhos, ficando os outros finais de semana para a realização de possíveis ações que poderiam aparecer em decorrência dos resultados das duas atividades inicialmente definidas.

7- discussão sobre a implantação da casa do *hip-hop* em Guarulhos, questão agendada para uma próxima reunião.

8- posição da ONQUI sobre a corrupção no governo federal e a sua relação com o Partido dos Trabalhadores em Guarulhos. O grupo preferiu não fechar sua posição na reunião, preferindo aguardar o desenrolar da situação, em relação aos parlamentares que os apóiam em Guarulhos.

9- discussão sobre a necessidade de os componentes da organização terem maior participação no Fórum da Juventude e no Núcleo de Direitos Humanos Frei Tito como forma de marcar presença e colocar em discussão o discurso da ONQUI.

10- discussão sobre a necessidade de formação política dos demais integrantes da organização, e que não participaram da reunião, para que possam representar bem a ONQUI e o *hip-hop* nos diferentes fóruns. Negro Djou coloca a possibilidade de realizar um processo de capacitação política e discussão sobre os quatro elementos do *hip-hop*, convidando pessoas, alheias à organização, para realizar palestras e oficinas ligadas a esses temas.

De forma geral, as reuniões da ONQUI são realizadas da maneira mencionada acima, abordando temas como os apresentados e criando oportunidade à participação de todos os envolvidos. A todos foi dada a oportunidade de expressar suas opiniões, com o grupo encerrando a discussão dos temas a partir do interesse de todos. Percebeu-se na organização a importância do coletivo e da participação como forma de tomar as necessárias decisões.

Por outro lado, nesse tipo de ação o grupo também tem alguns problemas, especialmente relacionados à dificuldade de reunir os vários componentes, devido a outros compromissos agendados por esses participantes, como já mencionei. Essa situação, inclusive, foi um dos temas levantados por Nivas, isto é, a necessidade de repensar as atitudes por parte daqueles que pouco têm participado das ações da ONQUI.

Outra situação que chamou a atenção é o fato de Nivas, a partir dessa reunião, tentar otimizar a participação dos demais integrantes nas ações a serem realizadas. Integrante mais ativo entre os demais nas ações da ONQUI, Nivas, com sua saída da presidência, espera que cada um possa dedicar-se mais a essas ações, caracterizando com isso a linha de ação da ONQUI. Apesar de a tomada de decisão ser realizada em conjunto, é inegável o papel de Nivas como elemento mobilizador do grupo, o que pode ser explicado pela sua não relação com outras instituições no tempo dedicado para atuar com o *hip-hop*, o que o diferenciaria dos outros integrantes.

Na realidade, essas situações são casos difíceis de serem resolvidos, uma vez que os integrantes da ONQUI não recebem nenhuma quantia financeira para atuar na organização, o que os levam a buscar outras atividades profissionais para se manterem financeiramente, acarretando, com isso, a falta de tempo disponível para participar do desenvolvimento das ações.

2.5.2. As Festas em favelas, escolas, praças e em outros lugares da cidade de Guarulhos.

Em relação às festas promovidas pela ONQUI, acompanhei algumas delas, em diferentes espaços da cidade de Guarulhos, como as realizadas na favela Hatsuta, em uma escola estadual, em trabalho desenvolvido em conjunto com a chamada “Escola da Família”³¹ e no Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.

³¹ Ação desenvolvida pelo governo do Estado de São Paulo desde 2004, com a abertura das escolas, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades culturais e técnicas com a comunidade da região. Apesar de interessante como possibilidade de adaptação de outros equipamentos para a realização de vivências de lazer, o

A festa na favela Hatsuta aconteceu no mês de julho de 2005 e contou com a participação de outras entidades, além da ONQUI. Chamada de “DIA +”, teve como objetivo chamar a atenção das autoridades municipais para as condições degradantes pelas quais passam os moradores do local.

A organização da atividade foi realizada em conjunto pela ONQUI, Conselho Tutelar de Guarulhos e a Associação dos Moradores da Comunidade Hatsuta, associação ligada ao projeto de uma igreja católica, a paróquia São Jorge, próxima à favela. Colaboraram, também outras entidades, cedendo recursos materiais, como a Igreja Universal do Reino de Deus, com uma unidade de saúde adaptada em um ônibus, o Instituto de Assistência Social Água Viva e a Academia Movimentação. Participaram, também, como voluntários, pessoas ligadas a áreas como medicina, odontologia, direito e representantes ligados ao projeto Meninos e Meninas de Rua.

Apesar da presença de várias pessoas ligadas à Secretaria de Assistência Social, acompanhando a realização da atividade, esta foi realizada de forma desvinculada da Prefeitura Municipal de Guarulhos, por opção dos promotores, como forma de garantir a autonomia da ação e possibilitar à comunidade iniciar um processo de organização para pressionar o poder municipal em relação às suas necessidades.

Próxima do centro da cidade, a favela fica, de certa forma, escondida para quem passa nas ruas ao lado, sem que as pessoas possam ter noção das suas dimensões e de seus problemas, pois está localizada no que restou das instalações de uma antiga fábrica desativada, sem qualquer infra-estrutura para que seus moradores tenham as mínimas condições de vida. É dominada pelo tráfico de drogas, e a realização da atividade nesse dia somente pode ser confirmada após intermediação do presidente da Associação dos Moradores junto ao comando do tráfico para a liberação do espaço.

projeto tem sido alvo de várias críticas na área, em razão da falta de um processo de capacitação dos técnicos envolvidos no planejamento e na execução das atividades, o que acaba por prejudicar as ações realizadas.

Na programação foram desenvolvidas diversas atividades, como: jogos e brincadeiras (argola, boca do palhaço, dança da cadeira), além de três palhaços, que realizaram outras atividades com as crianças menores; apresentações de grupos de dança e de *rap* da comunidade; oficinas de grafite, apresentações dos grupos de *rap* ligados à ONQUI; apresentação do grupo “Garotos do *Break*”, além de outras atividades como palestras sobre cidadania e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); atendimentos médico e hospitalar relacionados a casos de rotina; assessoria jurídica e panfletagem nos faróis da região, como forma de conscientizar os motoristas a não darem esmolas para as crianças da favela que ficam cotidianamente na região pedindo dinheiro.

Em relação à atuação da ONQUI no local foi possível presenciar as mesmas dificuldades de outras ações. O local, a infra-estrutura disponível para as apresentações (como o palco improvisado em cima de um caminhão), as dificuldades referentes ao transporte da aparelhagem e das caixas de som mostravam, claramente, as improvisações e precariedades das condições de realização.

Apesar de tudo isso, a atividade foi realizada e considerada pela ONQUI como sucesso quanto ao envolvimento da comunidade na ação local, com a presença de um número bastante expressivo dos moradores, principalmente crianças e adolescentes, e como instrumento para chamar a atenção para os problemas da comunidade e para envolver as pessoas nas discussões ligadas ao movimento *hip-hop* como perspectiva de mudança social.

Quanto a essa questão, foi possível perceber em outras atividades realizadas pela ONQUI a presença de um grupo de adolescentes da Comunidade Hatsuta, acompanhados do presidente da Associação de Moradores, o que mostra a importância da atividade realizada na favela como canal de divulgação e multiplicação dos valores do *hip-hop*.

Nas atividades relacionadas ao *hip-hop*, participaram com apresentações os grupos “*Calibre Forte*”, com Mano Nivas, “*Manos Força Rap*”, com MC Vado e Gilson (Negro Djou chegou atrasado e não participou da apresentação) e o grupo “*Garotos do Break*”. Além

desses apresentou-se um grupo de adolescentes da favela, cantando uma música composta especialmente para a ocasião e dançando com os participantes do grupo de *break*.

A realização dessa atividade durante todo o domingo, com os moradores da comunidade local, caracteriza-se como uma oportunidade de vivenciar o lazer na periferia, situação em que a questão da exclusão, dos preconceitos contra os moradores de áreas semelhantes e da negação dos direitos sociais pode ser discutida, questionada, enfatizando a necessidade da participação comunitária como caminho para a formação cidadã dos moradores. As atividades ligadas ou não ao *hip-hop* podem ser entendidas como possibilidade de lazer, a partir das circunstâncias relacionadas à realização de tais vivências para os moradores da comunidade. A favela foi naquele momento espaço para a vivência de lazer.

A questão da conscientização das pessoas com a realização de atividades como a da Comunidade Hatsuta foi, nesse dia, tema de um diálogo meu com Negro Djou. Questionei-o sobre o alcance das ações da ONQUI: até que ponto, efetivamente, as atividades poderiam colaborar com o desenvolvimento da consciência das pessoas da comunidade? Para ele, a mensagem do *hip-hop*, especialmente das letras das músicas, colabora com essa questão à medida que as pessoas passam a acompanhar, a seguir o movimento *hip-hop*.

Daí a importância da atividade ter despertado o interesse de um grupo de adolescentes da favela em acompanhar outras ações da ONQUI por Guarulhos. É a perspectiva discutida por Franco (2000) sobre a relação entre expressão estética e política presente nas letras de *rap*. De acordo com a autora, a relação entre a expressão estética e a política nas letras de rap permite ser entendida com base na narrativa dos *rappers* e das letras de suas músicas.

Ao analisar letras de *rap*, Franco (2000) apresenta alguns pontos que, segundo ela, teriam em comum situações como o fato de as letras iniciarem com um convite para ouvir e pensar sobre algo, fato realizado por alguém que se apresenta como autoridade, o que lhe permite falar sobre o assunto; a situação desse assunto para o qual se convida a pensar e ser definido; a comunidade à qual pertenceriam os *hip-hoppers* ser definida; a condição da vida do pobre ser discutida, identificando o outro em relação ao qual o *hip-hopper* deveria se diferenciar. Assim, o

rapper é um narrador³² ou, como já abordado no primeiro capítulo por Duarte (1999), um literato, e suas letras narrativas versam sobre temas do cotidiano, sobre um projeto de vida para os habitantes da periferia das grandes cidades.

Embora Negro Djou não tivesse elementos para colocar a experiência proporcionada pelo *hip-hop* em relação à discussão anterior, é baseado nessa perspectiva que ele acredita no potencial do *hip-hop* como movimento cultural questionador da sociedade. É na experiência vivida ou conhecida da realidade do cotidiano que se consolida a certeza da capacidade criativa e conscientizadora das ações nas quais participa.

Assim, embora assistencial e, até mesmo, assistencialista em alguns momentos, devido aos serviços oportunizados para a comunidade, como a distribuição de café da manhã e lanches, a atividade na Comunidade Hatsuta, sem dúvida alguma, oportunizou para as pessoas um espaço para a realização de diferentes vivências de lazer, a partir de sua efetiva participação na realização das atividades, ressignificando o espaço local, as possibilidades de vivências corporais, dando novos sentidos e significados para os discursos verbais e corporais, próprios das comunidades, de acordo com suas necessidades e desejos.

Outra festa que foi acompanhada, durante o período de coleta de dados, foi a atividade realizada na E. E. de 1º Grau Profª. Maria Angélica Soave, no Jardim Nova Taboão, periferia pobre da cidade e arredores do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Da mesma forma que a atividade realizada na favela Hatsuta, a participação da ONQUI foi feita pelos grupos *Calibre Forte*, *Manos Força Rap* e com acompanhamento do “*Garotos do Break*”.

O contato com a direção da escola realizou-se por meio de ofício, encaminhado pelo Conselho Tutelar, e o espaço somente foi cedido, após muita discussão, mediante a realização da atividade em conjunto com o projeto Escola da Família. De acordo com Mano

³² A autora trabalha com as categorias definidas por Walter Benjamin, em que o narrador fala ou da experiência vivida por ele ou passada para ele por outra pessoa, em uma relação emocionalmente profunda e densa, possibilitando a construção de uma comunidade entre quem fala e quem escuta. Ao redor do narrador, cria-se a expectativa em relação ao que ele tem de novo para contar. É, também, o contador de histórias que traz, ao redor de si, crianças a seus pés. Sobre o assunto consultar BENJAMIM, W. O narrador: observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: *Walter Benjamin. Coleção Os Pensadores*. Vol. XLVIII, São Paulo: Abril, 1975.

Nivas, a direção da escola teve grande resistência em ceder o local devido à preocupação com a questão da segurança, situação advinda dos preconceitos relacionados à presença dos *manos do hip-hop*, situação somente contornada pela promoção da atividade ser associada ao Conselho Tutelar do município de Guarulhos.

Organizada para ser uma festa com o envolvimento e a participação da comunidade do Jardim Nova Taboão, a presença das pessoas da localidade foi extremamente baixa devido a problemas na divulgação da atividade. Além disso, aquele era o primeiro final de semana após o período de férias com a realização do Projeto Escola da Família que reúne em média 500 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. De acordo com um professor de geografia do colégio, coordenador do projeto, a expectativa é de aumentar a presença das pessoas nas diversas atividades com o reinício do semestre letivo.

Apesar do número reduzido de pessoas, destacou-se a realização da roda de *break* com os integrantes do grupo “*Garotos do Break*”, moradores da comunidade local e da favela Hatsuta, trazidos com o apoio do Conselho Tutelar, que viabilizou o transporte. Desde a realização da atividade “Dia +” na favela Hatsuta, é comum a participação desses jovens nas atividades realizadas pela ONQUI na região de Guarulhos.

Embaladas pelas músicas cantadas pelo grupo “*Manos Força Rap*” e por outras executadas pelas *pick-ups*, a roda de *break* mostrou a execução de vários estilos pelos dançarinos do grupo e das comunidades. Os movimentos de chão realizados pelos *b.boys*, como o *top rock*, *up rock*, *foot work* e os *power movies*, como o *flair*, o giro de cabeça e o moinho de vento, foram largamente executados, assim como a dança *popin’g* e a *lockin’g*. Durante a demonstração das habilidades corporais dos participantes da roda de *break*, Vado e Negro Djou estimularam a realização de um “*racha*”, envolvendo de um lado o grupo “*Garotos do Break*” e de outro os moradores da localidade e da favela Hatsuta.

Iniciado sem muito entusiasmo, o “*racha*” foi aos poucos ganhando maior participação com as apresentações dos grupos, devido à dinâmica da atividade caracterizada como um desafio, em que vence a equipe que tiver maior criatividade na execução dos

movimentos corporais relacionados aos passos citados. Apesar de ser caracterizada como uma competição entre dois ou mais grupos, situação que pode levar à ocorrência de fatos violentos, devido à provocação, à ironia e aos gestos cênicos, que acabam por acirrar a disputa, a vivência da atividade pode ser entendida como um importante instante de confraternização entre os diferentes grupos.

A liberdade dos movimentos corporais, por parte de cada um, foi fonte de inspiração para criação de novos gestos, com o objetivo de “superar” a performance do “adversário”. Apesar da provocação e da ironia, o que prevaleceu foi o sentido de festa em grupo, da participação de pessoas que, naquele momento, poderiam dar seu recado com um linguajar próprio, recriando novos sentidos para as vivências do cotidiano, caracterizando-os como “autores de si próprios”, de acordo com Magro (2002), na discussão realizada no primeiro capítulo.

Outra questão importante a se destacar, tanto na atividade desenvolvida na favela Hatsuta, quanto na Escola Maria Angélica Soave, no Jardim Nova Taboão, é a intimidade que esses jovens têm com a cultura *hip-hop*, com a presença de vários dos símbolos do *hip-hop*, como os itens relacionados ao vestuário típico (roupas largas e com motivos relacionados a representantes reconhecidos do *hip-hop*, como Racionais MCs, Sabotage, entre outros) e acessórios diversos (bonés, pulseiras, correntes e tênis de marcas famosas ou imitando estas marcas).

O gestual característico também ficou claramente presente nas diferentes formas de dançar, com a participação na roda de *break* e na letra do *rap* escrito pelos adolescentes da favela Hatsuta. A possibilidade de ressignificação do corpo, de contestação e ocupação do espaço social, muitas vezes negado pela sociedade, ficou marcada pela efetiva participação dessas pessoas. Além disso, a utilização desses elementos não foi realizada de forma não refletida. Durante a pesquisa de campo foi possível perceber que o discurso desses participantes passa, também, pela discussão desses elementos dentro de um processo de ressignificação, de caracterização de um grupo, dando identidade e visibilidade a suas ações. As conversas informais que tive durante a coleta de dados apontam para essa etapa.

Essa situação caracteriza as discussões realizadas no primeiro capítulo quando foi abordado o processo de renegociação que o movimento *hip-hop* realiza com a indústria cultural. Mais do que apenas reproduzir os símbolos e valores veiculados, os participantes buscam se apropriar desses elementos como forma de viabilizar um grupo de iguais, espaço no qual possam se reconhecer como pertencentes a uma determinada identidade. É através dessa rede de relações, chamada de centralidade subterrânea (MAFFESOLI, 1987b), celebrada com a partilha do cotidiano, que as dificuldades e necessidades vão tomando sentido e sendo realizadas em confronto com a violência banal (MAFFESOLI, 1987a), como forma de resistência contra as imposições sociais e naturais.

E foi exatamente como instrumento de formação de redes de relações, espaço para a solidariedade de base, que a festa no Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, outra das atividades acompanhadas na pesquisa de campo, foi realizada pela ONQUI.

Nessa festa, aconteceu uma palestra com KL Jay, Dj dos Racionais MC's, seguida de uma discotecagem e apresentação de *break*, com as pessoas participantes. Estavam presentes cerca de cem pessoas ligadas à ONQUI, ao Conselho Tutelar, com as crianças do Centro de Referência e do Abrigo Casa de Passagem, além de educadores, convidados e amigos.

A atividade começou com a fala de KL Jay, que discutiu o *hip-hop* como um movimento dos marginalizados, dos sem voz na sociedade e, depois, seguiu com um bate-papo com perguntas relacionadas ao *hip-hop*, aos Racionais e à vida artística do convidado.

KL Jay falou da questão das drogas e ponderou sobre os aspectos positivos e negativos da questão. Não se colocou de forma moralista, mas apresentou, em sua visão, os problemas pertinentes ao tema. Destacou a influência da sociedade, em especial a da mídia, na formação de valores questionáveis para as pessoas. Abordou a temática do consumismo e as situações que advêm de tal questão, como a não-valorização do ser humano enquanto tal, mas por aquilo que ele possui.

Quando questionado sobre a relação de negociação que o *hip-hop*, no caso os Racionais MC's, mantém com a indústria cultural, KL Jay abordou a situação como necessária, pois depende de seu trabalho como manutenção de sua sobrevivência. Segundo ele, não dá para fechar os olhos para a indústria cultural, sob o risco de não se conseguir permanecer no mercado. Porém, a utilização de seus mecanismos precisa ser diferente do habitual, como, por exemplo, a participação em programas na televisão e no rádio que sejam sérios, caso do *MTV Yo Rap's* e o programa *Ensaio*, da Rede Cultura.

Mais uma vez aparece a figura do *rapper* como um narrador, aqui, não através das letras de suas músicas, mas da sua experiência de vida, relacionada ao *hip-hop* e aos temas do cotidiano. A presença de KL Jay na festa justifica-se pelo papel que representa em todo o cenário. Para os integrantes da ONQUI, espera-se que suas narrativas sejam um estímulo para que mais pessoas possam vivenciar os valores do movimento *hip-hop*.

Além da palestra aconteceram as apresentações dos grupos de *rap* da ONQUI e do grupo “*Garotos do Break*”, que sempre acompanha as ações da organização. Nesse momento, talvez, pode-se afirmar que a festa realmente aconteceu com a participação de todos os presentes. Ao som das músicas, cantadas ao vivo ou tocadas no aparelho de som, as pessoas foram deixando de lado a timidez inicial e entrando na roda para exibir suas habilidades.

Nesse segundo momento da atividade e liderados pelo grupo de *break*, os participantes puderam vivenciar a festa como um momento de confraternização, e as crianças e adolescentes da Casa de Passagem e do Abrigo de Referência ganharam destaque com suas presenças, pois foi justamente entre essa faixa-etária que os símbolos do *hip-hop* mais se fizeram presentes, com o uso da roupa, dos gestos e das “falas” relacionadas ao movimento. A riqueza dessas situações passa, de certa forma, despercebida para aqueles que estão do lado de fora, porém, tais “falas” são para os participantes símbolos de uma determinada identidade, que dá força e estímulo para vivenciar o dia-a-dia da periferia.

Assim, as atividades realizadas pela ONQUI podem ser entendidas como possibilidade de lazer para os participantes das comunidades, onde os trabalhos são

desenvolvidos. É na participação efetiva em tais situações que a periferia encontra canais para a formação das redes de relações, da solidariedade de base, de forma a estabelecer um projeto de vida mais integrado na sociedade. Para a comunidade local, a participação realiza-se a partir dos aspectos relacionados à manifestação humana chamada lazer, ou seja, como uma vivência desenvolvida em um tempo disponível e que proporciona prazer. É vivenciada de forma “desinteressada”, e as pessoas têm, naturalmente, a total liberdade de escolha em participar ou não das propostas desenvolvidas pela organização.

Por outro lado, para os integrantes da ONQUI, a atividade em si não pode ser caracterizada como uma possibilidade de lazer, dentro das características colocadas no início do trabalho. O Estatuto Social da organização, em seus artigos 6º e 7º, destaca os deveres de seus associados, como cumprir e fazer cumprir as disposições estruturais e regimentais, acatar as deliberações das assembléias e orientações da Coordenação, contribuir com as mensalidades estipuladas nas assembléias, entre outras, de modo que cada um dos integrantes possui uma série de obrigações nas participações das atividades realizadas pela ONQUI, incluídas as atividades realizadas junto às comunidades de Guarulhos. O não-cumprimento de tais deveres pode ocasionar a exclusão dos associados da organização.

Com a ocorrência dessas situações entendo que ocorre a descaracterização das atividades, no sentido de vivências de lazer para esses associados. O caráter “desinteressado” das atividades fica comprometido, embora tais vivências sejam realizadas com muito prazer pelos integrantes da ONQUI. A realização das atividades da organização de forma prazerosa chama a atenção para o conceito de lazer dos integrantes. Para eles o lazer é entendido no senso comum, ou seja, como uma atividade que proporciona prazer, independentemente do tempo no qual desenvolve-se tal vivência.

Porém, como o lazer dessas pessoas, da forma como é discutido no início do trabalho, é vivenciado no cotidiano? O *hip-hop* aparece em algum momento como possibilidade de lazer para os integrantes da ONQUI? O próximo tópico discute essa questão, tentando mostrar como o lazer dessas pessoas estabelece uma relação com os valores do *hip-hop*.

2.6. O HIP-HOP COMO LAZER PARA OS INTEGRANTES DA ONQUI EM GUARULHOS

Além das atividades realizadas na cidade pela ONQUI, a cultura *hip-hop* desenvolve-se de forma intensa em Guarulhos. Em vários bairros da cidade são encontrados eventos e festas relacionadas ao tema, como as situações relatadas no Bairro dos Pimentas, durante o processo de reconhecimento do *hip-hop* na cidade e escolha da organização, realizados por grupos sem vinculação a “posses” e que, por meio de suas possibilidades e dificuldades, mantêm ações ligadas aos valores da cultura de rua.

Diferentemente das ações da ONQUI, caracterizadas, de certo modo, por uma relação de caráter obrigatório de seus integrantes, entendo que esses eventos e festas despertam em grande parte de seus realizadores a possibilidade de vivenciá-los como lazer, aliando, de forma descompromissada, os sentidos da festa e do prazer com os valores da cultura *hip-hop*. Embora esses valores não estejam completamente ausentes nas ações da ONQUI, o desenvolvimento dessas festas não se caracteriza pela forma institucionalizada e engajada na atuação dos organizadores, como no caso da organização pesquisada. É por essa situação que as ações da ONQUI não podem ser consideradas como atividades de lazer para os seus integrantes, mas somente para as pessoas que participam das vivências propostas.

São nessas outras atividades realizadas na cidade que os integrantes da ONQUI vivenciam o *hip-hop* como lazer. É possível perceber pela cidade de Guarulhos as categorias dos “trajetos” e “circuitos”, apresentados por Magnani (1998), em que diferentes “pedaços” se encontram e as redes de sociabilidade se estabelecem. Assim, clubes, casas noturnas e outros espaços da cidade realizam, nos finais de semana, diversas festas com o tema do *hip-hop*.

Durante a pesquisa de campo, acompanhei Nivas em uma dessas festas, realizada pela Prefeitura, no Jardim Presidente Dutra, na praça Orobó, periferia da cidade. Localizado no extremo noroeste, o bairro é marcado por um alto índice de violência e são bem

conhecidas, em Guarulhos, as histórias da Rua 100, com os relatos de roubos e assassinatos, que, de certa forma, acabaram por se transformar em lenda na cidade. Apesar da realidade local, o bairro é relativamente organizado nas suas estruturas físicas e tem, na praça Orobó, o único local de lazer público da região.

A praça, enquanto equipamento de lazer, disponibiliza à população um campo de futebol, onde são realizadas escolinhas da modalidade para crianças e adolescentes, uma quadra de futebol de salão, uma quadra de voleibol, um parque infantil, mesas com jogos de damas e xadrez e uma biblioteca pública. Na praça funciona, também, uma base da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Após conhecer o local, o que ficou claro é que a praça, apesar dos diversos espaços, não é otimizada por ações que venham a utilizá-la em suas reais possibilidades. Embora a estrutura do equipamento de lazer seja razoável, o mesmo precisaria passar por um processo de revitalização, pois se encontra em avançado estágio de deterioração. Além disso, pude perceber a ausência de um processo de animação que pudesse desenvolver com a população do bairro novas vivências de lazer. Nesse dia, além de algumas crianças jogando futebol em um dos lados do campo, somente o parque infantil era utilizado pelos moradores.

Outra impressão relacionada à festa é que ela somente foi realizada no local devido à presença da base da GCM, o que justificava a grande quantidade de policiais, situação completamente diferente do cotidiano, de acordo com Nivas. Durante a pesquisa de campo pude conhecer locais mais carentes que o Jardim Presidente Dutra e que, talvez, merecessem com mais frequência e atenção a realização de ações como essas. O próprio bairro tem na região próximo à Serra da Cantareira um exemplo dessa situação. Ao comentar com Nivas essa impressão, ele mencionou a falta de ações da Prefeitura Municipal, principalmente, nos locais que mais necessitam da presença do poder público, justificando, com isso, as ações da ONQUI.

Com início marcado para as 14:00 horas, aos poucos, as pessoas foram chegando ao local, principalmente em grupos, vindos da região, e eram em sua maioria jovens, apesar de serem vistas pessoas de todas as faixas-etárias. Em relação aos participantes, além do

hip-hop, foi possível perceber a presença de outras tribos, como *skatistas* e *bikers*, em grande quantidade. Na estrutura montada pela prefeitura em uma rua lateral à praça apresentaram-se quatro grupos de *hip-hop* de Guarulhos.

Os participantes ligados ao *hip-hop* usavam o vestuário tradicional, com calças largas, camisas de clubes de futebol ou ligadas a grupos de *rap* ou *break*, ou ainda, de equipes de basquete da Associação Nacional de Basquete (NBA), liga profissional norte-americana. Acessórios como bonés, bandanas, correntes e tênis de marcas famosas, ou que imitavam essas marcas, completavam a estética da maioria das pessoas.

Com o início dos shows formaram-se algumas rodas de *break* para apresentação dos passos e coreografias dos dançarinos, apesar do local não favorecer as apresentações, pois o asfalto muito áspero dificultava as manobras.

Outra “dança” bastante realizada foi a chamada “bate cabeça”, que era desenvolvida quando uma das atrações apresentava uma música mais rápida. Essa movimentação consiste em uma espécie de embate entre as pessoas da roda, em que cada um entra para pular e empurrar, ocorrendo eventuais cotoveladas como forma de defesa dentro do embate. Apesar da aparente agressividade é possível perceber uma espécie de código de conduta, entre os participantes, que termina por controlar a situação, amenizando possíveis conflitos de maior conseqüência para todos. De acordo com Nivas, brigas podem ocorrer quando alguém, que é desconhecido das pessoas, toma parte dentro do círculo de ações e desconhece tal código de conduta.

Já quando a música era mais lenta, o que chamou atenção na forma de dançar foi o estilo chamado “charme”. De acordo com Nivas, esse estilo é feito para as pessoas dançarem juntas, em casais, em que, na dança, o homem vai jogar seu charme para a parceira. É o momento da paquera nas festas. Os movimentos são desenvolvidos em forma de espelho, em que cada um dança próximo ao outro, porém, sem contato físico, cabendo a um dos dois “reproduzir” os passos realizados pelo parceiro. Na festa, o mais interessante foi a grande quantidade de pares

do mesmo sexo, principalmente masculino, dançando o charme sem nenhum problema. Aliás, a participação masculina na dança foi muito superior à feminina.

A questão da identidade grupal, do estar entre iguais, fica claro nesse tipo de vivência, com as pessoas manifestando-se sem preconceitos umas com as outras. A dança, ou a forma de dançar mostra claramente essa situação, o que possibilita a ressignificação do corpo, a expressão de uma determinada cultura corporal. A falta de garotas para dançar em pares não foi um problema para a realização dessa expressão corporal. O importante era ter alguém para compartilhar o momento que o local e as pessoas ofereciam a todos os presentes. O “charme” nesse momento foi a realização da dança, independentemente se o parceiro era do mesmo sexo ou do sexo oposto. A paquera nesse caso foi colocada em segundo plano, pois o importante foi o ato de dançar.

Já Nivas, diferentemente das atividades da ONQUI nas quais está antenado com todas as ações a serem realizadas, o que o leva a dedicar-se com a efetividade da ação e seus possíveis desfechos, na festa da Praça Orobó, estava mais a vontade e descontraído, aproveitando as apresentações para dançar e divertir-se sem as preocupações habituais.

O fato, porém, de estar no local para curtir a festa, em um momento de lazer, não o eximiu de observar como a mesma foi realizada e quem a estava realizando. Algo o incomodava, pois a todo o momento comentava comigo sobre as pessoas que estavam no local e qual seriam seus interesses com a realização da festa. Apontou a presença de várias pessoas interessadas apenas em aparecer e faturar com o *hip-hop*, ou por causa do dinheiro, como as festas citadas abaixo, ou com os possíveis votos em uma futura eleição, caso da atividade realizada pela prefeitura na praça, e que desconsideravam as questões relacionadas ao movimento, como a necessidade da consciência sobre os problemas da comunidade, na busca de uma nova possibilidade de inserção social.

Durante a atividade na Praça Orobó, foram divulgadas outras festas a serem realizadas em Guarulhos e na zona leste de São Paulo, por pessoas ligadas ao movimento *hip-hop*, caso do *rapper* Nelson Triunfo e de pessoas ligadas a casas de espetáculos e clubes de

Guarulhos que, de acordo com Nivas, tentavam ganhar financeiramente com *hip-hop*, devido a sua cada vez maior exposição na mídia. Locais como o Clube Recreativo, no centro da cidade, Espaço Mossoró, no bairro do Taboão, e Amigão Show, em São Miguel Paulista, tinham seus nomes mencionados em panfletos de divulgação de suas festas.

É possível entender esses e outros espaços, como os representados pelas ações da ONQUI, como diferentes “pedaços” que levam à definição de “trajetos” e “circuitos” por onde circulam “pedaços” ligados à cultura e ao movimento *hip-hop*. Esses “trajetos” permitem, de acordo com Magnani (2000), a extensão do espaço urbano para além do bairro, possibilitando o deslocamento para locais mais distantes, ligando pontos e caracterizando, com isso, um determinado “circuito” *hip-hop* na cidade de Guarulhos e região próxima.

No entanto é importante destacar que as ações da ONQUI, assim como as vivências de lazer realizadas pelos associados da organização são caracterizadas por uma série de problemas, sejam de causas externas, como as ligadas às divergências no movimento nacional de *hip-hop*, e internas ao grupo, como preconceitos de ordem cultural, social e econômico, relacionadas às questões da violência e das drogas, situações constantemente associadas pela sociedade aos participantes ligados ao *hip-hop*. Essas situações são apresentadas na seqüência do trabalho

2.7 OS PROBLEMAS VIVENCIADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E AS PROPOSTAS DA ONQUI PARA O *HIP-HOP* EM GUARULHOS

Se por um lado o *hip-hop* possibilita o encontro e a troca de experiências relatadas anteriormente, por outro lado, não é possível deixar de mencionar as dificuldades de organização devido a diversos fatores. A falta de tempo e de materiais, divergências internas, preconceitos estabelecidos com a imagem do *hip-hop* e as dificuldades de organização do

movimento, tanto na esfera nacional, quanto local, podem ser apontados com fatores complicadores para o desenvolvimento das ações da ONQUI.

Como já foi relatada em algumas passagens do texto, a falta de tempo devido às outras atividades dos participantes do grupo e de materiais para a realização das atividades dificultam a efetividade das ações. Contribuindo com esses problemas aparecem uma série de preconceitos contra a imagem do *hip-hop*.

De acordo com Nivas, a realização de atividades na parte central da cidade de Guarulhos é bastante dificultada pela prefeitura, pela polícia e pela sociedade de uma forma em geral, ao contrário das atividades realizadas na periferia, quando a cessão de espaços e materiais é facilitada ou assumida pelas comunidades, sem a participação do poder municipal. Para ele, isso é reflexo de preconceitos contra o *hip-hop*, o que leva à formação de guetos, em que a periferia, nesse caso, não consegue acessar espaços que deveriam ser de todos.

Como exemplo dessa situação, Nivas cita o caso do Centro Cultural Adamastor, localizado em uma área próxima do Centro de Guarulhos, cujo espaço é destinado à realização de oficinas, palestras, exposições, shows, entre outras atividades relacionadas aos conteúdos artísticos e manuais do lazer. Para a realização dessas ações, o local oferece às instituições e aos artistas da cidade e região a oportunidade de desenvolverem projetos, após estes apresentarem suas propostas e passarem por um processo seletivo para a escolha das atividades a serem realizadas com o público. É nesse momento que, segundo Nivas, aparecem os preconceitos com o *hip-hop*, pois, apesar de ter apresentado vários projetos, a ONQUI, ou qualquer outro segmento ligado ao *hip-hop*, não consegue aprovar uma proposta que leve a cultura de rua para dentro do espaço.

Para ele, um dos objetivos da ONQUI é lutar para que o poder público e demais segmentos da sociedade civil possam entender e visualizar o *hip-hop* como cultura, como lazer, valorizando a sua vivência não apenas quando este atende aos seus interesses.

Também dentro do grupo é possível visualizar pequenas divergências, que se por um lado, nos dias de hoje, não interferem negativamente, por outro podem levar, em longo prazo, a fissuras na ONQUI, comprometendo a realização das ações.

Pode-se visualizar dentro da organização dois grupos distintos quanto ao entendimento do *hip-hop* e suas relações com a religião. Há um grupo ligado à Igreja Renascer em Cristo que busca desenvolver nas ações uma relação bem intensa do *hip-hop*, das letras das músicas cantadas com os valores da religião e isso tem colocado em pauta, com os demais integrantes, pequenas divergências internas quanto à utilização e papel da religião em sua associação com o *hip-hop* e a ONQUI. Para esses, o discurso não pode soar falso, desligado da realidade das pessoas do dia-a-dia, pois pode transformar-se em um discurso oportunista.

No que diz respeito à organização nacional do movimento, Nivas aponta sérias divergências entre as entidades nacionais³³ ligadas ao *hip-hop*. Nesse caso, os problemas dizem respeito à legitimidade, ao monopólio das lideranças nacionais e ao repasse de verbas do governo federal à essas entidades, utilizadas para desenvolver ações de interesses pessoais e não em prol do movimento nacional de *hip-hop*.

De acordo com Nivas, os problemas apareceram no 2º Fórum Nacional de *Hip-Hop*, realizado durante o Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, quando essas ditas “entidades nacionais” não esclareceram quanto estão recebendo do governo e em que ações estão canalizando tais recursos, além de tentarem boicotar outras entidades que se organizaram para questionar e apontar tais irregularidades.

Em carta enviada ao Presidente da República, Nivas, em nome da ONQUI, chama a atenção do governo federal para as questões surgidas no 2º Fórum Nacional de *Hip-Hop*, como a falta de controle com a utilização das verbas que são destinadas às entidades nacionais de *hip-hop*, denunciando boicotes com os demais segmentos do movimento nacional e uma possível ameaça de morte, além de pedir a atuação dos órgãos competentes como forma de solucionar tais

³³ Nos anexos podem ser encontrados dois documentos (Carta de Repúdio ao Monopólio, enviada ao Presidente da República, e Informativo ONQUI) relacionados ao 2º Fórum Nacional de *Hip-Hop*, que relatam as discussões e divergências ocorridas durante o debate.

impasses. Até os dias atuais, a ONQUI não obteve resposta em relação à carta enviada, nem mesmo sabe se ela efetivamente chegou ao conhecimento do Presidente ou alguém ligado a ele. O que permanece, no entanto, são as divergências entre a ONQUI e as entidades nacionais, apontadas como monopolizadoras dos recursos e do diálogo na esfera nacional, situação que ao contrário de fortalecer, colabora para enfraquecer o movimento *hip-hop* no país.

Apesar de todos esses problemas, a Organização dos Novos Quilombos tem uma atuação bastante intensa em Guarulhos, regional e nacionalmente, conforme já detalhado. Ciente dessas dificuldades, a organização tem como projeto mais amplo a construção, na periferia de Guarulhos, da Casa do *Hip-Hop* Novos Quilombos. Para que isso possa se transformar em realidade, a ONQUI busca apoio junto aos parlamentares da cidade, com os quais possui contato, encaminhando por via destes um projeto de lei à Câmara Municipal para ser votado. O projeto³⁴ da casa prevê um espaço para a realização de várias atividades ligadas ao *hip-hop* e de outras áreas musicais, bem como atividades ligadas a outras áreas artísticas, como teatro, artesanato, capoeira, biblioteca, dentre outros, e espaço destinado à educação de crianças, jovens e adultos, bem como apoio para grupos de jovens e dependentes químicos.

Entendo que a perspectiva de materialização da Casa do *Hip-Hop* seria um grande avanço nas ações da ONQUI, uma vez que possibilitaria ao grupo o desenvolvimento de ações permanentes, dentro de um projeto de continuidade, situação que, nos dias atuais, não é possível perceber, dada às dificuldades de espaços, materiais e preconceitos apresentados. Com a casa, seria possível estabelecer um ponto de referência para os participantes e simpatizantes do *hip-hop* em Guarulhos e a possibilidade de a organização desenvolver uma política pública não governamental, oportunizando espaço de discussão e de lazer que atenda aos seus objetivos e da comunidade com as quais atua, de modo a desenvolver projetos de inclusão social, de formação e de conscientização em busca de uma sociedade mais justa.

A Casa do *Hip-Hop* poderia se transformar em um centro de cultura popular, de modo a estimular, por meio do lazer, a criticidade e a criatividade das pessoas, para que essas possam superar as diversas barreiras, encontradas no cotidiano, que limitam a efetiva participação

³⁴ Mais detalhes do projeto podem ser consultados nos anexos da tese.

não só no lazer, mas na sociedade de uma forma geral. Poderia funcionar de acordo com a proposta de Marcellino (1999, p 147), ou seja, “como equipamento e como organização de educadores”, de modo que sua tarefa educativa seria efetuada em termos de conteúdo, forma, abrangência, espaço, elementos humanos, recursos materiais, atuando, assim, nos planos cultural e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmando o que já foi mencionado anteriormente, as reflexões aqui realizadas têm como objetivo ampliar a discussão sobre a vivência do *hip-hop* como manifestação de lazer e participação cultural para as pessoas ligadas a este movimento cultural. Muito mais do que esgotar o assunto, o presente estudo pode ser entendido como o início de novas reflexões na área da Educação Física, e em especial na área do lazer acerca do *hip-hop*, movimento desenvolvido nas diversas localidades do país e com sentidos e significados próprios a cada uma dessas localidades. Novos estudos realizados, a partir de diferentes abordagens, podem vir a colaborar para o enriquecimento das reflexões relacionadas ao estudo do lazer e as suas relações com o cotidiano.

Outra situação que creio ser importante destacar é que estas reflexões dizem respeito a uma determinada leitura da realidade, neste caso, a leitura realizada através da minha inserção na organização escolhida para a pesquisa de campo, por meio dos dados coletados e analisados, o que possibilita visualizar a existência de outras análises, com base em outras leituras da realidade, sejam diferentes ou complementares à análise aqui realizada.

Assim, as reflexões aqui apresentadas são feitas com o cotejo das discussões efetuadas embasadas no levantamento dos textos selecionados na pesquisa bibliográfica e no material coletado na pesquisa de campo, buscando apreender os sentidos e significados que o lazer, realizado por meio das vivências relacionadas ao *hip-hop*, pode assumir na busca da cidadania das pessoas participantes e para os integrantes da organização analisada na pesquisa de campo.

Para tanto, diferentes situações foram analisadas com base nas ações realizadas pela entidade, buscando saber como são estabelecidas as redes de relações da organização no bairro, na cidade e fora da cidade, bem como suas relações com o lazer e o trabalho. Além disso, outra discussão importante diz respeito às ações da “posse” na cidade de Guarulhos e de que

modo o *hip-hop* insere-se na sociedade, com diferentes participações de seus membros em outras organizações não exclusivas ao movimento.

Outra abordagem é relacionada à forma de organização e participação das pessoas nas festas e bailes, com destaque para os significados de suas roupas, suas linguagens corporais, o vocabulário próprio do *hip-hop* e os laços de identidade produzidos pelas diferentes “falas” produzidas pelos participantes.

Por fim, foram motivo de análise os encontros da organização para discutir as ações comunitárias que seriam realizadas, além das regras e formas de organização na “posse” e nos espaços próprios das manifestações que reúnem os participantes, bem como os diferentes problemas vivenciados no cotidiano, para o desenvolvimento das ações, sejam de causas externas, como preconceitos de ordem cultural, social e econômico, e internas ao grupo, como as questões da violência e das drogas, além dos caminhos para superar essas situações.

Nesse leque de possibilidades é fundamental ressaltar os processos associativos, sejam eles formais ou informais, no sentido de formação de redes de solidariedade com base nas vivências relacionadas ao *hip-hop* e ao lazer. A pesquisa aqui realizada mostra que, para a classe menos privilegiada, o cotidiano e suas mazelas podem ser enfrentados com formas de associativismo que atendam aos interesses e às necessidades dessas comunidades. Laços de identidades são estabelecidos, dificuldades e soluções são compartilhadas.

Por meio da formação de grupos formais e informais as vivências corporais ausentes, até então expropriadas em termos de tempo e espaços próprios, é ressignificada e incorporada aos diferentes espaços do cotidiano, a partir de uma outra lógica diferente da lógica da dominação e da exclusão imposta à classe mais baixa da população (menos favorecida). Sem querer apontar a situação como uma panacéia para todos os males da sociedade capitalista, é impossível não visualizar a riqueza do relacionamento gerado pelos grupos sociais e as vivências realizadas no lazer.

Essa possibilidade de ressignificação é fruto da criação coletiva e, nesse sentido, tal situação pode colaborar com a relativização de processos de atomização e compartimentalização da vida social (MAFFESOLI, 1987a). Tais situações são de expressiva importância e devem ser entendidas como esperança de alternativas de construções sociais. É a “resistência da massa”, destacada por Maffesoli, que tem o espírito de conjunto, resgatando a partilha do espaço, o que permite a estruturação comunitária.

Conforme afirmado no primeiro capítulo, essas formas de resistências possibilitam um sentimento de partilha das dificuldades do dia-a-dia, e o lazer, entendido a partir da criação e participação cultural, pode ser o canal para a manifestação de tais situações.

Assim, as festas realizadas pela ONQUI, junto às comunidades carentes da cidade de Guarulhos, ganham sentido especial para as pessoas participantes de tais situações. Seja na favela, na festa realizada na escola ou mesmo na atividade desenvolvida no sindicato, as vivências proporcionadas tiveram como característica principal a oportunidade de desenvolver mecanismos de efetiva participação cultural. Cada uma dessas festas foram realizadas a partir da realidade local e com a participação de pessoas das comunidades, no sentido de que essas pudessem discutir e definir os rumos da atividade, de modo a atingir resultados que atendessem a objetivos na busca de melhorias para a vida da comunidade. A participação, nesse sentido, não foi uma dádiva, não foi outorgada, mas conquistada (DEMO, 1996), realizada dia após dia, a partir de um processo nunca acabado, devido à sua fragilidade perante às dificuldades que se apresentam cotidianamente.

Para que atividades como essas possam surtir o efeito desejado, percebe-se que as diversas relações estabelecidas entre a ONQUI e outros segmentos da sociedade civil e pública de Guarulhos são de fundamental importância. Embora atuando de maneira independente a essas outras organizações, é importante destacar que a relação com partidos políticos, organizações não-governamentais, organizações públicas, entidades assistenciais, entre outras, colabora para a organização e divulgação das atividades desenvolvidas pela entidade analisada. Além disso, essas relações são uma das formas que o movimento *hip-hop* encontra para a sua divulgação, de modo

a propagar seu discurso e, assim, questionar os preconceitos que estão arraigados na sociedade e multiplicar o número de simpatizantes e seguidores de seus valores.

As formas de organização e mobilização desenvolvidas pela ONQUI são realizadas de acordo com o processo de aprendizagem política, destacado por Sandoval (1989), em que pessoas e grupos se apropriam de tais situações para aprenderem a se organizar e a traçar estratégias de ação. Fica claro que a pouca eficácia das políticas públicas e a importância advinda de tais programas, como abordado no primeiro capítulo, é o fator fundamental para a mobilização das pessoas.

Outra discussão importante, identificada por meio da pesquisa de campo, é que a força do movimento *hip-hop*, entendido como uma manifestação de lazer de caráter desinteressado, vem também dos laços de identidades proporcionados pela vivência da música, da dança, do grafite, bem como dos diferentes significados que o corpo assume nessa situação. Os sentidos e significados que a festa pode assumir, a partir da liberdade, da criatividade, da troca de experiências e de dificuldades no cotidiano, potencializam-se com o aparecimento de uma série de signos, “falas” que traduzem um determinado sentido de ser e de existir na sociedade.

Através da linguagem corporal manifestada na dança, com seus pulos e imobilismos, seus traços quebrados e diferentes passos como o *popin’g*, o *lockin’g*, os diferentes movimentos de chão, como o *top rock*, *up rock*, *foot work*, *freeze*, *boogaloo* e nos novos movimentos, chamados de *power movies* (ALVES, 2001), percebe-se a riqueza de possibilidades corporais e o estabelecimento de um repertório de ações que revela um modo singular de ser. Esse modo de ser possibilita aos participantes uma grande visibilidade não somente na participação da dança *break*, mas, sobretudo, na sociedade em que estão inseridos, garantindo a re-apropriação de espaços, até então excludentes para essas pessoas.

O “racha” entre os participantes em uma roda de dança, o desafio chamado de “bate cabeça”, mais parecido com uma confusão, uma briga em que as pessoas aparentemente estariam em conflito e, até mesmo, o “charme” são exemplos dessa riqueza de movimentos que dão sentidos e significados à existência social.

Esses movimentos corporais são criações culturais que vêm sendo passadas através de gerações. Sua permanência deve-se ao fato de possuírem significados específicos para quem os realiza. Com a possibilidade de ressignificação corporal através da dança os movimentos garantem, assim, a visibilidade e o sentimento de fazer parte de um determinado grupo.

Análise semelhante pode ser desenvolvida em relação às vivências proporcionadas pelo *rap* e pelo grafite. O primeiro permite explorar o sentido de movimento do corpo, tanto no que diz respeito às questões sociais, quanto culturais, que aparecem nas letras das músicas tocadas e cantadas nas festas. Com letras engajadas, as músicas ligadas ao *hip-hop* sempre dizem respeito a uma determinada realidade social, própria do *rapper* que a canta, o que, de certo modo, explica o fato de muitos *rappers* não cantarem músicas de outros *rappers* (SILVA, 1999), conforme foi possível perceber na pesquisa de campo com as atividades realizadas pela ONQUI. Tanto a “posse” *Sindicato do Rap*, quanto a *Esquema Black* cantavam em suas apresentações músicas que diziam respeito à realidade e aos valores por elas vivenciados.

Com isso, a noção de movimento pode, também ser associada às colagens e aos arranhões (*scratches*) realizados de outras músicas, formando uma espécie de “gagueira”, que acaba por marcar e acelerar certas passagens musicais. Da mesma forma que a noção de técnicas corporais, o *rap* pode ser entendido como uma literatura voltada para o ouvinte, onde o *rapper* é um “literato” (DUARTE, 1999), ou um narrador (FRANCO, 2000). As letras das músicas dos grupos ligados à ONQUI³⁵ seguem o padrão discutido anteriormente e versam sobre temas do cotidiano, além da necessidade de desenvolvimento de um projeto de vida para os habitantes da periferia das cidades.

Dentre as quatro manifestações culturais ligadas ao movimento *hip-hop*, a que menos foi possível acompanhar o desenvolvimento na pesquisa de campo foi o grafite. A dificuldade em disponibilizar materiais, basicamente *sprays* de tintas coloridas, e espaços apropriados para a realização das vivências dificultou a realização de oficinas com essa temática.

³⁵ Algumas dessas letras de músicas podem ser encontradas nos anexos na parte final do trabalho.

Apesar de a ONQUI ter entre seus participantes pessoas ligadas ao grafite, em nenhuma das atividades realizadas e acompanhadas ocorreu o seu desenvolvimento. Nas oportunidades em que ocorreu, seu desenvolvimento foi realizado por pessoas de fora da entidade. Além das dificuldades relacionadas aos materiais e aos espaços necessários, talvez o pouco desenvolvimento da atividade se deva, também, ao menor prestígio do grafite em relação ao *break* e, principalmente ao *rap*, como abordado por Herschmann (2000).

Apesar desse aparente desprestígio ligado ao grafite, não é possível deixar de destacar a proposta de intervenção sobre o espaço urbano que essa vivência cultural pode propiciar, além de contribuir para revitalizar áreas degradadas da cidade, muitas delas afetadas por diversas pichações, bem como questionar o entendimento em relação a esse tipo de arte, visto de forma geralmente preconceituosa, funcionando, como diz Rotta e outros pesquisadores (2002), como uma espécie de arte-denúncia das condições precárias de determinada parcela da sociedade.

A pesquisa de campo apontou ainda a importância de outras características ligadas ao movimento que, contextualizadas e inseridas dentro de um determinado código simbólico, apresentam e identificam os participantes ligados ao *hip-hop*.

Códigos gestuais, representados por formas de cumprimento e de exposição corporal frente às questões do cotidiano, códigos verbais, ligados a um variado e diferente vocabulário próprio do *hip-hop* e da juventude, códigos estéticos, relacionado à determinados tipos de vestuário e de acessórios, são formas de consciência e de expressão estilizada que, segundo Featherstone (1995), representariam a cultura produzida, podendo ser entendidas como um “estilo de vida”, um indicador de uma individualidade e, ao mesmo tempo, de pertencimento a um grupo.

Estes sinais foram visualizados nas diferentes festas e reuniões acompanhadas durante a pesquisa de campo: camisetas de grupos de *rap*, de personalidades famosas do *hip-hop*, de times de futebol e da NBA, calças largas e acessórios, como correntes, bonés, tênis de marcas famosas, ou imitando tais marcas, são símbolos de uma “identidade” grupal, um “idioma”, maneira pela qual, segundo Ewen (1991), as pessoas se relacionam com o mundo.

Essas situações verificadas na pesquisa de campo vêm confirmar uma das afirmações de Dayrell (s.d.) em relação à juventude brasileira. Segundo ele, é no tempo de lazer que a juventude define seu modo de ser diferente do adulto, valorizando suas expressões culturais e a construção das identidades grupais, como forma de inserção efetiva na realidade social. Como pode ser visto, o *hip-hop* é uma vivência cultural que pode colaborar para o desenvolvimento da sociabilização dos jovens com base na convivência em grupos de iguais.

A ONQUI, como organização cultural, inserida nessa realidade e ciente das possibilidades que o movimento tem em relação às questões levantadas, funciona como um pólo mobilizador e orientador das discussões e vivências de lazer, promovendo com a facilitação, clarificação, catalização e promoção (CARVALHO, 1977) um processo de efetiva participação cultural, ou seja, atuando na perspectiva da animação sociocultural, de modo a levar as pessoas à autonomia, com o alargamento da consciência e da busca de soluções para os problemas do cotidiano.

Desse modo, o lazer, desenvolvido por meio das atividades relacionadas ao movimento *hip-hop*, contribui para a busca da cidadania das pessoas na periferia da cidade. No entanto, é importante destacar que, no caso específico da pesquisa em Guarulhos, tal situação é fruto de ações e de processos formais e informais de associativismo, dada à falta de políticas sociais adequadas, por parte do poder público, que tratem a questão do lazer como prioridade, como direito social. Organizações como a ONQUI, com base na realização e mobilização em atividades culturais ligadas ao *hip-hop*, desenvolvem políticas públicas sociais, de forma não-governamental, ações que podem ser entendidas como um contraponto, uma resposta às ações do poder público municipal, marcadas, de forma geral, pelo assistencialismo ou pelo privilégio a determinados setores da sociedade.

Essas situações, inclusive, podem ser colocadas como um dos problemas relacionados ao desenvolvimento do movimento *hip-hop* na cidade. Para os participantes da organização, a Prefeitura, além de não auxiliar na realização de atividades que venham efetivamente colaborar com o movimento e com as pessoas ligadas a ele, dificulta as ações e o

acesso a determinados espaços, especialmente, na região central de Guarulhos. O preconceito relacionado à cultura da periferia é muito grande e pode ser observado, de forma geral, na nossa sociedade. Além disso, como em toda ação pedagógica, no *hip-hop*, também podem ser vistas disputas de poder, no caso de ocupação de espaços na esfera nacional por meio das entidades nacionais de *hip-hop*, que garantem visibilidade e notoriedade às pessoas, fragmentando as ações e privilegiando segmentos, dentro de um movimento social que se diz contra todas as formas de exclusão social.

A luta dos participantes da ONQUI, em Guarulhos, apesar das tensões internas ao movimento nacional e regional, é um processo sempre contínuo e marcado por conquistas do associativismo que une e mobiliza as pessoas em busca de uma cidade melhor e mais justa para todos. Embora lentas e difíceis, pois o processo é constantemente questionado pelas dificuldades encontradas na vida social e pelos mecanismos de desarticulação dos movimentos sociais promovidas por aqueles que detêm o poder (DEMO, 1996; SANDOVAL, 1989), as conquistas da organização e das pessoas ligadas ao movimento *hip-hop* são inquestionáveis e podem ser visualizadas no convívio cotidiano.

A Casa do *Hip-Hop* é a próxima meta, e os integrantes da ONQUI sabem que para alcançar esse objetivo precisam estar unidos para, como diz Nivas, “fazerem a correria”. Eles têm consciência de que a consolidação do espaço é de fundamental importância para o desenvolvimento da cultura das ruas na cidade de Guarulhos. Com ela, será possível desenvolver ações para a periferia, na periferia, com a periferia e com base nos interesses da periferia. Como diz o título do trabalho: “**TÁ LIGADO MANO**”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. S. *Dança de Rua: corpos e sentidos em movimento na cidade*. 2001. 148 f. Monografia (Graduação em Educação Física)- Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2001.
- ALVES, F. S.; DIAS, R. A dança Break: corpos e sentidos em movimento no hip-hop. *Motriz*. Rio Claro: UNESP, v. 10, n. ° 1, p. 1-7, jan.-abr. 2004.
- ANDRADE, E. N. A. Hip-Hop: movimento negro juvenil. In: _____. (Org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999, cap. 6, p. 83-91.
- ANDRÉ, M. A. de. *Etnografia da prática escolar*. 6º ed. Campinas: Papirus, 2001. 128p.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AYOUB, E. *Interesses físicos no lazer como área de intervenção profissional*. 1993. 165 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)- Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- AZEVEDO, A. M. G.; SILVA, S. S. J. Os sons que vêm da rua. In: ANDRADE, E. N. A. *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999, cap. 5, p. 65-82.
- BENJAMIM, W. O narrador: observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: *Walter Benjamin. Coleção Os Pensadores*. Vol. XLVIII, São Paulo: Abril, 1975.
- BENNETT, A. Estilos globais, interpretações locais: reconstruindo o “local” na sociologia da cultura juvenil. *Forum Sociológico*. n.º 7/8 (2º série), p. 49-67, s.d.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 100p.
- CAMARGO, L. O. L. Política de lazer. In: *Estudos do lazer*. São Paulo: SESC, nº 1, p. 03-07, 1985.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. 290p.
- CARDOSO, F. H. *A democracia necessária*. Campinas: Papirus, 1985. 92p.
- CARVALHO, A. M. de. *Cultura física e desenvolvimento*. Lisboa: Compendium, 1977.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CHAUÍ, M. S. Cultuar ou cultivar. *Teoria e Debate*. nº 8, p. 50-56, out./nov./dez, 1989.

DAYRELL, J. Cultura e identidades juveniles. *Ultima Década*. CIDPA: Viña Del Mar, nº 18, 2003, p. 69-91. Disponível em: <http://www.colombiajoven.gov.co/documentos/ultima_decada/18_3.pdf>. ISSN 0103-4014. Acesso em: 07 jul. 2005.

DAYRELL, J. *Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre*. [S.l.:s.n], s.d., 24p. Mimeografado.

DAÓLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. 5º ed. Campinas, Papirus, 2000, 104p.

DEMO, P. *Pobreza Política*. 5º ed. Campinas: Autores Associados, 1996. 109p.

DEMO, P. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1994.

DEMO, P. Participação é conquista. In: BROMLEY, R. & BUSTELO, E. S. (Org.) *Política X Técnica no planejamento: perspectivas críticas*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 153-162.

DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip-Hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998. 247p.

DUARTE, G. R. A arte na (da) periferia: sobre...vivências. In: ANDRADE, E. N. A. (Org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999, cap. 1, p.13-22.

DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980a. 176p.

DUMAZEDIER, J. *A teoria sociológica da decisão*. São Paulo: SESC, 1980b. 137p.

DURHAM, E. Cultura e ideologia. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, p. 71-89, 1984.

EWEN, S. *Todas las imágenes del consumismo. La política del estilo en la cultura contemporánea*. México, DF: Grijalbo, 1991.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 223p.

FRANCO, C. G. M.L. A vida anunciada pelas letras de música rap. *Cultura Vozes*. nº 4, p. 167-175, jul.-ago. 2000.

FREITAG, B. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Cortez, 1987, 86p.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. 323p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HERSCHMANN, M. *O Funk e Hip-Hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 300p.

HERSCHMANN, M. Na trilha do Brasil contemporâneo. In: HERSCHMANN, M. (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, cap. 3, p. 52-83.

IBGE. *Informações básicas municipais (MUNIC)*. 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2001/munic2001.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2005.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. 216p.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? In: *Motrivivência*. Florianópolis: UFSC, ano X, (11), p. 71-81, 1998.

MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, E. e QUEIROZ, J. (Org.). *A cultura do povo*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1984, cap. 2, p. 34-39.

MAFFESOLI, M. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Ed. da Revista dos Tribunais, 1987a. 159p.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987b. 232p

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C; TORRES, L. L. (Orgs.) *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2000, cap. 1, p. 12-53.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2º ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998. 166p.

MAGRO, V. M. de M. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e hip-hop. *Cad. CEDES*. Campinas, vol. 22, nº. 57, agosto 2002, p. 63-75.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C (Org.) *Lazer e Esporte*. Campinas: Autores Associados, 2001, cap. 1, p. 05-29.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2000. 100p.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. 164p.

MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996, cap. 2, p. 23-30.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Vol. II, São Paulo: E.P.U., 1974. 331p.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.

MENDONÇA JUNIOR, Ataliba. *O lazer no SESI: do conformismo à participação*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)- Faculdade de Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

MULLER, P.; SUREL, Y. Qu'est-cequ'une politique publique? In: *L'analyse des politiques publiques*. Paris: Montchrestien, 1998, p. 13-32.

OLIVEIRA, P. S. É o brasileiro associativo? *Leituras Celazer*. São Paulo: SESC, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS. *A cidade*. 2005. Disponível em: <http://www.guarulhos.sp.gov.br/05_cidade/cidade.asp>. Acesso em: 13 jul. 2005.

REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980. 103p.

RIECHMANN, J.; BUEY, F. F. *Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1994. 280p.

ROSE, T. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In: HERSCHMAN, M. (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, cap. 8, p. 190-213.

ROTTA, D. C. et al. Da produção estética à (re)construção urbana: tatuagens do hip-hop. *Revista da Educação Física*. Maringá: UEM, v. 13, n.º 2, p. 97-104, 2º sem. 2002.

SANDOVAL, S. A. M. The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia Política, ano 1, vol. 1, p. 173-195, jan.-jul. 2001.

SANDOVAL, S. A. M. Consideração sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia e Sociedade*, ano IV, nº 7, p. 61-73, 1989.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. *Lazer numa sociedade globalizada/Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, cap. 1, p. 31-37.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. 279p.

SILVA, J. C. G. Arte e educação: a experiência do movimento hip-hop paulistano. In: ANDRADE, E. N. A. (Org.) *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999, cap. 2, p. 23-38.

SPOSITO, M. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Revista Tempo Social*. São Paulo: USP, v. 5 , n.º. 1-2, p.161-178, 1993.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: 'são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?'. In *Motrivivência*. Florianópolis, UFSC, ano X (11), p. 83-96, set. 1998.

ANEXOS

ANEXO A - ATA DE FUNDAÇÃO DA ONQUI

Ata de fundação da Organização dos Novos Quilombos e Eleição da Diretoria

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e quatro, na sede provisória à rua Euclides da Cunha, 18, Jd. São João Batista, Guarulhos, São Paulo, às 14:00horas, reuniram-se moradores da cidade de Guarulhos, para fundar uma Associação sem fins lucrativos e indicar e eleger os membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal e a aprovação do Estatuto, iniciando os trabalhos da assembléia o Sr. Nivaldo José Alves Trindade e que de imediato aceitou e convidou a mim Cíntia Paulino Januário para secretariá-lo, o que aceitei.

Foi pelo Presidente da Assembléia discorrer a respeito da Associação que ora se fundava, e por todos concordaram com a referida fundação, endereço da sede provisória, e tendo por unanimidade aprovado o seu nome que será: **ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS**, o mesmo passou a ler todos os artigos do Estatuto, e em seguida a discussão e votação, sendo aprovado o Estatuto por unanimidade. Logo após passou a palavra aos presentes para que se manifestassem sobre os nomes que deveriam ocupar os cargos previstos no Estatuto, sendo todos maiores de 18 anos. Após algumas indicações, foi apresentado uma única chapa que os presentes aprovaram por unanimidade a seguinte composição para a Coordenação Administrativa e Conselho Fiscal.

Coordenação Administrativa

Coordenador: Nivaldo José Alves Trindade, RG. 27.746.980-6, CPF. 273.843.258-1, Técnico de Manutenção de Micros, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado a rua Euclides da Cunha, n.º 8, Jd. São João Batista.

Vice-Coordenador: Edílson Pereira de Souza, RG 19.104.767-3, CPF. 108.697.068-37, Operador de Maquinas, casado, brasileiro, residente e domiciliado à rua Alhandra, n.º. 45, Jd. Cidade Seródio.

Secretária: Cíntia Paulino Januário, RG. 45.656.030-0, CPF. 298.609.308-64, Desempregada, solteira, brasileira, residente e domiciliada à rua Charles Luiz Botini 21 A, Jd. Fortaleza.

Tesoureiro: Sinvaldo Pereira de Souza, RG. 24.514.081-5, CPF. 251.874.188-74, Técnico Mecânico, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado à rua Lajes Pintadas, 8B, Jd. São João.

Conselho Fiscal

1º Conselheiro: Ronaldo Referino da Silva, RG. 33.764.869-4, CPF 333.914.538-50, Ajudante Geral, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado à rua Águas de Lindóia, 5A, Jd. Sta. Emilia.

2º Conselheiro: Alex Souza Custódio, RG. 28.104.464-8, CPF. 267.046.598-62, Soldador, casado, brasileiro, residente e domiciliado à rua Serra Negra, 45, Jd. São João Batista.

3º Conselheiro: Gilson Pereira de Souza, RG. 32.299.935-2, CPF. 284.990.298-50, Técnico de Eletrônico, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado à rua Lajes Pintadas, 8B, Jd. São João.

1º Conselheiro Suplente: Paulo Alves Trindade, RG. 18.393.100-2 , CPF. 12.884.1768-37, Inspetor de Qualidade, casado, brasileiro, residente e domiciliado à Avenida Monteiro Lobato, 874, apartamento 131B, JD Macedo.

2º Conselheiro Suplente: Everaldo Alves Trindade, RG. 19.740.998-2, CPF. 07.843.3118-90, Engenheiro, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado à rua Euclides da Cunha, 18, Jd. São João Batista.

3º Conselheiro Suplente: Eliel Marques Andrade, RG. 41.457.343-2 , CPF. 331.030.158-36, Ajudante Geral, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado à rua Isaura Quedas, 14B, Jd. Elizabete.

O Sr. Presidente esclareceu que o mandato da Coordenação Administrativa, será de Dois anos, conforme o artigo 22, e o mandato do Conselho Fiscal, será de dois anos, conforme o artigo 30, do Estatuto, iniciando em 25 de Julho de 2004 e encerrando-se no dia 25 de Julho de 2006. Imediatamente após declarou a posse dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou que fosse a presente ata lida e achada conforme, será assinada pelos presentes.

Nivaldo José Alves Trindade
Coordenador/ Presidente da Assembléia

Cíntia Paulino Januário
Secretária

Edgar Antezana Angulo
Advogado - OAB/SP 193785

Edílson Pereira de Souza

Sinvaldo Pereira de Souza

Gilson Pereira de Souza

Raquel da Silva Oliveira

Eliel Marques Andrade

Leila Plínio de Souza

Paulo Alves Trindade

Euclides Souza de Almeida

Alex de Souza Custódio

Ronaldo Referino da Silva

Silvana Aparecida Eduardo

Everaldo Alves Trindade

Leonardo Silva Fonseca

Ednice Pereira de Souza

ANEXO B - PROJETO DA CASA DO HIP-HOP NOVOS QUILOMBOS

PROJETO CASA do HIP HOP Novos Quilombos de Guarulhos CH² de Guarulhos

CONTEÚDO: Um grande salão com pista de Skate e espaço para realização de Shows beneficentes, salas de oficinas culturais como dança de rua (break), grafite, oficina de Dj, oficina de artesanato (escultura em argila, madeira), teatro , fanzine (jornal, poesia marginal), capoeira, instrumentos musicais, estúdios para ensaio de grupos de rap, samba, forró e rock, estúdio de produção fonográfica, sala para aprendizado de cursos profissionalizantes (como por exemplo: informática, reciclagem), reforço escolar lúdico para crianças e supletivo para jovens e adultos através do MOVA, biblioteca com livros sobre a história afro-brasileira, salas de apoio a familiares e dependentes químicos e grupos de conscientização de adolescentes (ex.: na adolescência, drogas, doenças sexualmente transmissíveis com acompanhamento psicológico).

Obs.:

A integração do ensino com a cultura é vital para que a educação seja de bom nível e completa trabalhando o conhecimento e a conscientização estimulando as pessoas a pensarem.

A cultura Hip-Hop não acredita na repressão como forma de combater a violência e a marginalidade, o povo quer e precisa de informação. Cultura, liberdade, oportunidade e igualdade.

A proposta da Casa do Hip-Hop é de trabalhar com todas as culturas fortalecendo o vínculo familiar, trabalhando com os conflitos de gerações promovendo o respeito recíproco entre as mesmas.

1.A- Criação da casa do Hip-Hop , onde crianças, adolescentes e adultos poderão aprender a arte:

- a) Capoeira (danças afros), Break (dança de rua e danças gerais)
- b) Grafite
- c) Poesia, Fanzine e Teatro
- d) Discotecagem e fundamentos do Hip-Hop
- e) Estúdio para ensaio de grupo das diversas áreas musicais e produções musicais
- f) Artesanato, informática, reciclagem.
- g) Biblioteca sobre a cultura afro-brasileira e suas raízes:
- h) MOVA e Movinha (reforço escolar lúdico para crianças)
- i) Grupo de apoio à familiares e dependentes químicos
- i) Grupo de conscientização da Juventude
- k) Pista de Skate

2.A - Nos finais de semana aconteceriam shows beneficentes proporcionando lazer, cidadania e oportunidade para os grupos locais se apresentarem . E no final de cada mês shows com grandes atrações para arrecadar verba para a manutenção da casa e doação para programas sociais do município.

- a) a entrada deste bailes poderiam ser em alimentos não perecíveis, agasalhos (que seriam doados aos núcleos de assistências sociais da cidade ou ficariam a disposição dos conselhos tutelares de Guarulhos) e o valor arrecadado em dinheiro investido nos melhoramentos da Casa.
- b) na casa do Hip-Hop, também seriam realizadas entrevistas, debates, palestras sobre as drogas e outros problemas sociais (atividade lúdica prometendo inovação na discussão sobre tais assuntos).

O que é Preciso para construção da casa do Hip-Hop

- 1) Terreno na periferia de Guarulhos, com infra-estrutura suficiente para realização do projeto.
- 2) Criação da Carteirinha Cultural para que as pessoas paguem meia passagem nos finais de semana
- 3) 2 ônibus a disposição da casa que atenderiam as famílias durante a semana, efetuando o transporte das crianças das distantes regiões de Guarulhos, onde cada ônibus partiria de duas regiões diferentes todos os dias.
- 4) Placas de Maderite, tinta e alguns muros da cidade para as aulas de grafite.
- 5) Aparelhagem, 16 caixas, 2 *mixers*, 2 mesas de som 32, 8 microfones, 2 equalizadores, um par de toca discos MK3, um par de toca disco Gemini, potência de 3000 *wats*.
- 6) Arte-Educadores, Psicólogos.
- 7) Livros sobre a cultura afro-brasileira e intercâmbio com outras entidades culturais
- 8) Divulgação dos eventos e cursos via panfletos e rádios

ANEXO C - ESTATUTO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS (ONQUI)

CAPITULO 1 - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E FINS:

Art. 1º. Sob a denominação a Organização dos Novos Quilombos (ONQUI) permanece constituída uma associação civil sem fins Econômicos e duração indeterminada, fundada 25/07/2004 com sede social na Rua Euclides da Cunha n.º 8, Vila São João Batista, CEP 07134-070 constitui-se de pessoas físicas e rege-se pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º. A Associação tem por objetivo: Desenvolver projetos de inclusão social, de formação e conscientização cidadã, combatendo as drogas, a violência e o desemprego, buscando a construção de uma Sociedade Justa e fraterna e da real democracia das relações sociais, raciais, econômicas e políticas.

Parágrafo Primeiro. São seus fins:

- I-** Atuar como órgão social, cultural, democrático, e fiscalizador das políticas públicas;
- II-** Promover a paz, educação, cultura e cidadania, buscando a dignidade humana em defesa dos direitos e deveres iguais;
- III -** Promover atividades, palestras, cursos, pesquisas e publicações sobre a cultura afro-brasileira, antidrogas, cursos educacionais, culturais e profissionalização de pessoas carentes, conscientização sobre problemas sociais, ambientais e a prevenção de doenças;
- IV-** Assessorar pessoas, grupos, conselhos, especialmente os movimentos Populares;
- V-** Promover ou propor formas de eliminar as injustiças revelando as violações dos direitos humanos e suas causas, de maneira a permitir a aplicação dos direitos à Justiça, não fazendo distinção de pessoas quanto a credos religiosos ou políticos e, nem quanto à raça, cor, e sexo;
- VI-** Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza na ótica da Economia Solidária;
- VII-** Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- VIII-** Promover o voluntariado, espírito de solidariedade e cooperação.
- IX-** A defesa dos interesses e direitos protegidos pela Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA), independente de prévia autorização da Assembléia Geral da entidade;

Parágrafo Segundo - Para o cumprimento de suas finalidades e no desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, prestando os serviços sem qualquer discriminação de nacionalidade, raça, cor, gênero, credo religioso ou político.

CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS:

Art. 3º.- São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais forem admitidos como tais pela assembléia geral, e que preenchem os seguintes requisitos: **a)** pessoas que estiverem de acordo com os objetivos da Associação conforme previsto neste estatuto; **b)** que já tenham experiência e compromisso na área; **c)** mantenham em dias suas contribuições mensais estipuladas pela assembléia geral.

Art. 4º.- O quadro social será composto por um número limitado de 30 sócios e ser formado por 2 categorias a saber:

I - Associados Fundadores;

II- Associados Efetivos.

Parágrafo Primeiro. São Associados Fundadores as pessoas que venham filiar-se a Entidade Organização dos Novos Quilombos, ou seja, aquelas que participaram efetivamente da criação da entidade.

Parágrafo Segundo. São Associados Efetivos as pessoas que venham filiar-se à Entidade Organização dos Novos Quilombos como previsto neste estatuto.

Art. 5º. São Direitos dos Associados Fundadores e Efetivos:

I) Votar e serem votados para cargos eletivos;

II) Participar das assembléias gerais;

III) Apresentar à Coordenação Administrativa qualquer proposta que julgarem de interesse da Entidade, bem como denunciar qualquer resolução que fira suas normas estatutárias.

Art. 6º. São deveres dos associados:

I) cumprir e fazer cumprir as disposições estruturárias e regimentais;

II) Colaborar no aperfeiçoamento e expansão das atividades da Associação na realização de seus respectivos fins;

III) Acatar as deliberações das Assembléias e as orientações da Coordenação;

IV) Zelar pelo decoro e bom nome da associação.

Art. 7º.- Serão demitidos do Centro: a) a critério da coordenação, aqueles sócios que deixarem de contribuir com suas mensalidades; b) aqueles que involuntariamente, por motivos particulares, mediante carta endereçada à Coordenação pedirem o seu afastamento do quadro associativo da entidade; c) aqueles sócios que pedirem demissão voluntária da Entidade por pedido escrito e aceito pelo coordenação.

Art. 8º.- Serão excluídos da associação aqueles que por conduta imoral, infligir este Estatuto, por causar prejuízos patrimoniais e outros mais à associação. A exclusão somente se dará por deliberação da coordenação ou por solicitação por escrito de 1/3 dos associados.

Art. 9º.- Os associados da Organização dos Novos Quilombos, não responderão subsidiária nem solidariamente pelas dividas e obrigações sociais da mesma.

CAPITULO III --DO PATRIMÔNIO

Art. 10 °.- O patrimônio da associação será constituído:

- I) pelos bens móveis e imóveis, veículos e semoventes de sua propriedade;
- II) Pelos auxílios, doações, ações, legados, apólices da dívida pública ou particular, nacional ou estrangeira-.
- III) pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembléia Geral;
- IV) pelas receitas provenientes da prestação de serviços e de aplicações de seus próprios recursos.

Art. 11°.- A alienação, hipoteca, penhor ou venda ou troca de bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especialmente para tal fim.

Art. 12°.- A associação aplicará sua rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

Parágrafo único. Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do Município de sua sede, ou no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculada, no âmbito do estado concessor.

Art. 13°.- A associação não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma, aos seus Associados, mantenedores e administradores.

Art. 14°.- A associação aplicará as subvenções recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Art. 15°.- A associação não constituirá patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedades com caráter beneficente de assistência social.

CAPITULO IV - SÃO ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO.-

Art. 16°.

- I) Assembléia Geral;
- II) Coordenação Administrativa;
- III) Conselho Fiscal.

CAPITULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 17º.- A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, constituída pelos Associados no pleno gozo de seus direitos, é o órgão supremo de deliberação da Associação e, dentro dos limites deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da associação e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 18º.- As Assembléias gerais serão ordinárias, com reunião no dia 15 de dezembro de cada ano, para eleger a Coordenação Administrativa, quando for o caso, aprovar as contas, eleger os membros do Conselho Fiscal, também quando for o caso.

Art. 19º.- As Assembléias gerais são extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por Lei, e nos seguintes casos: reformas dos estatutos e para discutir Administradores.

Art. 20º.- Convocada por edital fixado no quadro de avisos da associação com antecedência de 08 dias, compete privativamente à assembléia geral:

- I) Eleger os administradores;
- II) Destituir os administradores,
- III) aprovar as contas;
- IV) alterar o estatuto;
- V) aprovar o orçamento anual;
- VI) aprovar o relatório de atividade e balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

Parágrafo único. Para deliberações a que se referem os incisos I, II, e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação seguintes.

Art. 21º.- As assembléias gerais serão coordenadas pelo Coordenador da associação, que convidará um ou dois associados presentes para servir de secretário(s), na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléias.

Parágrafo único: é garantido a um quinto dos associados o ao Conselho Fiscal o direito de convocar a assembléia geral, que far-se-á na forma do Estatuto.

CAPITULO VI - DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 22º.- A Organização dos Novos Quilombos será administrada de forma colegiada por uma coordenação Administrativa, a saber: 1 (um) coordenador(a), 1 (um) vice-coordenador(a)), 1 (um) secretário(a) e 1º tesoureiro(a), eleitos pela assembléia geral com mandato de dois anos podendo serem reconduzidos.

Art. 23º.- Compete ao coordenador:

- I) representar a Organização dos Novos Quilombos - ONQUI ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

- II) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as decisões das Assembléias e regimento Interno;
- III) convocar e presidir as assembléias gerais.
- IV) convocar e coordenar as reuniões da coordenação administrativa.
- V) Assinar cheques bancários em conjunto com o Tesoureiro em exercício.
- VI) Nomear procuradores.

Art. 24º.- O Coordenador(a) Presidente será substituído em suas faltas e/ou impedimentos pelo Vice-Coordenador(a) Presidente, e na falta deste, pelo Secretário, e na falta deste pelo Tesoureiro sucessivamente.

Art. 25º.- Compete ao Vice-Coordenador:

- I) Assumir e exercer as funções do Coordenador em sua faltas ou impedimentos;
- II) Assumir o mandato em caso de vacância;
- III) Prestar de modo geral sua colaboração ao Coordenador,

Art. 26º.- Compete ao Secretário:

- I) Secretariar e lavrar as atas de reuniões da Coordenação e Assembléias Gerais; responsabilizando-se pelo livros, documentos e arquivos referentes;
- II) dar publicidade das atividades da associação.

Art. 27º.- Compete ao Tesoureiro:

- I) Supervisionar a arrecadação e contabilização das contribuições, rendas, auxílios e donativos em dinheiro ou espécies, mantendo em dia a escrituração toda comprovada.
- II) Superintender os serviços de Tesouraria, movimentando as contas da Sociedade, emitindo e endossando cheque, juntamente com o Coordenador em exercício;
- III) conservar sob sua guarda e responsabilidade numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;
- IV) apresentar relatório financeiro sempre que for solicitado.

Art. 28º.- Anualmente a Coordenação Administrativa elaborará uma proposta Orçamentária que será submetida à apreciação e aprovação da assembléia Geral.

Art. 29º.- A coordenação Novos Quilombos exercida por uma coordenação administrativa, cujos membros, desempenharão suas funções gratuitamente.

CAPITULO VII - DO CONSELHO FISCAL.

Art. 30º.- A administração Novos Quilombos será fiscalizada por um Conselho Fiscal constituído de 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela assembléia Geral, com mandato de dois anos podendo serem reconduzidos. Os membros desempenharão suas funções gratuitamente.

Art. 31º.- O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidas, no que couber pela Lei 6404/76.

Art. 32º.- O exercício social terá duração de um ano, terminado em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 33º.- Ao fim de cada exercício social, a coordenação administrativa fará elaborar, com base na escrituração contábil da associação, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis do resultado.

CAPITULO VIII - DA LIQUIDAÇÃO

Art. 34º.- A associação poderá ser extinta, fora nos casos previstos em Lei, por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembléia geral extraordinária para tal fim.

Art. 35º.- No caso de extinção, competirá à assembléia geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

Art. 36º.- Extinta a associação o respectivo patrimônio líquido, depois de solvido o passivo, será transferido a entidade congênere, inexistindo, a uma instituição Pública municipal, estadual ou federal, dentro do Estado de São Paulo, indicada pela Assembléia Geral dos Associados.

CAPITULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37º.- Vindo a associação a se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e se em razão de parceiras vier a construir acervo adquirido com recursos públicos, abriga-se a mesma, na hipótese de perder esta qualificação, transferir tal qual acervo patrimonial, à outra pessoa jurídica devidamente possuidora daquela qualificação, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social, inexistindo, a uma instituição municipal, Estadual ou Federal, dentro do Estado de São Paulo, indicada pela Assembléia geral dos associados.

Art. 38º.- Vindo a associação a formalizar termos de parceria com órgãos públicos, ficará facultada a realização de auditoria, inclusive por auditores externos à aplicação de eventuais recursos recebidos.

Art. 39º.- Em havendo bens e recursos de origem pública, a contabilidade e a prestação de conta serão feitas em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal e legislação específica.

Art. 40º.- Em havendo bens ou recursos de origem pública se dará publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações contábeis da entidade.

Art. 41º.- O estatuto desta associação será reformado em quaisquer das suas disposições, inclusive no tocante a sua administração em assembléia geral extraordinária, convocada para este fim.

Art. 42º.- Os casos omissos do presente estatuto serão resolvidos pela Coordenação Administrativa, com recurso para a Assembléia Geral.

Art. 43º.- Fica eleito o Foro desta comarca para qualquer ação fundada neste estatuto.

Guarulhos, 25 de julho de 2004.

Coordenador
Nivaldo José Alves Trindade

Secretária
Cíntia Paulino Januário

Edgar Antezana Angulo
Advogado- OAB/SP 193785

ANEXO D - INFORMATIVO DA ONQUI SOBRE O II FÓRUM NACIONAL DE HIP-HOP

II FORUM NACIONAL DE HIIP HOP

Do dia 26 a 30 de janeiro aconteceu o 2º Fórum Nacional de Hip-Hop. A ONQUI foi representada por Nivas, seu coordenador nacional. Na primeira noite de eventos, logo de cara, deparamos com um problema grave, a apologia às drogas que partiu inexplicavelmente de um grupo anfitrião.

No segundo dia aconteceram três mesas de debates, sendo a mais polemica a das organizações nacionais de Hip-Hop.

Foi um debate fantasia, pois as tais organizações não falaram o que são, quem são e quanto estão recebendo do governo e onde estão investindo. E quando questionadas simplesmente desviavam do assunto. Anota triste fica pelo fato de tentarem boicotar a ONQUI, não a convidando para fazer parte da mesa e ainda por cima não deixando nosso representante apresentar sua fala de protesto e apresentação de propostas. Mais graças a Deus lá estavam os manos do Quilombo Urbano do Maranhão, o Léo, o pessoal do interior paulista e da Bahia que não deixaram por menos e questionaram muito estas ditas organizações nacionais.

No dia seguinte aconteceu a mesa sobre mídia alternativa e Hip-Hop, a qual mais uma vez tentaram boicotar a ONQUI, não colocando o nosso nome no cronograma da cidade do Hip-Hop, que já estava confirmado há quase dois meses na programação. Mas mesmo assim o Mano compôs a mesa e fez uma intervenção muito importante. Falando sobre a suas experiências com mídia alternativa e também a luta pela independência e autonomia do HIP-HOP, questionou as outras organizações nacionais, exigindo a prestação de contas, e também defendendo que o Hip-Hop não se tome massa de manobra política a serviço de um ou outro partido. A ONQUI defendeu a parceria partidária, mas ressaltou a importância de o Hip-Hop ser autônomo. Também trouxe ao conhecimento de todos as ligações misteriosas de uma entidade nacional com uma empresa que financiou a guerra no Iraque, além de questionar a legitimidade de uma entidade ligada a UJS e UBES, duas entidades que afundaram o Movimento Estudantil no marasmo do desconhecimento.

Com intervenções brilhantes do Quilombo Urbano, do Chiquinho de Jandira, entre outros, conseguimos mostrar a diferença entre a base e militância do Hip-Hop e os artistas e pessoas que só tem interesse pessoal, e com apoio de nove estados e de várias cidades do Interior paulista se formou uma espécie de "oposição contra o Monopólio das Organizações Nacionais".

Pois a ONQUI foi a única entidade nacional que trouxe projetos, propostas e mostrou quem era e o que era trazendo o seu fanzine explicativo. Enquanto as outras entidades nem apareceram nos debates. E o pior foi a omissão de vários grupos de Porto Alegre que só colaram a noite nos eventos da cidade do Hip-Hop.

Outra mesa que foi mais "tranqüila", mais foi muito importante foi a da questão racial, onde tivemos entrevistas maravilhosas do pessoal de Recife, da Áurea e da Deise, da Fala Preta.

Esta ultima fez um discurso emocionante que a todos comoveu. Um trecho que me lembro foi quando ela falou sobre as cotas para negros nas universidades. Ela disse assim: "eles (as

universidades) são contra as cotas para negros, mais eles não são contra a cota de negros mortos pela polícia, a cota de negros analfabetos, a cota de crianças negras abandonadas em situação de risco, a cota de negros desempregados...”.

A última mesa foi sobre as perspectivas do Hip-Hop e política pública que infelizmente se tornou um ato estritamente político. Foi um debate ferrenho entre PSTU e PT, mas Júnior (comitê contra ALCA) e Marcela (Rima e Revolução de Sorocaba) que também integraram a mesa foram os destaques positivos, fazendo falas objetivas e no contexto do tema debatido.

Depois desta mesa teve o encerramento e as organizações nacionais conseguiram mais uma vez mostrar a que vieram. Chegaram a fazer duas propostas absurdas: primeiro a de fazer o próximo fórum só com entidades nacionais, o que seria inaceitável uma vez que o Hip-Hop luta contra a exclusão e esta atitude excluiria as posses regionais e os indivíduos das discussões sobre o Hip-Hop; e a segunda proposta foi de montar uma Coordenadoria do Hip-Hop, o que aparentou ser um modo de "calar a boca" da oposição, pois foi feita uma reunião com 15 pessoas da liderança de oposição. Então os Manos do Quilombo Urbano, o pessoal do Interior Paulista e da Grande São Paulo e de BH, se retiraram desta reunião, pois consideraram não legítima esta proposta uma vez que o fórum teve a presença de 400 a 500 pessoas e não se poderia tirar uma Coordenadoria Nacional com apenas 15 participantes.

Ficou, então, decidido para cada estado se mobilizar e articular seus fóruns estaduais e, daí sim, tirar uma Coordenadoria estadual.

A última ação importante foi à manifestação em repúdio ao racismo da polícia gaúcha, que fechou a principal avenida de Porto Alegre por 3 horas, uma iniciativa do Movimento Negro, com apoio da oposição do Hip-Hop Nacional, que só se encerrou quando o Secretário de Segurança Pública resolveu conversar com uma comissão de manifestantes.

Quero aqui destacar dois aspectos muito ruins dos debates do Fórum Nacional de Hip-Hop: primeiro o formato não contemplou a plenária e impossibilitou a maior troca de experiências entre todos os estados e o segundo, na opinião da ONQUI, e que é o pior, foi o boicote que o Norte e Nordeste sofreram não sendo convidados a participar das principais mesas de discussão.

Mas o lado positivo foram às experiências trocadas em especial com a Marcela, do Rima e Revolução de Sorocaba, com o Quilombo Urbano, do Maranhão, com a Mariana e Adriana, de Louveira, com a Rosas Urbanas, com o Refém e o pessoal do Rio, Santa Catarina, Paraná, com o Miguel, de Novo Hamburgo e o pessoal de Porto Alegre, com o Júnior do comitê contra ALCA, com o Moisés, do Jabaquara *Breakers*, com o Ciro, de Campinas, com o Ney, de Araraquara, com o Léo, da DS-PT, com o Emerson, do PSTU, com o Fábio, do Ceará, com o Sérgio, de Pernambuco, o pessoal do Belém do Pará, Bahia, com a Áurea, de BH e o pessoal de Minas, com o Chiquinho, de Jandira, Grande São Paulo e Interior Paulista.

Isto prova que o Hip-Hop é muito mais do que as seis entidades Nacionais.

Por Carlos L. de Andrade

ANEXO E - CARTA DE REPÚDIO AO MONOPÓLIO DAS ENTIDADES NACIONAIS DE HIP-HOP

ORGANIZAÇÃO DOS NOVOS QUILOMBOS

OFICIO 011/05

REF: REPÚDIO AO MONOPOLIO

Il.mo

Excelentíssimo

Presidente da Republica Luís Inácio Lula da Silva

Caro Presidente Lula, venho por meio desta mostrar a profunda insatisfação do Movimento Hip-Hop Brasileiro, como as ditas "entidades nacionais de Hip-Hop" patrocinada pelo vosso governo. O Movimento Hip-Hop Brasileiro se sente lesado por estas entidades que não nos representam. Fazemos o seguinte questionamento Senhor Presidente: primeiro, quem elegeru estas pessoas como representantes nacionais do Hip-Hop? segundo, quem são e quantos são e em que Estados atuam ? terceiro, porque a base, a militância do Hip-Hop não foi consultada? De forma alguma aceitamos a imposição desta "falsas lideranças" escolhidas por foto de encarte de Cd.

Gostaria de relatar ao Senhor Presidente que existem duas coisa bem diferentes: a cultura Hip-Hop e o Movimento Hip-Hop. O primeiro é um movimento apenas cultural e o segundo é um movimento sociocultural, este ultimo é o movimento que sempre apoiou o Senhor e os partidos de esquerda, e que agora nos vemos excluídos deste governo, que ajudamos a eleger. Senhor Presidente pedimos a suspensão do envio deste dinheiro para estas entidades e a prestação de contas de quanto estão recebendo e onde estão sendo investidos este dinheiro. Nos vemos obrigados a pedir ao Senhor esta atitude drástica depois dos acontecimentos recentes no Fórum Nacional de Hip-Hop, onde tentaram de todas as formas sufocar a nossa voz e as ditas lideranças nem compareceram lá para discutir. É evidente o preconceito contra a mulher e o nordestino constatado por nós nestas entidades.

Tentaram nos comprar oferecendo uma coordenadoria nacional de Hip-Hop, a qual recusamos pelo fato de ser uma proposta ilegítima, pois não foi decidida em assembléia, e quando falamos que iríamos escrever este manifesto de repudio ao monopólio desta ditas entidades, começamos a receber diversas ameaças de boicote e ameaças de morte.

Assim estamos correndo risco de morte e pedimos ao Senhor lucidez e que seja cortada toda e qualquer verba destinada ao Hip-Hop, até que seja feita uma verdadeira Assembléia Nacional, com ampla divulgação e sejam escolhidos nossos representantes. Quero deixar claro que nós não queremos dinheiro para fazer festinhas, lançar CDs ou clipe, e sim queremos projetos sociais, casas culturais, projetos de economia solidária, recuperação de adultos e jovens envolvidos com a criminalidade. Enfim queremos projetos que ajudem o nosso povo de um modo coletivo e não individualista. Senhor Presidente, desde já agradeço pela atenção a nós dispensada e aguardamos resposta e espero que seja rápida, pois nossas vidas estão em suas mãos.

GUARULHOS, 03 DE MARÇO DE 2005.

Atenciosamente: Mano Nivas. Coordenador Nacional da ONQUI
(Organização dos Novos Quilombos)

ANEXO F – MÚSICAS “POSSE” *ESQUEMA BLACK*

LUTAS E VITÓRIAS

CHEGANDO NA RESPOSTA PRA MANDAR A MINHA RIMA
 A MINHA INSPIRAÇÃO PODE CRER VEM LÁ DE CIMA
 DO TODO PODEROSO O DEUS DE ISRAEL
 DERRAMA SUAS BENÇÃO SOBRE NOS DE LÁ DO CÉU
 MANOS FORÇA RAP SÓ RIMA PRO SENHOR
 AQUELE QUE MERECE A ADORAÇÃO E O LOUVOR
 ELE MANDA ANJO PARA A NOSSA PROTEÇÃO
 CONTRA TODO MAL TENHO A BIBLIA SEMPRE A MÃO
 EI MANO TE CONVIDO PARA TAMBÉM RENASCER
 E TODOS OS PROBLEMAS PODES CRER QUE VAI VENCER
 DAS DROGAS VAI SER LIVRE DE TODO VICIO CURADO
 QUEBRANDO AS CORRENTES NUNCA MAIS VAI SER ESCRAVOS
 VEM VIVER AS MARAVILHAS QUE DEUS TEM, NÃO PERCA TEMPO
 ELE TE AMA, TE ESPERA, NÃO QUER VER VOCÊ SOFRENDO
 TE MANDEI ESSA MENSAGEM PARA ABRIR A SUA MENTE
 AQUI É SOM DE LOUCO, MAS A RIMA É CONSCIENTE

LUTANDO, GUERRIANDO, VAMOS CONTRA TODO MAL,
 POIS O POVO DE DEUS SEMPRE VENCE NO FINAL
 LUTANDO, GUERRIANDO, SEJA CONTRA O QUE VIER,
 POIS O DEUS QUE ME DÁ FORÇA É QUE PONHO A MINHA FÉ

NA MINHA VIDA EU SEI QUE ELE ESTÁ, SEMPRE PRESENTE,
 NUNCA ME DESAMPAROU CONTINUO SEMPRE EM FRENTE
 SOMOS SACERDOTES GUERREIROS, SUCESSORES,
 COM CRISTO TODOS NÓS SOMOS MAIS QUE VENCEDORES
 SEJA COMO JOSUÉ QUE NUNCA DESANIMOU
 E COM DEUS AO SEULADO MUITOS REINOS CONQUISTOU
 O PODER PRA CONSEGUIR TUDO AQUILO QUE EU QUERO
 VOCÊ TAMBÉM PODE TER É SÓ VIR PRO LADO CERTO
 ACREDITAR DE CORAÇÃO QUE ELE PODE TRANSFORMAR
 BUSQUE PRIMEIRO A DEUS E TUDO MAIS ELE FARÁ
 VOCÊ TEM A LIBERDADE PARA PODER ESCOLHER
 ENTRE O CÉU E INFERNO, ENTRE CRER E NÃO CRER
 TOME A SUA DECISÃO, NÃO FIQUE VACILANDO
 EI MANO SE PREPARE QUE JESUS ESTÁ VOLTRANDO
 É O FIM DOS DIAS, O MAL CONTRA O BEM
 ENTÃO LUTE E GUERREIE CONTRA TODO MAL QUE VEM

HOJE VEJO VÁRIOS MANOS AQUI RECUPERADOS
 E DOU GRAÇAS A DEUS POR NÃO SEREM MAIS ESCRAVOS
 LUTARAM CONTRA O VICIO COM DEUS NO CORAÇÃO
 GUERRIARAM CONTRA O MAL E RECEBERAM SALVAÇÃO
 NA SUA VIDA EU PROFETIZO QUE ASSIM TAMBÉM VAI SER
 BASTA ACEITAR A CRISTO E VERÁR O SEU PODER
 VIVERÁS ETERNAMENTE AO LADO DO PAI
 TERÁS O QUE PEDIR, POIS SÓ CRISTO SATISFAZ
 O TEMPO ESTA PASSANDO, CHEGA MAIS PRA VER

O QUE O NOSSO DEUS JÁ PREPAROU PARA VOCÊ
 E ASSIM TODOS NÓS JUNTOS, UNIDOS COMO IRMÃOS
 VIVENDO E APRENDENDO, DEBAIXO DESSA UNÇÃO
 MANOS FORÇA RAP VAI LUTAR ATÉ O FIM
 LUTANDO E GUERREANDO ATÉ QUANDO O MESTRE VIR
 VEM VOCÊ TAMBÉM, NÃO FIQUE FORA DISTO
 ESSA BATALHA É DE TODOS E TODOS POR CRISTO

PODER E GLÓRIA

PODER E GLÓRIA EU ACREDITO NA VITÓRIA, JESUS É MEU CAMINHO VAI MUDAR A MINHA HISTÓRIA.

A MIHA HISTÓRIA EU MESMO FAÇO, NÃO, NÃO. A MINHA HISTÓRIA É BASEADA EM LOUVOR E ADORAÇÃO, POIS O DEUS QUE ME FORMOU DEU A VIDA POR AMOR, ESTÁ EM MINHA VIDA OPERANDO A MEU FAVOR. ME DISSE VÁRIAS COISAS QUE PRECISAM SER CUMPRIDAS, E ISSO EU SEI, INFLUÊNCIA MINHA, TRAZ DE VOLTA DOS CAMINHOS QUE NÃO DEVEM SER SEGUIDOS, QUE TRÁS MORTE GANANCIA E ÓDIO NOS SEPARA MAIS DE CRISTO. TENTO VIVER NÃO MAIS PELAS COISAS DO MUNDO, ME ENTREGAR COMPLETAMENTE É DESVIAR-ME DE TUDO, NO LIMITE DAS FALHAS POIS SEI QUE SOU HUMANO, COM PROVAÇÕES, LIMITAÇÕES COM ERROS DESENGANOS, E É DIFÍCIL IGNORAR OS ERROS DO PASSADO, ANDAR UMA VIDA RETA EU SEI QUE É IMBASSADO. POIS OS PRASERES DO MUNDO QUE EU SEI QUE TEM, TE LEVAM A TANTOS LUGARES VOCÊ CONHECE BEM – QUE MUITAS VEZES APARENTEMENTE SEM REVERSÃO, QUEBRA, DERRUBA DETONA TE DEIXA QUASE NO CHÃO – MAS O RETORNO TEM QUE VIR DO CORAÇÃO, TEM QUE TER PAZ, TER FÉ EM DEUS SÓ NELE HÁ SALVAÇÃO.

MAS EU SEI QUE POR DEUS, EU VOU MUDAR, TEREI A PAZ QUE PRECISO PARA EU ME LIBERTAR, ME CONVERTER DOS MEUS ERROS, MINHA VIDA TRANSFORMAR, VOU VIVER PELO AMOR E PRA SEMPRE ESTAR.

NA FÉ, NA PAZ, EM TUDO QUE ELA TRAZ, A MUDANÇA É VISIVEL NÃO RETORNAREI JAMAIS, AO MUNDO DE ILUSÃO PECADO PODRIDÃO, COM MEUS OLHOS ABERTOS MAS NÃO TINHA A VISÃO, VISÃO DAS MARAVILHAS QUE DEUS PODE DAR, DAS COISAS IMPOSIVEIS ME FALTAVA ACREDITAR, TER MEUS OLHOS ABERTOS E NUNCA DUVIDAR, VIVER SÓ PRA SERVI-LO E O SEU NOME CONFESSAR.

PODER E GLÓRIA EU ACREDITO NA VITÓRIA, JESUS É MEU CAMINHO VAI MUDAR A MINHA HISTÓRIA.

O MEU CAMINHO EU MESMO FAÇO, NÃO, NÃO, BASTA ORAR A DEUS SEM OLHAR PRA TRÁS PEDIR PERDÃO, E TERÁS MISERICÓRDIA, O MELHOR DESSA TERRA, SERÁS ABENÇOADO TERÁS VIDA ETERNA. E TUDO QUE PEDIRES, VERÁS ACONTECER, POIS DEUS ESTÁ COM TIGO NÃO TE DEIXAS PADECER. A PAZ INVADIRÁ, MANO, SEU CORAÇÃO, AS LUTAS INCERTEZAS DERREPENTE PASSARÃO, BONDADÉ, ALEGRIA, AMOR E PAZ INUNNDARÃO, SUA VIDA, SUA HISTÓRIA, PELO AMOR DE DEUS ENTÃO.

SE BUSCAR ENCONTRARÁ NÃO SERÁS DESAMPARADO, VAI TER TRIBULAÇÃO MAS SERÁS ABENÇOADO, LIBERTO SERÁS, HÃ, HÃ, DO JULGO DA MALDADE, EM GLÓRIAS VIVERÁ CREIA NISTO E AGUARDE, QUE TODA PROMESSA FEITA PODE VER SERÁ CUMPRIDA, O DEUS QUE TE DÁ FORÇA VAI MUDAR A SUA VIDA, AS GLÓRIAS VÃO CHEGAR CREIA NISSO E NÃO DUVIDE, QUE MUROS CAIRÃO SETE VOLTAS ENTÃO GRITE, ALGO INEXPLICAVEL EM SUA VIDA ACONTECEU, SEU CORAÇÃO MUDADO E VOCÊ NÃO PERCEBEU, QUE O MOVER DE DEUS DESDE SEMPRE AQUI ESTÁ, E CREIA QUE SUA VIDA NESSA HORA MUDARÁ. QUEBRANTE-SE, AJOELHE-SE, JEJUM, INTERCESSÃO, SE HOJE HÁ UMA LUTA PEÇA A DEUS EM ORAÇÃO, NEM HOMEM NEM FILHO DO HOMEM PARA QUE SE ARREPENDAS OU QUE MINTAS, O DEUS QUE TE DA FORÇA VAI MUDAR A SUA VIDA.

PODER E GLÓRIA EU ACREDITO NA VITÓRIA, JESUS É MEU CAMINHO VAI MUDAR A MINHA HISTÓRIA.

SE OS OLHOS DO SENHOR ESTAO EM TODO LUGAR, CONTEMPLANDO BONS E MAUS TEMOS QUE VIGIAR, E GUIAR QUE NOSSOS ATOS SEJAM COM MANSIDÃO, PARA PODERMOS COM CERTEZA ALCANÇAR A SALVAÇÃO, RENASCENDO NOVA VIDA PODEMOS ENCONTRAR, NOVAMENTE NOS CAMINHOS SEM DESANIMAR. DOU GLÓRIA A DEUS QUE NOS LIVROU PRA SEMPRE DA ESCRAVIDÃO E NOS CHAMOU PRA SER CABEÇA DA SITUAÇÃO, LINHAS DE FRENTE, SEMPRE A FRENTE SEMPRE EM UNIÃO, INTERCEDENDO PELOS MANOS QUE ESTÃO EM AFLIÇÃO, COM HUMILDADE SEM TRAIRAGEM SEI QUE POSSO VENCER, O INIMIGO É ASTUTO MAS EXISTE O PODER, E DEBAIXO DO MEU PÉ SEI QUE ELE VAI ESTAR, ESTÁ AMARRADO QUALQUER COISA QUE QUEIRA ME QUEBRAR.

PELO LOUVOR E ADORAÇÃO EU SEI QUE DEUS É A CURA, TANTO, TANTO, TEMPO, A FÉ CONTINUA, LUTANDO E GUERRIANDO CONTRA TODO MAL, LIBERTE-SE DOS VICIOS PARE E PENSE NO FINAL. POIS DEUS TEM MARAVILHAS ESPERANDO POR VOCÊ, LUTE POSICIONE-SE E VOCÊ VAI RECEBER, TUDO QUE A TEMPOS DESEJOU SEU CORAÇÃO, POR DEUS A SUA VIDA ENTREGUE AGORA EM GRATIDÃO.

MAS EU SEI QUE POR DEUS, EU VOU MUDAR, TEREI A PAZ QUE PRECISO PARA EU ME LIBERTAR, ME CONVERTER DOS MEUS ERROS, MINHA VIDA TRANSFORMAR, VOU VIVER PELO AMOR E PRA SEMPRE ESTAR.

PODER E GLÓRIA EU ACREDITO NA VITÓRIA, JESUS É MEU CAMINHO VAI MUDAR A MINHA HISTÓRIA.

MANOS FORÇA RAP
PODER E GLÓRIA